



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 089.2.55.O

DATA: 16/04/16

TURNO: Noturno

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 18h58min

TÉRMINO: 23h55min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 89ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 16 de abril de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Beto Mansur, 1º Secretário.

Alex Canziani, 4º Secretário.

ÀS 18 HORAS E 58 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 479 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. CARLOS MANATO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 089.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

IV - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,
DE 2015**

(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL

REALE JUNIOR E

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)

Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes).



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passamos agora à segunda fase do processo de discussão, que são as inscrições individuais.

Para cumprimento do dispositivo regimental, a chamada de cada orador será pela ordem de inscrição, alternadamente, a favor e contra, com o tempo de 3 minutos improrrogáveis.

Porém, antes vou considerar inscritos os Líderes remanescentes da sessão anterior e oferecer a oportunidade de falarem.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Júlia Marinho, pela Liderança do PSC.

A SRA. JÚLIA MARINHO (Bloco/PSC-PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas deste Parlamento, Nação brasileira, venho a esta tribuna em respeito ao meu partido, Partido Social Cristão — PSC, como também em respeito e consideração a minha família; ao meu esposo, ex-Deputado desta Casa por 12 anos e Vice-Governador atual do meu Estado do Pará; ao meu povo querido do meu Estado do Pará; às minhas filhas, Letícia, Ana Laura e Alice; à minha mãe, que, com 81 anos, exerce ainda a cidadania ao votar em cada eleição; a todos os meus familiares, meus irmãos e irmãs.

O desgoverno desta Presidente tem nos incomodado. O caos em que se encontra o nosso País, na economia, no financeiro, tem trazido para a população do nosso País um descontentamento, um descontrole total.

Eu venho a esta tribuna para dizer que não pactuo com esse desgoverno. Podemos enumerar aqui situações em todas as áreas de todos os segmentos. A saúde está um verdadeiro caos. O repasse do Governo Federal é muito pouco pelas necessidades e carências do Estado. Quanto à educação, nem se fala!

Professora há mais de 35 anos, eu fico com vergonha quando leio aquele *slogan* “*Brasil, Pátria Educadora*”. Conheço a realidade de perto. Sei que não é bem isso; sei que falta muito para sermos uma pátria educadora. A infraestrutura do nosso País é caótica. As BRs estão acabadas; não existem BRs a contento em situação de trafegabilidade. A segurança pública está deixando o povo brasileiro sem dormir.



Por isso, nós estamos aqui nesta tribuna hoje para dizer qual é a nossa posição. Fui votada de forma democrática e venho com veemência e intrepidez dizer que não vou decepcionar o nosso povo, o povo do meu Estado do Pará, aqueles que confiaram a nós o voto. Venho a esta tribuna, em respeito ao povo evangélico, dizer que estamos aqui representando, com responsabilidade e, repito, com respeito, o povo do meu Estado e a Nação brasileira.

Por isso, a melhor saída, a melhor solução neste momento é o *impeachment*. Não há outro meio, não há outra solução: *impeachment*, sim, e já, para uma verdadeira democracia e o fim da corrupção neste País!

Sr. Presidente, precisamos de um país decente. Para isso, precisamos passar a limpo esta situação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Reclamação. Sem revisão do orador.)

- Na sessão anterior, alguns partidos estavam inscritos, com tempo de Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado,...

O SR. DANIEL ALMEIDA - Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu já sei o que V.Exa. vai falar. A sessão é de 4 horas. Ela é prorrogável ou não pelo tempo de 1 hora. Eu prorroguei para terminar. Era o último partido. Então, eu tinha que formalmente declarar o fim daquele processo de discussão e comecei outra sessão. A prorrogação ou não de 4 para 5 horas é uma prerrogativa da administração da sessão.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Quero dialogar com V.Exa. sobre o seguinte: o Líder tem preferência!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O Líder, não a delegação do Líder.

O SR. DANIEL ALMEIDA - O Líder tem preferência!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O Líder pede a palavra a qualquer tempo. O delegado do Líder, por representação, entra, por ofício, na fila.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, por entendimento com V.Exa., permitiu-se que fosse intercalada a intervenção de Líderes e a intervenção dos partidos. O que eu queria solicitar a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Mas, Deputado, eu estou respeitando a sequência! Eu estou dando preferência antes da discussão!

O SR. DANIEL ALMEIDA - O que eu queria solicitar a V.Exa. é que fosse garantida a participação, a manifestação dos Líderes remanescentes, que V.Exa.



está encaminhando agora, como está encaminhando, mas sem prejuízo de intervenção do tempo de Líder desta sessão que acaba de iniciar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, eu não tenho condições, é antirregimental. Eu estou dando a preferência e vou realizar toda essa lista. A partir daí, eu começo a discussão individual.

Todos nós estamos querendo dar a oportunidade dessa discussão individual e queremos fazê-lo a tempo de que isso possa ocorrer antes da sessão de amanhã, às 14 horas.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Não devemos cercear os Líderes, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Essa prorrogação antirregimental me causará problemas. Então, eu vou seguir a preferência, para que não prejudique esses que ficaram remanescentes.

Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, pela Liderança do Governo.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Peço a palavra só para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há muitas interrogações. Quero saber se todos os Parlamentares que estão inscritos individualmente vão falar ou V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se todos vão falar, depende de quem estiver aqui na hora e depende de requerimento de encerramento de discussão que não seja votado pelo Plenário.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Pois é isso que precisa ficar claro, porque há alguns Parlamentares que estão aguardando essa oportunidade para falar,...



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - É isso o que eu estou querendo fazer.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - ...mas não sabem a que horas vai ser encerrada a sessão amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A Presidência pretende que as sessões sejam repetidas até amanhã de manhã, se for o caso, para dar oportunidade a todos de falar, mas haverá o limite de não comprometer a sessão de amanhã. Até não comprometer a sessão de amanhã, nós vamos prorrogando e tentando um acordo para que todos possam falar. É o objetivo da Presidência.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - O.k. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de refletir aqui neste plenário sobre o que eu percebo desde ontem: a mudança não só da abordagem da mídia brasileira, como também dos semblantes e da tentativa, a cada momento, de gerar um “já ganhou”, que não é mais existente.

Nós temos muita tranquilidade em dizer que a admissibilidade não vai passar, com base em tudo que temos avaliado e trabalhado. É bom que digamos isto para a sociedade brasileira, para os movimentos sociais, que nos emocionam nas ruas, e para as pessoas que estão hoje na defesa da democracia: tenham a clareza, o conforto e a tranquilidade de manter o seu voto para que não haja um golpe neste País.

A palavra “golpe” foi a mais falada neste plenário, porque todos os Deputados que votam pela admissibilidade se explicam ou tentam se explicar, dizendo: “*Não é golpe! Não é golpe! Não é golpe!*”.

Na verdade, está tão demarcadamente claro que esse é um golpe institucional, um golpe com a ajuda e a articulação absolutamente explícita e promíscua do Vice-Presidente da República, do Presidente da Câmara e de alguns aqui dentro do Congresso, particularmente da Câmara, que todos os que vão à tribuna tentam se defender, sem eficácia. Quanto mais se defendem, mais fica claro para a sociedade brasileira que há um golpe.



Aliás, isso já está muito claro. Eu tenho em mãos um resumo de 400 manifestos da sociedade brasileira e da comunidade internacional contra o golpe e em defesa da democracia.

É bom citar aqui algumas representações, como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, bem como promotores, juízes, advogados, pela legalidade e pela democracia no Brasil, intelectuais da Universidade do Rio Grande do Sul, povos tradicionais, movimentos sociais de todos os matizes do Brasil inteiro, inclusive comunidades tradicionais, movimentos de mulheres, movimentos de juventude, muitas entidades de São Paulo. Há 400 manifestos e, hoje, saiu mais um, com mais 260 assinaturas de defensores públicos, além dos 600 que assinaram o primeiro manifesto e os 8 mil juristas que assinaram em outro momento.

Isso vai mostrando onde está a maioria da sociedade brasileira. É aqui que está a maioria. É nas ruas. Eu estou com muito orgulho do Estado do Rio de Janeiro. No Estado do Rio de Janeiro há manifestações diárias pela democracia, de todas as formas, nas cartas, nos vídeos, nas poesias, nas músicas, no samba, como fez Beth Carvalho, e na presença de artistas de todas as formas de expressão. Nós temos visto o Rio de Janeiro nas ruas diariamente na defesa da democracia e em manifestações cada vez mais crescentes. Vemos isso não apenas no Rio. Em todos os Estados do Brasil nós estamos vendo isso.

Hoje, eu estive aqui no acampamento de diversos movimentos sociais e os vi em condições precaríssimas, diferentemente de outros que vêm aqui apoiar o *impeachment* e estão em hotéis de luxo. Eles estão dormindo em colchonetes,



usando banheiro químico, sem lugar para tomar banho, mas estão lá firmes na defesa da democracia, inclusive quilombolas e índios.

Há uma grande diferença entre o que ocorre hoje no Brasil e a consciência democrática que se fortaleceu, cresceu, integrou e se solidarizou. É sensacional ver a pluralidade e o esforço das diversas mídias que hoje fazem a cobertura do nosso trabalho, apesar de muitas delas não terem sido credenciadas na Câmara dos Deputados, porque isso não lhes foi permitido. Nós vimos quais foram os crachás permitidos. Inicialmente, houve uma denúncia clara de fraude dos crachás, mas depois foram legalizados pelo Presidente da Casa. Eu gostaria que outros membros da Mesa também tivessem a mesma autorização para credenciar entidades representativas da sociedade brasileira de fato.

Não bastasse isso, digo mais. Digo e repito que a comunidade internacional está de olho em nós. Nesse manifesto também constam a ONU Mulheres, a ONU geral e a OEA, além de outros, como a CEPAL, a FLACSO e tantas outras entidades que nos observam.

Cada vez mais, a expressão do golpe que se tenta fazer no Brasil vai ficando clara no mundo inteiro. Está pegando muito mal para o Brasil essa usurpação dos símbolos nacionais para tentar retirar do poder uma presidente legitimamente eleita, honesta, sem nenhum enriquecimento ilícito, sem nenhum crescimento de patrimônio em todo esse tempo de governo.

Para nós vai ficando claro e para vocês também que vocês não têm dois terços dos votos. Vocês sabem que não vão ganhar essa votação. Isso está explícito no semblante de vocês, está explícito no comportamento da mídia de ontem para hoje principalmente. Também vai ficando claro para a sociedade brasileira que a



tentativa de implantar um governo ilegítimo é a inviabilização do Brasil, da sua economia, das políticas públicas, da soberania nacional e do fortalecimento do Estado brasileiro. Vai ficando nítido para a sociedade brasileira e para o mundo inteiro que um governo ilegítimo não governará.

Repito: o Sr. Michel Temer não conseguirá andar nas ruas, porque ninguém pode governar mais de 200 milhões de habitantes sem nenhum voto, sem nenhuma legitimidade.

As pessoas atuam com a emoção, mas principalmente com a razão. O sentimento e a alma libertária e democrática do povo brasileiro vão sendo violados por vocês, vão sendo agredidos por esse comportamento, por esse movimento que não consegue identificar um só fato, um só crime que possa levar à retirada da Presidenta Dilma Rousseff do Governo.

A Presidenta Dilma entrou pela porta da frente e sairá pela porta da frente em 2018. Estão insatisfeitos? Disputem a eleição, ganhem no voto, vão para a urna, enfrentem o debate e apresentem propostas para a sociedade brasileira, porque a sociedade quer mais direitos, quer mais liberdade, quer parâmetro constitucional, quer estabilidade política, o que vocês jamais lhe darão, porque quem dá golpes, quem usa a redução da democracia, quem agride a sociedade brasileira não tem condição de ter paz, equilíbrio, estabilidade e condição de governo, muito menos com uma agenda restritiva de direitos e de possibilidade de participação e de diálogo.

Digo, com muita tranquilidade, que nós amanhã teremos aqui, de fato, um dia histórico. Todos nós estamos fazendo história aqui, mas nós sabemos como queremos passar para a história do Brasil. Carimbo na testa de golpista nós não



teremos! Golpe aqui é dado por quem viola a Constituição e a democracia, e nós seremos vitoriosos amanhã. Vocês sabem disso, bem como nós sabemos. Vocês e a sociedade brasileira sabem disso.

Podem gritar à vontade. Podem levantar as fitas e as bandeiras, porque, amanhã, vocês vão ter que engolir a derrota. A nós caberá a preocupação sincera de estabelecer uma nova agenda para o País, uma nova coalizão de forças. Foi Dilma, com seu novo Governo, que, de fato, teve fibra, altivez e dignidade de defender a democracia e irá recompor esse projeto para o Brasil, salvando não apenas a economia brasileira e as conquistas do povo brasileiro, como também a democracia e a liberdade, algo que é muito caro a todos nós.

Nós não permitiremos que a democracia seja derrotada depois de tantos anos de luta, de tantas mortes, de tanto sangue. *(Manifestação do Plenário: Tchau, querida!)*

Durante o discurso da Sra. Jandira Feghali, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Alex Canziani, 4º Secretário, e Eduardo Cunha, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, caros Deputados, todos nós que vimos a este microfone o fazemos com a responsabilidade histórica de que quem garantiu este microfone foram milhares de pessoas, muitas delas mortas, muitas delas torturadas, muitas delas afastadas de suas famílias.

Eu vivi esse período e sei qual foi a contribuição, em vida, de Honestino Guimarães, do ex-Deputado João Amazonas, de Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, de Tancredo Neves, cuja memória digna de ter conquistado a democracia e contribuído para a sua garantia eles querem usurpar.

Os que votarem amanhã “não” ao golpe demonstrarão o seu amor ao País e a esta Constituição. Haverá aqueles que rasgarão a Constituição, que desmoralizarão as instituições e conflagrarão as ruas.

Todos e todas aqui sabem muito bem que cresce a consciência de que o que está ocorrendo é um golpe, uma farsa jurídica, coisa que a consciência democrática deste País não aceitará.

É claro que todos vão ao microfone dizer que não se trata de golpe. Por que eles insistem que não é golpe? Porque sabem que o povo brasileiro tem consciência e não respeitará políticos que não têm a coragem de votar em defesa da democracia.

Quero lembrar aqui, como disse a Deputada Jandira Feghali, que o mundo está estarecido. Tenho recebido delegações de parlamentares e diplomatas de vários países em razão da minha condição de Presidente da Comissão de Relações



Exteriores e de Defesa Nacional. Declaração da Organização dos Estados Americanos — OEA diz que Dilma será julgada, sem acusação, por imputados, por indiciados, por julgados.

Nós vimos no rosto daqueles que articulam o golpe que já não há mais tranquilidade, já não há mais consciência de que eles ganharão. É o que estamos sentindo.

Ontem nas ruas de Belo Horizonte, hoje nas ruas de Salvador e nas ruas do Rio de Janeiro, vimos milhares e milhares de pessoas. Eles estão nas ruas, mas estarão aqui amanhã nos nossos acampamentos.

Temos consciência de que não condenarão uma mulher digna, uma mulher íntegra, uma mulher que deu a sua juventude pela democracia e está dando a sua maturidade para preservar a liberdade neste País.

Amanhã seremos um novo País, em que se garantirá a democracia, em que se garantirá a possibilidade de construirmos um mundo novo, porque o golpe não passará. *(Manifestação no plenário: Tchau, querida!)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Osmar Terra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer uma observação sobre este enredo que os partidos que apoiam a Presidente Dilma Rousseff estão criando.

Eles criaram um enredo num universo paralelo, que não tem base na realidade. *“Coitadinha da Presidenta Dilma! Ela está sendo vítima de um complô de meia dúzia de Deputados que querem tirá-la do poder. Querem chegar ao poder tirando uma pessoa que está lá, coitada, fazendo tudo de bom para o Brasil”.*

O Brasil está uma maravilha! O Brasil não tem crise nenhuma!

Eles não falam em crise. Eles não falam no desastre da administração Dilma e no dano que isso causa à economia, à sociedade e aos mais pobres, que hoje estão sem atendimento à saúde. Nem vacina eles conseguem dar mais à sociedade! Isso não é dito. Não se toca neste assunto. É proibido.

Não falam em corrupção, porque essa corrupção sistêmica, que nunca houve em escala tão grande no País, não existe no universo paralelo. Naquele universo paralelo, só se diz: *“É golpe! É golpe! É golpe!”* Parece que engoliram um gravador.

Não existe golpe: existe um crime estabelecido pelas pedaladas, um crime orçamentário, um crime contra o equilíbrio fiscal do Brasil. Esta é a ponta do *iceberg*. O Governo Dilma vem errando há muito tempo e vem empurrando com a barriga o déficit que tem.

Esse Governo Dilma, há muito tempo, mais gasta do que arrecada. O País está quebrado, está falido, e nós não sabíamos disso. Isso era escondido desta



Casa, era escondido do Parlamento brasileiro, que tem a finalidade de fiscalizar, e era disfarçado sob a forma de pagamentos feitos por bancos públicos sem o ressarcimento do Governo.

Quando, por causa das denúncias, tiveram que ressarcir, quebrou-se o Sistema Único de Saúde — SUS. O SUS não terá recursos federais mais a partir de agosto. Os pobres é que vão ser atingidos, os pobres é que estão sofrendo.

Nós não temos mais segurança pública neste País. Todas as famílias brasileiras têm medo de sair nas ruas à noite. O Brasil é o País com o maior número de homicídios no mundo. As drogas tomam conta das ruas, e o Governo não apresenta nenhuma proposta, nenhum enfrentamento para este descalabro!

É disto que estamos falando, do dinheiro que falta para o FIES, do dinheiro que falta para o PROUNI. Disso eles não falam. Eles só falam da lei e do golpe, da lei e do golpe. Não falam da vida da população, do drama que hoje vive a sociedade brasileira, que compra cada vez menos comida. A população brasileira hoje não tem recursos para manter a casa: está vendendo tudo o que tem para poder sobreviver.

Meus queridos telespectadores, esta situação é semelhante à do pai de família que gasta muito mais do que arrecada e arruína a família. Foi isto que Dilma Rousseff fez com o Brasil: arruinou o País e fechou os olhos para o maior escândalo de corrupção sistêmica da nossa história.

Foi isso que aconteceu, e disso eles não falam. É proibido falar.

A União Nacional dos Estudantes — UNE e os movimentos sociais financiados pelo Governo vão para as ruas e são proibidos de falar em corrupção. Eis a única coisa que dizem: “*É golpe! É golpe! É golpe!*”.



Não há golpe nenhum! Há, sim, a Nação brasileira a exigir providências diante de um Governo que acabou.

Seja qual for o resultado da votação de amanhã, Dilma não governa mais o Brasil. Ela não terá mais como governar o País.

Quem deu o golpe foi Lula, que está no Hotel Tulip, governando o País.

Este é o golpe, o golpe branco que aconteceu no Brasil.

Meus queridos colegas, é a irresponsabilidade fiscal que está destruindo a saúde, que está destruindo a segurança, que está destruindo a educação, que está destruindo os sonhos da juventude brasileira.

Por isso, queridos amigos e companheiros, eu quero dizer, para encerrar: quem votar contra o *impeachment* amanhã estará votando na continuação desse desastre e será responsável, perante a sociedade — vai ser responsável, depois não venha dizer que se enganou —, pela continuação do desastre e do desgoverno Dilma.

É isso que eles querem votar. É isso que eles estão propondo.

Não acreditem em quem não vier votar. Quem não vier votar é covarde e está traindo a confiança dos eleitores. (*Palmas.*)

Quem não vier votar estará traindo a confiança de quem votou nele nas eleições passadas. E não venha com desculpas!

Sr. Presidente, estão ameaçando bloquear a saída das quadras dos Deputados. Estão ameaçando bloquear o acesso dos Deputados. Esses movimentos sociais financiados com o nosso dinheiro, com o dinheiro público, que são uma sombra dos movimentos sociais do passado, que não representam mais nada, que não têm mais causa nenhuma, a não ser manter o poder da Presidente e



não deixar Lula ser preso, estão ameaçando bloquear o acesso dos Deputados. Mas quem usar esta desculpa para não vir votar estará traindo a confiança do povo. É covarde! É safado!

Como dizia nosso querido Ulysses Guimarães, tem que estar todo mundo aqui, para dizer o que quer e para assumir a responsabilidade perante o povo brasileiro e perante a história do Brasil.

Passo agora a palavra ao meu companheiro Valdir Colatto.

É isso, companheiros!

Impeachment já! Esta é a nossa bandeira. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço ao Deputado Osmar Serraglio e à Liderança do PMDB por me concederem este espaço.

Na eleição de 2014, já nos posicionamos contra esse Governo que está aí. Eu fui o único candidato a Deputado do PMDB que votou e fez campanha contra a Presidente Dilma Rousseff. Eu sabia que iria acontecer isso. Estava escrito que o Brasil iria passar por isso, e eu dizia aos meus eleitores que não podiam votar na Presidente Dilma.

Sr. Presidente, além de tudo o que já foi dito nesta Casa, eu gostaria de levantar outra questão, uma questão ideológica. Está-se implantando no Brasil um socialismo bolivariano, que está chegando ao País para tirar o direito à propriedade, para tirar a segurança jurídica de todos aqueles que produzem e trabalham num setor que tem salvado o Brasil: a agricultura brasileira. É isso que está acontecendo.

Os sem-terra, Sr. Presidente, têm 88 milhões de hectares no Brasil. Os indígenas têm 110 milhões de hectares. Os parques têm 120 milhões de hectares. O INCRA, a FUNAI e o IBAMA — pasmem, Srs. Deputados! — detêm 40% do território brasileiro, e o Brasil tem hoje apenas 30% das terras nas mãos da iniciativa privada, pois 70% já estão estatizados.

O que isso quer dizer, Sras. e Srs. Deputados? Quer dizer que o socialismo está sendo implantado via campo. Esta é a realidade que nós estamos mostrando para o Brasil.



Nós não podemos deixar isso acontecer porque, na hora em que não tivermos mais a propriedade privada, acabou a democracia no Brasil. Está aí o Movimento Sem Terra fechando estradas, invadindo propriedades, tirando a segurança jurídica e a segurança pessoal das pessoas. Nós precisamos varrer da história do Brasil esse movimento, que é uma quadrilha que anda pelas estradas.

Eles não são agricultores, que têm calos nas mãos. São pessoas que têm calos nos pés, porque andam nas estradas, invadindo propriedades brasileiras.

Nós não vamos aceitar isso, porque a agricultura brasileira merece respeito, merece ser vista como uma área que gera empregos no Brasil e que agora está salvando o País do desemprego. Os desempregados das cidades estão indo para o campo, porque a agricultura, mais uma vez, está salvando o País.

É por isso que eu trago neste momento a questão fundiária no Brasil. Como é que está sendo ocupado este País? Como estão usando as nossas propriedades? O que nós queremos com a terra brasileira, que hoje tem 70% estatizados nas áreas indígenas e quilombolas, nos parques e nas fronteiras? Nós não podemos admitir isso.

Fiquem bem cientes disso, senhores, porque todos têm propriedades. A agricultura garante para cada um de nós a preservação das nossas propriedades. O direito à propriedade é sagrado. Não é qualquer movimento ideológico que vai mudar esta realidade no Brasil.

Fiquem atentos a isso, porque nós não aceitamos nada, além da democracia!

Impeachment já!

É hoje, companheiros!

Aqueles que não vierem votar realmente estarão fugindo de um momento histórico!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Aureo, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade. (*Pausa.*)

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, peço que se coloquem seguranças na quadra dos Deputados, para que os Deputados não sejam impossibilitados de vir votar. Eu peço a V.Exa. que tome as providências necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A Presidência já tomou as providências, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pela liderança do Solidariedade, concedo a palavra ao Deputado Aureo.

O SR. AUREO (SD-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, povo brasileiro que nos ouve e nos assiste, o *impeachment* é um remédio constitucional, haja vista ter previsão em nossa Constituição. Isso é do processo democrático.

Meu partido, o Solidariedade, defende o processo de afastamento da Presidenta Dilma desde que ela começou a retirar os direitos dos trabalhadores e desde que ficou comprovado que crimes foram cometidos.

O Solidariedade se posicionou porque viu que logo depois da eleição o Governo prejudicou enormemente o assalariado e o aposentado; empresas fecharam; 9,5% da população está desempregada, o que significa, Sr. Presidente, quase 10 milhões de brasileiros sem emprego. As contas de luz e o preço dos combustíveis subiram mensalmente. As famílias tiveram o seu poder de compra reduzido, inclusive, com aumentos diários dos preços de produtos da cesta básica. Obras foram abandonadas, e os trabalhadores da construção civil foram demitidos. O Programa Minha Casa, Minha Vida deixou pequenos empresários em situação de falência.

O Governo acusa Parlamentares que são favoráveis ao *impeachment* de golpistas, mas a vítima desse golpe foi a parte mais fraca deste processo, o povo brasileiro, quando votou numa falácia eleitoral. O PT apresentou um quadro mentiroso ao eleitor para garantir mais 4 anos no poder, mesmo sabendo que não poderia entregar o que estava prometendo.



Estamos afastando a Presidenta Dilma, e quem vai assumir é o Vice-Presidente escolhido por ela para compor a sua chapa eleitoral. Ela o escolheu justamente para assumir em caso de impedimento.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal já declarou que o processo de *impeachment* é constitucional, sim. Dilma foi vitoriosa nas urnas — não por uma ampla maioria —, mas não pode fazer disso um cheque em branco para estar acima das leis. Ela deve pagar pelos seus atos ilícitos.

Outra mentira é que o *impeachment* será o fim de políticas de proteção social. Essas políticas são políticas de Estado, são ganhos do povo brasileiro, das quais o PT não é o dono.

Antes de me decidir, caminhei pelas ruas e ouvi o povo de Duque de Caxias reclamar, com desesperança, da falta de emprego, da falta de perspectiva para os seus filhos, da falta de confiança em um Governo que o enganou.

Escutei muitas lideranças religiosas, bispos metodistas e de outras denominações — como o Reverendo José Santana, de Gramacho — que promoveram debates e que não veem outro caminho a não ser o afastamento da Presidente para que o País possa avançar e crescer.

Dialoguei com diversos movimentos sociais e acadêmicos, com o Prof. Clóvis Paradela, com eleitores, amigos de caminhada, que clamam por justiça e por ética. Conversei com Vereadores do Estado e com muitos Prefeitos que não sabem como fechar as contas, porque o Governo Federal causou um verdadeiro rombo no Orçamento público.

Por ver o cidadão do meu Estado do Rio de Janeiro perdendo o emprego, pagando juros escandalosos, por ver a Baixada Fluminense sofrer sem investimento,



por ver o morador de Duque de Caxias, pais e mães de família sofrendo por conta de uma política econômica irresponsável, como por exemplo o sucateamento da rede de saúde pública, voto pelo *impeachment*. Por desejar que meus filhos, que hoje têm 8 e 2 anos, cresçam em um país justo para todos, não apenas para um grupo que chega ao poder e quer tirar vantagens pessoais à custa do povo; por respeito a minha esposa, Aline, e a minha avó Arilda; pelo que aprendi com meus pais, a Profa. Marise e o Sr. Lídio, e com minha irmã, a também Profa. Danielle, voto pelo *impeachment*.

Fora, Dilma!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Tereza Cristina, para falar pelo PSB.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Como Líder. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e meus queridos sul-mato-grossenses, em um regime presidencialista, a interrupção do mandato presidencial é um ato extremamente grave. A crise política chegou a um ponto de ruptura. Creio que nenhum de nós, que vai cumprir o seu dever constitucional, está feliz com a situação a que chegamos.

O quadro de desgoverno que enfrentamos exige deste Congresso Nacional assumir sua responsabilidade para recolocar o País nos rumos da paz e do desenvolvimento.

Os brasileiros são capazes de compreender a relação direta entre a incompetência de gestão, a incapacidade de articulação política e a corrupção, causadoras do sucateamento da saúde, da educação, da segurança pública e de outras coisas mais.

As classes sociais menos favorecidas são as mais prejudicadas. O empresariado, diante de tantas incertezas, também perdeu o seu apetite para novos investimentos no nosso País. Os Governos Federal, Estaduais e Municipais estão em condições pré-falimentares, pondo em risco os direitos sagrados dos servidores públicos e aposentados de receberem regularmente os seus salários.

Liquidada a capacidade do poder público de investir e com a iniciativa privada desestimulada, empregos não são criados e os existentes são destruídos. Já são mais de 10 milhões de desempregados.



O setor agropecuário, motor do nosso desenvolvimento, começa a sentir os efeitos desta grave crise. O Brasil perdeu o grau de investimento, senhores. Perdemos a estabilidade conquistada nos últimos 20 anos. Todas as manhãs o povo brasileiro perde um pouco de sua esperança.

Chegou a hora de mudança! Para que a mudança aconteça, esta Câmara precisa exercer o seu papel constitucional, atendendo aos anseios da sociedade. Precisamos resgatar a credibilidade do Executivo e do Congresso Nacional e restabelecer o diálogo e a harmonia entre os Poderes, para construir as saídas para esta grave crise por que passa o nosso País.

Na nova etapa da vida nacional, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário precisarão de unidade e coragem para encarar as reformas fundamentais: previdenciária, tributária, trabalhista, administrativa e, principalmente, a política, tão sonhada por nós.

É indispensável a construção de um novo pacto federativo para que o Brasil volte a crescer e a gerar empregos.

Não tenho dúvida de que a democracia brasileira sairá consagrada desse processo amanhã.

É emblemático o afastamento da Presidente da República pelo descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. A gestão irresponsável das finanças públicas destrói os fundamentos econômicos e sociais de qualquer nação.

Os crimes de responsabilidade que deveremos admitir foram cometidos no atual mandato, mas suas origens foram construídas através de ações irresponsáveis nos últimos 12 anos.

Que isso sirva de exemplo para todos os gestores públicos.

Por isso, meu voto amanhã será *impeachment* já! (*Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.*)



O SR. ADILTON SACHETTI (PSB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite a todos.

Quero externar aqui o meu sentimento neste momento, o sentimento que o Brasil vive. O País não pode continuar como está.

Realmente, não vai haver golpe; vai haver *impeachment* amanhã! O Brasil não pode continuar como está. *(Palmas.)*

Nós não podemos aceitar a mentira. Nós não podemos ver o Brasil quebrando sem ninguém fazer nada. Não há Governo! Nós estamos parados. A sociedade está ansiosa por mudar esta situação, só não enxerga quem não quer.

Há tempos o Governo está parado, só reproduzindo uma cantiga: dizendo que é golpe, que não há causa.

Quebrar o nosso País não é causa justa para que se tire uma Presidente da República? Quebrar a PETROBRAS não é causa para que se tire uma Presidente da República? “Pedalar” na frente de todo mundo durante 14 meses não é causa para o impedimento de uma Presidente?

Chegou a hora da mudança! Não podemos mais aceitar a forma como este Governo conduz as coisas. Não podemos aceitar ameaças. Nós, produtores, fomos ameaçados, e nós temos posição, sim. Ninguém vai invadir a minha casa, ninguém vai invadir a minha propriedade, por eu ser brasileiro e por trabalhar a terra.

Eu quero, sim, um governo justo, um governo que atenda a todos e que não seja dono da consciência das pessoas. Temos liberdade de escolher, sim, e amanhã escolheremos o *impeachment!* *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Waldir, pela Liderança do PR.

O SR. DELEGADO WALDIR (Bloco/PR-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, brasileiros e brasileiras.

Venho neste momento a esta Casa para fazer uma breve reflexão. Há poucos meses, eu entrei para a história de Goiás. Por que o Delegado Waldir entrou para a história de Goiás? Porque o Delegado Waldir foi o mais votado na história de Goiás. Foram quase 300 mil votos. E não foi diferente na nossa maravilhosa Goiânia: tive quase 179 mil votos.

Agora, neste momento, aqui nesta Casa, eu tenho oportunidade de entrar novamente para a história e para os Anais desta Casa. De que forma? Com covardia? Não, Srs. Deputados! Não, brasileiros! Não pela covardia, mas pela ousadia. Pela ousadia de votar pela retirada do Governo mais corrupto da história do mundo, não só deste País! Vamos afastar, sim, este Governo, podem ter certeza.

Eu sei que esta Casa e que estes Deputados têm honra. Amanhã, a partir das 14 horas, virão a este plenário dizer “sim” ao *impeachment* desta Presidente.

Quero lembrar que, em 1980, no Colégio Sion, era fundado o Partido dos Trabalhadores. Quanta moralidade! Quanta moralidade: PT, o partido dos pobres! E no que acabou hoje? Hoje, o PT é o partido dos corruptos, é o partido dos petralhas. E não há como dizer que isso não é verdade.

Onde estão os tesoureiros do PT? Um está em Goiás, Delúbio Soares. E o outro? O outro está no presídio lá em Curitiba! Onde estava Delcídio, o Líder do Governo do PT? Até poucos dias atrás, era o Líder do Governo, aquele que frequentava o Palácio do Planalto, a casa de Lula, a casa de Dilma. E onde estava?



Estava preso, e veio falar ao povo brasileiro sobre as malandragens, sobre as falcatruas que aconteceram nos bastidores deste País!

Senhores brasileiros, e Lula, o homem santo, o homem mais honesto deste País — vocês acreditam nisso, brasileiros e brasileiras que assistem a esta sessão? Lula se avocou o homem mais honesto deste País — chutou o traseiro de padres e pastores: *“Ninguém é mais honesto do que eu!”*

Tenha vergonha na cara, Sr. Lula! Tenha vergonha na cara! Tenha vergonha na cara! O povo brasileiro sabe o quanto você destruiu este País! A sua cara de moralidade foi ao chão, foi ao solo! E não se esqueça! Explique ao povo brasileiro, Sr. Lula, que, neste momento, está escondido aqui, em um hotel, reunindo Deputados, para dar a eles um “pixuleco”, para passar um “pixuleco” a alguns Deputados, para que mudem o seu voto!

Pois bem, Sr. Lula, explique ao povo brasileiro como você fez do seu filho um dos homens mais ricos deste País! Ensine ao povo brasileiro como multiplicar a sua riqueza! Cada cidadão pobre deste País quer aprender com você, quer aprender com você!

Eu participei da CPI da PETROBRAS — acho que alguns colegas e a população brasileira se lembram disso — e eu fiz uma visita ao Dr. Sérgio Moro. E perguntei a ele: *“Dr. Sérgio Moro, quem é o líder dessa organização criminosa? Quem é o líder dessa organização criminosa investigada pela Lava-Jato?”* O Dr. Sérgio Moro não pôde me responder naquele momento.

Mas o Senador Delcídio do Amaral já respondeu. O Marcelo Odebrecht, neste momento, em Curitiba, está fazendo delação premiada. Ricardo Pessoa também. E a sua hora vai chegar. Pode escrever, Sr. Ex-Presidente. Por ter formado a maior



organização criminosa deste País, você vai pagar o seu preço. Pode acreditar nisso!

Eu confio na Justiça brasileira.

Eu quero dizer a V.Exas. que, se hoje estamos vivendo este momento nesta Casa, nós devemos, sem dúvida nenhuma, prestar uma homenagem especial à Polícia Federal brasileira; nós devemos prestar uma homenagem especial ao Ministério Público Federal; nós devemos prestar uma homenagem especial ao Dr. Sérgio Moro. Se nós vamos viver isso agora, não podemos esquecê-los.

Temos que lembrar àqueles que vão governar que as delações premiadas não acabaram e que muita coisa vai vir à tona. A casa de muita gente ainda vai cair, acreditem nisto!

Mando um recado também para a Sra. Presidente e para os nossos colegas que têm ido à tribuna do outro lado e têm falado: *“Coitadinha da nossa Presidente, ela não fez nada”*. Ora, como a nossa Presidente, com foro privilegiado, pode ser investigada hoje pela Polícia Federal? V.Exas. podem me dizer? Não, ela não pode ser investigada!

Mas não se esqueça das tretas de Pasadena, Presidente Dilma! Não se esqueça da sua assessoria, que tem sido apontada nas delações premiadas. Rapidinho, assim que a senhora sair desse Palácio — não se esqueça! —, a senhora vai ser lembrada também. Não se esqueça, não, Sra. Presidente, o seu momento vai chegar!

Nós vemos do outro lado da tribuna algumas plaquetas: *“Isso é um golpe”*. Golpe é o que acontece neste momento com as pessoas mais pobres deste País, que estão desempregadas. São 10 milhões de pessoas desempregadas! Golpe são os nossos presídios abarrotados e as pessoas morrendo.



Sra. Presidente, senhores membros do Partido dos Trabalhadores, golpe é ver 45 mil pessoas morrerem por ano neste País e vocês ficarem calados. Golpe, senhores membros do Partido dos Trabalhadores, são as pessoas nas filas dos hospitais. Isso é golpe! Isso é golpe!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Valente, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos, cada vez mais, convencidos de que este processo de *impeachment* é uma grande farsa, uma montagem, uma armação, para retirar uma Presidente sem crime de responsabilidade e colocar um Vice-Presidente sem credibilidade, sem voto, sem legitimidade para assumir o poder.

Quero dizer que o comandante deste processo está sentado naquela cadeira.

Quero lembrar aos Líderes partidários da Oposição e da Situação que aqui houve uma rebelião. Quando o Deputado Eduardo Cunha, mais uma vez, fez manobra no Conselho de Ética, vários Líderes do PSDB, do DEM, do PPS, do PCdoB, do PT, do PSOL seguiram, em passeata, ao Conselho de Ética, para pedir a saída do Deputado Eduardo Cunha. Onde está a coerência desses partidos que não veem que Eduardo Cunha macula e contamina todo esse processo com a sua ilegitimidade? Ele já deveria ter saído daí há muito tempo, inclusive pela ação da PGR — Procuradoria-Geral da República sobre o seu afastamento, que ainda não foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Não tem legitimidade!

Michel Temer Presidente e Eduardo Cunha Vice-Presidente tem nome: é ruptura democrática; é golpe institucional. Esse é o nome!

Àqueles que acham que o Executivo não tem credibilidade hoje, que está desgastado e por isso tem que sair — nem acham mais que tem que sair por causa das pedaladas fiscais —, quero dizer também o seguinte: qual é a legitimidade de um Governo que será o substituto da Presidente Dilma e nunca teve um voto? Michel Temer tem 1% de intenção de votos nas pesquisas, e 60% querem o seu



impeachment. Isso quer dizer que quando nós voltarmos aqui, quando for votado o *impeachment* — se ele passar, por acaso —, aqueles que foram às ruas pelo “fora, Dilma!” não vão defender Michel Temer. Essa é a realidade.

Por isso, nós estamos aqui para dizer claramente: o PSOL defende o ordenamento democrático. Apenas isso. Somos oposição ao Governo Dilma, mas não queremos uma ruptura democrática, porque isso representa um golpe.

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o orador que falará contrariamente à matéria, o Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE SOLLA (PT. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Boa noite a todos os que nos assistem neste momento.

Eu vou falar mais para quem está nos assistindo fora deste plenário.

Vocês já sabem que a Presidenta Dilma não cometeu nenhum crime. Nada!
(*Manifestação no plenário.*)

Nada foi encontrado. E a maior prova disso é que a Oposição começou, no ano passado, uma campanha pelo *impeachment* sem ter nenhuma acusação contra a Presidente. Passou mais de 1 ano vasculhando todas as possibilidades, buscando encontrar uma justificativa, e não encontrou nada que pudesse macular a história da nossa Presidenta. Utilizou artifícios contábeis para ter pelo menos o que dizer a esta Casa, o que dizer ao País; pelo menos uma razão para incluir numa peça.

V.Exas. sabem também que essa razão já foi completamente descartada, porque o que se tem é um procedimento administrativo feito por todos os Governos anteriores, pelos Governos Estaduais. Não há contra ela nada que possa configurar um crime.

Pior do que isso, telespectadores, ouvintes: o mundo inteiro está sabendo, pois foi publicado nos principais jornais do mundo, que uma Presidente honesta, sem nenhuma acusação, sem nenhuma imputação de crime, está sendo julgada por uma quadrilha de corruptos, contra os quais há provas de contumaz de desvio de recursos, que têm conta na Suíça, com corrupção comprovada, com denúncia na Lava-Jato.



V.Exas. também já sabem que, se a Presidente viesse a ser afastada — não será, porque não terão votos para dar o golpe aqui, amanhã, nesta Casa (*palmas*) — , quem iria assumir seria uma dupla já envolvida na Lava-Jato. Interessante que um inclusive denunciou o outro numa gravação: o Presidente Eduardo Cunha cobra propina que já teria sido recebida por Michel Temer e ele não teria recebido. Essa dupla já atuava antes na corrupção que foi comprovada na Lava- Jato.

Mas nós não podemos esquecer que essa estratégia montada é a mesma estratégia do golpe de 64, com os mesmos atores. Quem financia o golpe é a FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, quem financia o golpe é a elite empresarial brasileira, que faz campanha para fazer a cabeça da população. E não conseguiu fazer, porque amanhã quem vai estar nas ruas mobilizando o povo brasileiro, quem vai estar nas praças, quem vai estar aqui dizendo “não” ao golpe é quem defende a posição de que essa atitude não vai passar.

E mais: o programa que negociaram para conseguir o financiamento é um programa de atraso. A população tem que saber: o que eles querem é colocar corrupto no poder e recomeçar a cortar direitos, a reduzir recursos para a saúde, para a educação. Foi o que Michel Temer negociou para financiar o golpe.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra, para falar a favor, o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero começar prestando uma homenagem a um grande símbolo — um grande brasileiro — deste momento que estamos vivendo aqui e agora, o Juiz Federal Sérgio Moro, a representação do profissionalismo, do compromisso com a ética que os brasileiros tanto querem.

A homenagem que faço aqui ao Juiz Sérgio Moro é exatamente porque ele motivou a mudança de que o Brasil precisa: a mudança da ética, a mudança do compromisso com a verdade, a mudança do respeito ao dinheiro público. Esse é o grande legado que deixa o Juiz Sérgio Moro a toda população brasileira.

As pessoas não querem muito das instituições. As pessoas não querem muito do Parlamento, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário. As pessoas querem só um tratamento decente do dinheiro público e mais ética, para que o dinheiro público seja usado em benefício da sociedade.

É isso que as pessoas querem. Não querem muito, não; apenas que tenhamos compromisso com a verdade, com a ética, com a decência e, mais do que isso, com o futuro das gerações do nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o legado diferente que deixaram o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma é o legado da corrupção institucionalizada. Nós sabemos muito bem que não é admissível o vale-tudo que se faz neste momento para viabilizar os votos necessários para segurar a Presidente da República no Governo até o presente momento. Esse é o trabalho que se faz, permanentemente, na tentativa de comprar os votos necessários. É isso que a



população brasileira repudia. Por isso, foram às ruas mais de 6 milhões de pessoas para reivindicar mais decência, mais seriedade, mais ética na vida pública.

Portanto, nós queremos mudança. É isso que quer a população brasileira, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nós vimos inconstância na utilização do Orçamento, com as pedaladas fiscais. Nós vimos inconstância dessas pessoas que governaram até hoje o Brasil, que está nas mãos do PT, do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma. Essas pessoas não consubstanciaram a verdade que a população tanto quer.

Por isso, vamos ao *impeachment!* Vamos ao movimento, amanhã, dizendo “basta”, “chega”! Queremos a verdade!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar contrariamente, com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Prezados Deputados e Deputadas, em outro abril, em 1964, um Presidente do Senado declarou a vacância do cargo do Presidente João Goulart. Tratava-se de uma mentira, porque João Goulart ainda se encontrava dentro do País.

Do meio deste plenário, em que se encontra o Deputado Arlindo Chinaglia, um Deputado polido e educado gritou a palavra que cabe hoje aos golpistas dos nossos dias. Tancredo Neves, por três vezes, gritou: “*Canalhas! Canalhas! Canalhas!*”. (*Palmas.*)

Prevalecerão, amanhã, Tancredo e a luta democrática? Prevalecerá aquele que denomina este Plenário Ulysses Guimarães? Ou prevalecerão os canalhas, aqueles que hoje, sem pudor, à luz do dia, armam golpes, organizam conspirações,



apresentam programas, desrespeitam a Constituição e pensam que o Brasil aceitará um golpe violador da democracia, das instituições e da dignidade?

O processo que se encontra à mesa é eivado de contradições e de mentiras. Comete-se nesta Câmara o maior crime, que é um julgamento viciado, um julgamento para o qual se ataca sem provas e se procura cassar a Presidente da República em seus direitos políticos, retirá-la do poder, para que um Vice-Presidente, sem votos, ocupe o seu lugar.

A unidade de uma nação não se faz sem o povo; a unidade de uma nação não se faz de um encontro de uma casta ou de uma classe privilegiada que despreza 54 milhões de eleitores.

Não é possível, Sras. e Srs. Deputados, que esta Câmara se transforme em um colégio eleitoral, e que V.Exas. queiram eleger aqui, pelo voto indireto, Michel Temer, um conspirador, e manter na Mesa desta Casa Eduardo Cunha, um traidor desta Nação, um corrupto a quem denunciemos.

Fora, Cunha!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Cabo Sabino, para fazer sua manifestação favorável.

O SR. CABO SABINO (Bloco/PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, da *GloboNews* e de tantas outras TVs que repercutem para todo o Brasil e para o mundo esta sessão, a Presidente Dilma já reconheceu que não tem mais condição de governar o Brasil. E reconheceu isso nesta Casa, ontem, através do seu Líder, quando disse que o Brasil não tem mais jeito. O Líder do Governo, ontem, assumiu para todo o Brasil que eles não têm mais condições.



Não sou eu que digo isso. S.Exa. mesmo disse ontem, através de um vídeo, que está gravado nesta Casa. Aqueles que quiserem ver o vídeo e escutar o áudio busquem nos Anais da Casa, e, em pouco tempo, estará no Facebook e em grupos de WhatsApp o vídeo em que o Líder do Governo assume que não tem mais jeito.

V.Exas., caros Deputados, caras Deputadas, que estão indecisos, aqueles que dizem que fazem um movimento para o voto de abstenção e que não querem vir a esta Casa, amanhã, honrem o seu voto, honrem o paletó que vestem. Quem não vier amanhã é covarde; não vale o voto que recebeu do seu eleitor nas urnas.

V.Exas. acham que a Presidente Dilma e o seu Governo vão honrar o compromisso que têm feito, distribuindo cargos em Ministérios? Ela caloteou 54 milhões de eleitores. V.Exa. acha que ela vai honrar o compromisso que fez com V.Exa., as promessas que ela lhe fez, por V.Exa. estar se vendendo? Abra os olhos! V.Exa. você não é criança, Deputado.

Amanhã, nós temos que vir aqui, como aqueles que têm um sentimento patriótico, que amam o Brasil, que têm sentimento pelo povo brasileiro, para honrar cada voto que tivemos e votar a favor do *impeachment*, tirar este Governo de corruptos, de ladrões, que enojam o nosso País, que enojam a Nação.

Nós somos brasileiros de coração. Nós estamos aqui porque acreditamos num Brasil forte, num Brasil livre, longe de bandidos e de corruptos.

“Sim” ao *impeachment*! Xô, bandidos!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal.



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos chegando ao final de um processo eivado de vícios e inconsistências.

Sabemos que a Oposição golpista perdeu o pudor e hoje já nem fala em *impeachment*, fala em cassação. Cassação como instrumento arbitrário, cassação como instrumento ditatorial, cassação como regime de exceção. É isso o que se está urdindo, como uma tropa em galope numa corrida rústica, contra os preceitos democráticos que, com muita luta, erguemos neste País.

Temos dito nas ruas, nas praças, que não vai ter golpe, e, amanhã, o povo brasileiro sairá de maneira ordeira, mas determinada, para dizer que não vai ter golpe, porque é o que se está tramando, a partir de uma maioria constituída por negociatas, por traquinagens, por mãos que escorregam, por uma maioria que eles alardeiam, embora não tenham os dois terços. E V.Exas. sabem que não passarão, golpistas, porque efetivamente a construção foi sólida, com políticas sociais, com universidades, com a garantia de escolas técnicas.

Não gritem de costas! Olhem nos olhos de uma mulher que tem coragem, como tem Dilma, como tem a querida Dilma, querida das urnas, querida do povo brasileiro.

A crise nos abala, mas nós a superaremos com o Governo legitimado, nas urnas, pela vontade popular, que V.Exas. querem usurpar. São, portanto, usurpadores, ditadores e lampejam com corrupção.

Ora, somos todos contra a corrupção. Quem fortaleceu o Ministério Público e a Polícia Federal foram Lula e Dilma, foram nossos Governos. Mas não admitimos que haja uma ação completamente direcionada.



O processo fala em pedaladas. E pedaladas, senhores dos gritos furtivos, não é crime. E, sem crime de responsabilidade, não há *impeachment* e é golpe!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, nobres Parlamentares, inicialmente quero saudar calorosamente o povo brasileiro. Saúdo você que nos acompanha pelos meios de comunicação e, em especial, o povo cearense, esse povo forte, esse povo alegre e produtivo, que vem suportando essa crise econômica, crise política, crise ética, crise moral implementada pelo Governo Lula, implementada pelo Governo do PT.

Basta de corrupção! Basta, acima de tudo, da falta de credibilidade que este Governo gerou em nosso País!

Por diversas vezes relatei, aqui desta tribuna, lado a lado com meus colegas, os Deputados do PSDB, o estelionato político que o Governo do PT implementou em várias regiões do nosso Estado e do nosso País.

Também relatava aqui o descumprimento da Carta Magna em relação à moralidade, à legalidade, à publicidade, à impessoalidade, à eficiência na sua gestão. O PT, efetivamente, não cumpriu a nossa Carta Magna; descumpriu a Lei Orçamentaria Anual; descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Governo de Dilma também foi omissos. Houve omissão dolosa e negligência. O Governo deixou perpetuar a corrupção, que se generalizou em vários órgãos federais. Ele, através da sonegação de dados, escondeu rombos de bilhões de reais; escondeu a situação fiscal de nosso País. Provocou essa inflação, gerou o desemprego de milhões de brasileiros, fazendo com que a administração dos Municípios e dos Estados brasileiros ficasse também inviabilizada.



Sr. Presidente, o nosso constitucionalista Rui Barbosa afirmava: “*Em todo país civilizado, há duas necessidades fundamentais: que o Poder Legislativo represente o povo e que o povo influa efetivamente nos seus representantes*”.

É por isso que o povo foi às ruas; para fazer com que, nessa sessão de amanhã, muitos dos nossos Parlamentares votem pelo *impeachment* da Presidente Dilma.

A Constituição é o caminho para vencermos a crise. *Impeachment* não é golpe. Muito pelo contrário, o *impeachment* serve para fortalecermos as instituições e o Estado Democrático de Direito.

Foi lá no Nordeste que Dilma ganhou as eleições, mas no Nordeste também Dilma não tem mais credibilidade. Que é feito da transposição do Rio São Francisco, das refinarias, da Transnordestina? É calote político!

É por isso que nós do PSDB estamos lado a lado, unidos e irmanados, para dar uma grande vitória no dia de amanhã, uma grande vitória que represente a legitimidade de cada Parlamentar, através do seu voto, sem haver corrupção.

É por isso que estou reafirmando o meu compromisso, não somente como representante do Estado do Ceará e do meu Município de Maranguape, mas como representante do povo brasileiro.

Vamos ao *impeachment*! Somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Margarida Salomão.

A SRA. MARGARIDA SALOMÃO (PT-MG. Sem revisão da oradora.) - Sras. e Srs. Parlamentares, faço uso da palavra nesta sessão histórica, em que daremos conta de cada um dos nossos gestos à história do Brasil, invocando o elemento que



deve dar sentido a todas as nossas intervenções neste Plenário: a defesa inarredável da ética pública.

De fato, observa-se hoje, na sociedade brasileira, um brado ensurdecido por uma cena pública limpa e decente. Há uma justa indignação popular contra a má prática secular dos agentes públicos com finalidades particulares. Já em 1630 — vejam os senhores como é velha a corrupção no Brasil —, o nosso primeiro historiador, o frade franciscano Vicente do Salvador, dizia: *“Nenhum homem nessa terra é repúblico, pois trata o bem comum como seu bem particular”*.

Ao me juntar àqueles que denunciam a corrupção, quero dizer que esta sessão está profunda e irreversivelmente corrompida, por três razões.

Em primeiro lugar, porque aqui se examina a admissibilidade do pedido de *impeachment* sem que se tenha caracterizado no relatório que o apoia nenhum crime de responsabilidade. Nenhuma linha do relatório demonstra que tenha havido crime de responsabilidade. Portanto, quer se fazer o *impeachment* contra uma mulher cujo nome não está em nenhuma lista de denúncia que hoje frequenta a imprensa brasileira. Por isso, diz o *New York Times*: *“Pratica-se no Brasil uma afronta, um tapa na cara da população, porque corruptos querem cassar uma mulher honesta”*.

Em segundo lugar, esta sessão está corrompida porque o acatamento desse pedido de *impeachment* foi feito por um Deputado que, este, sim, é réu no Supremo Tribunal Federal — assim foi decidido por 10 votos a zero. É corrompido um processo se o juiz que o preside for, formalmente, réu por motivo de corrupção.

Em terceiro lugar, este processo está corrompido pela hipocrisia que traveste de rito jurídico o que é, na verdade, disputa política.



Leonardo Boff disse uma frase inesquecível: “*Se os pobres do Brasil soubessem o que está se tramando contra eles, não haveria ruas queoubessem todos aqueles que defendem o seu direito*”.

Por isso sou contra o golpe! Fique, Dilma! Fora, Cunha! Fora, Temer!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Feijó.

O SR. PAULO FEIJÓ (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, voto “sim”, pelo *impeachment*! Voto “sim”, pelo afastamento.

A Presidenta Dilma cometeu, sim, crime de responsabilidade. Ela ignorou a peça orçamentária. Ela pedalou, gastou o que não podia gastar, principalmente, nos períodos eleitorais. Como se não bastasse isso, os 13 anos de Governo do PT se transformaram numa verdadeira tragédia para o povo brasileiro.

O povo brasileiro não aguenta mais, Sr. Presidente, inflação alta, PIB com queda de 4%, corrupção generalizada.

Se não bastassem os aspectos jurídicos, também voto totalmente, sintonizado com os meus eleitores. Represento o norte e o noroeste do Estado do Rio de Janeiro: Campos, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, Santa Maria Madalena. E existe uma unanimidade: 100% daquele povo, dos meus amigos, dos meus eleitores, querem que eu vote pelo *impeachment* da Presidenta Dilma. Fazendo assim, não tenho dúvidas de que estou contribuindo para que possamos ter um País melhor.

Vamos votar pelo *impeachment* porque o Brasil não suporta mais esse desgoverno.



Sr. Presidente, eu, no meu quinto mandato de Deputado Federal, nunca assisti a um momento tão trágico como este.

Quero aqui também homenagear, além dos meus eleitores, duas pessoas muito queridas, a minha mãe, Anésia Feijó, de 87 anos de idade, totalmente lúcida, politizada, e o meu tio Jorge Feijó, de 85 anos de idade, lúcido, competente, politizado, que me pediram para votar pelo *impeachment* da Presidenta Dilma.

O Brasil não merece esse desgoverno. Eu quero ser um instrumento do povo do norte e do noroeste do Estado do Rio de Janeiro, para que possamos viver num País melhor.

Impeachment já! Chega de farra! Chega de corrupção! Chega de ladroagem! Impeachment já!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães, do PCdoB da Bahia.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, dirijo-me neste momento ao povo brasileiro que está nos vendo e nos ouvindo.

Quero dizer a vocês que estão fazendo aqui um processo com que tentam cassar uma Presidente honesta. Naqueles processos que estão ali em cima não há sequer uma denúncia de corrupção. Nenhum tostão do povo brasileiro caiu no bolso ou na bolsa da Presidente da República.

O conluio foi montado por esse Presidente que está aí. Esse, sim, que é réu em processo no Supremo Tribunal Federal; esse, sim, que tem uma denúncia agora de ter recebido 52 milhões de reais da empresa Engenharia Carioca. É esse que está conduzindo o processo. E todos esses que estão defendendo aqui o



impeachment ainda vêm me falar de combate à corrupção, quando estão sendo dirigidos por um corrupto e por um Vice-Presidente que está denunciado na Operação Lava-Jato.

Portanto, esse é um processo ilegal, é um processo imoral! E vem contra você, minha cidadã e meu cidadão do Brasil, porque ele vai atentar contra o Bolsa Família, vai atentar contra o Minha Casa, Minha Vida. Nós, que somos do Nordeste, sabemos o quanto este Governo e os Governos do Presidente Lula foram benéficos para o crescimento do Nordeste, com avanço da inclusão social — beneficiaram 30 milhões de brasileiros.

É contra este movimento que a elite que deu o golpe em 1964 tenta hoje dar um novo golpe no Brasil. Este golpe não passará, porque a consciência política dos brasileiros está nas ruas. São democratas, intelectuais, artistas, movimentos sociais se levantando contra essa farsa, contra aqueles que não ganham nas urnas e querem ganhar no tapetão, contra aqueles que foram rejeitados quatro vezes nas urnas. Não ganham nas urnas, mas querem ganhar no tapetão.

Quero chamar a atenção dos indecisos. Não se deixem ser dirigidos por Eduardo Cunha! O PSB de Miguel Arraes e o PMDB de Ulysses Guimarães não podem ser um PSB e um PMDB que venham a coadunar com o golpe militar. Eles não fizeram isso. Foram vítimas do golpe militar e não podem estar de acordo com este novo golpe.

Vamos à luta! O golpe não passará!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho.



O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a história está sendo escrita por todos nós e vai nos julgar por ação ou omissão. O PT e seus acólitos dessa derrocada continuam a mentir e a repetir palavras de ordem de que o *impeachment* é golpe.

Golpe é mentira do PT. Golpe é dividir, usando para isso toda a máquina governamental; incitar luta entre classes sociais, entre pobres e ricos, entre negros e brancos. Golpe é mentira do PT.

Golpe é dividir para dominar, para submeter, para manipular e esconder a natureza totalitária e irresponsável desse partido que se entranhou no País, que votou contra a Constituição de 1988, mas hoje a usa falsamente como escudo; que votou contra o Plano Real, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Bolsa Escola.

Golpe é ter um discurso diferente da prática; é falar uma coisa e fazer outra; é mentir; é maquiagem a realidade para se manter no poder. Golpe é mentira do PT.

Golpe é decidir o destino desta Nação no foro de São Paulo, com a presença de partidos políticos, movimentos sociais e terroristas estrangeiros, distribuindo o suado dinheiro do povo brasileiro para a ditadura bolivariana, deste continente, e outras, sanguinárias, do continente africano.

Golpe! Golpe é a mentira do PT. Golpe é aparelhar, com dinheiro público, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, meios universitários, parte da imprensa e tudo o que for possível e utilizar a mentira como método.

Golpe é a mentira do PT. Golpe é montar uma gigantesca máquina de propaganda para alavancar e propagar a mitologia em torno de Lula, utilizando uma receita fascista, stalinista e nazista de Goebbels.



Golpe! Golpe é a mentira do PT. Golpe é roubar as estatais e os fundos de pensão; é distribuir e destruir a PETROBRAS e as esperanças desta Nação.

Golpe é cruzar os braços diante de um País onde mais de 60 mil pessoas são assassinadas sob a benevolência deste partido.

O Brasil está ferido, dividido, explorado, sofrido e precisa de uma chance para um novo recomeço.

Amanhã nós vamos dar um enorme passo nessa direção. O *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e a retirada dessa quadrilha do Poder vão permitir que o povo brasileiro volte a acreditar no seu futuro com força, coragem, serenidade e cabeça erguida, contando com as bênçãos de Deus.

Direi, em nome dos nossos filhos do Rio Grande do Norte e de todos os brasileiros, “sim” ao Brasil.

Impeachment já!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, povo do Amapá, não são segredo para ninguém as enormes discordâncias que eu, como Parlamentar brasileira, representante do povo amapaense, tenho com a condução dada ao nosso País pela Presidente Dilma Rousseff. Esta crítica vem da sua incapacidade do Governo em perceber a importância de construir um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia e do descaso com as populações tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.



Minha insatisfação se aprofunda quando vemos os aliados estratégicos escolhidos pela Presidente, entre eles o ex-Senador pelo Amapá José Sarney, representante do atraso na nossa República.

Que fique bem claro: o PSB do Amapá não participou do Governo Dilma em nenhum momento. Não tivemos cargos e nem queremos ter. Eu voto com a consciência tranquila, pois sou independente em relação aos dois lados da disputa.

Para cassar um mandato eletivo, é preciso que exista crime acima de qualquer dúvida razoável. Tenho convicção de que não foi comprovado crime de responsabilidade cometido pela Presidente Dilma Rousseff.

Vamos separar o que é político do que é jurídico. Temos que ter responsabilidade. Não podemos entregar graciosamente a Presidência do País ao PMDB, partido sobre o qual pesam fortes acusações de corrupção.

Defendo a soberania do voto popular e as regras democráticas. Por isso, meu voto é contra a admissibilidade do *impeachment*.

Não podemos permitir que o País continue dividido e perca as conquistas da democracia.

Fora, Cunha! (*Manifestação no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Geraldo Resende. Logo depois vou conceder a palavra aos Líderes.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, brasileiros de todos os rincões, principalmente do meu Mato Grosso do Sul e da minha querida Dourados, o dia de amanhã será lembrado no futuro como o início do fim do Governo Dilma. Não digo isso com alegria; digo com pesar. Chegamos a essa situação por culpa exclusiva de um



Governo que se elegeu mentindo, que desrespeitou o voto de mais de 54 milhões de brasileiros, que zombou dos aliados políticos, que transformou a corrupção em epidemia e que se mostrou incompetente para resolver os problemas que ele mesmo criou.

O preço a ser pago é alto, mas o Brasil é maior do que esse erro político que estamos enfrentando e que vamos vencer, com certeza. Nossa jovem democracia já deu mostras de que não depende de milagres e que vai encontrar por seus próprios meios os remédios certos para colocar o Brasil nos trilhos.

Há 14 meses o Governo Dilma está sangrando. Para o povo, esse sangramento já virou hemorragia. Na vida dos brasileiros comuns, o caos atende pelo nome de desemprego, inadimplência, falta de remédios e médicos, violência. Falta quase tudo, o que fere de morte a nossa esperança de uma vida melhor.

Mais grave é saber que as principais ações desse Governo tiveram como alicerce a corrupção. Enquanto o trabalhador sua a camisa para ganhar o seu pão, a gestão do Governo embolsava vultosas propinas, num jogo em que só os privilegiados ganham.

Os brasileiros estão fartos desse jeito de governar. Mas eu não vou ficar aqui apenas lamentando.

Tenho certeza de que no futuro o dia de amanhã vai ser lembrado como o dia de uma grande virada. Quando o *impeachment* for aprovado e a Presidenta Dilma for afastada, estará em nossas mãos a tarefa de reconstrução de um Brasil mais justo e mais digno. E eu torço para que isso sirva de lição e aprendizado.

A minha decisão de votar pelo afastamento da Presidente Dilma vem da firme convicção de que faço o melhor pelo meu País e reflete o respeito que tenho pela



maioria dos brasileiros, especialmente por aqueles que vivem em Mato Grosso do Sul e, em particular, na minha querida Dourados.

Com todo o respeito, Presidente Dilma, está na hora de a senhora ir para casa. Dê lugar a quem tem condições políticas, habilidade administrativa e apoio da população para unir de novo o País. Só assim vamos acabar com essa paralisia profunda para a qual a senhora e seu Governo nos empurraram.

Impeachment já! Viva Dourados! Viva Mato Grosso do Sul! (Palmas.)

(Manifestação no plenário: Fora, Dilma!)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Peço respeito aos oradores, por favor! *(Manifestação no plenário.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Pastor Eurico, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, o Brasil todo está ligado no que está acontecendo aqui. A maioria da população quer a verdade verdadeira, porque a versão mentirosa está sendo usada por aqueles que votaram neste Governo corrupto, que deu o verdadeiro golpe no Brasil.

Como em outras oportunidades, eu gostaria de ler aqui parte da fala de um ilustre componente desse PT da corrupção, que disse o seguinte, em setembro de 1992, no *impeachment* de Fernando Collor:

“Foi o povo brasileiro que assumiu a vanguarda na luta contra a corrupção, contra a impunidade e pelo afastamento do Presidente da República. Isso significa que, agora, o País volta às mãos de seu povo, que deu à Câmara dos Deputados uma decisão a ser cumprida: o afastamento do Presidente da República.”

Essas palavras foram ditas pelo hoje presidiário, ícone do PT, o cérebro pensante, o Sr. José Dirceu. Agora, como ele tem muitas regalias, deve estar acompanhando esta sessão pela televisão. Um absurdo! Mas o que disse esse senhor agora está acontecendo.

Tantos outros do PT e sua corja fizeram pedidos semelhantes. Então, nós que hoje somos a favor do *impeachment* estamos exatamente atendendo ao pedido feito por eles naquela época. Antes não era golpe, mas hoje é golpe? Coisa nenhuma! Cada vez mais o Brasil está naufragando. E nós temos responsabilidade e não



vamos aceitar que o Brasil continue nas mãos dessa máfia corrupta que cada vez mais quer sucatear o nosso País.

Chega de corrupção! Chega de ladroagem! Chega de tantas coisas horrendas, com a população sofrendo e o Brasil naufragando!

Tudo o que eles estão dizendo é para tentar proteger essa corja de ladrões que roubam dia e noite e querem continuar fazendo isso. Mas as mulheres e homens sérios do Brasil não querem que isso continue e apelam aos Deputados que os representam para que aqui aprovem o *impeachment*.

Eu sou a favor do *impeachment*. Não me vendo, não me troco. Não há dinheiro que mude meu voto. Quem quiser ir que vá, mas estou com o PHS nesta luta.

Parabéns a todos que estão defendendo o *impeachment*! Parabéns, povo brasileiro! (*Palmas.*)

(*Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Fora, PT!*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Carmen Zanotto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo o tempo do meu partido para agradecer a um conjunto de Parlamentares que, na noite de ontem, concordaram com a otimização dos trabalhos para garantirmos o processo de votação na tarde de amanhã.

Como todos nós estamos acompanhando, temos conhecimento de que os trabalhos se iniciaram na manhã de ontem, às 9 horas, com o pronunciamento da acusação e o da defesa. Depois 25 partidos tiveram direito de falar por 1 hora. Além disso, os Líderes tiveram 1 hora e 40 minutos durante cada uma das sessões.

Se tivéssemos mantido o rito definido na primeira etapa, só iríamos concluir os trabalhos na manhã de domingo, ou seja, a 1 hora da manhã, na virada de sábado para domingo.

Fruto de um grande acordo, feito com o apoio do Deputado Jovair Arantes, conseguimos que, durante a madrugada e na manhã de hoje, os partidos que apoiam o processo de *impeachment* reduzissem o seu tempo. Os Líderes reduziram as suas inscrições. Com isso, ganhamos 6 horas.

No início da noite de hoje iniciaram-se as inscrições individuais dos Parlamentares para se pronunciarem por 3 minutos.

Mas esse coletivo, ainda preocupado com a tarde de amanhã, preocupado com os milhares de homens e mulheres que vão estar nas ruas em sua cidade e, principalmente, aqui em Brasília, não poderia atrasar o processo de votação da tarde de amanhã.



Esse coletivo de partidos que apoia o processo de *impeachment* está trabalhando com os seus Parlamentares para que abram mão do seu tempo de 3 minutos a fim de que consigamos garantir o início dos trabalhos na tarde de amanhã.

Por que só eu estou falando em nome do meu partido, o PPS? Porque percebemos que nós não iríamos dar conta dos trabalhos, conforme as planilhas apresentadas pela Mesa na noite de ontem.

Portanto, quero agradecer a cada um dos Parlamentares e a cada um dos Líderes que não mediram esforços para que nós, em respeito ao coletivo de homens e mulheres que estarão nas ruas...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Antônio Jácome, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTN.

O SR. ANTÔNIO JÁCOME (Bloco/PTN-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, meus conterrâneos do Rio Grande do Norte, por que não começar citando a Bíblia Sagrada, onde está escrito: “*O Senhor Deus muda o tempo e as estações*”? Quem diria que um dos 12 filhos de Seu Neném e D. Alda, criado sob o sol causticante do pé de serra do Sertão nordestino e tendo estudado em pequenas escolas públicas da periferia, chegaria aos 17 anos de idade a uma universidade federal para cursar Medicina e depois trilharia os caminhos da vida pública com sucessivas eleições!

Hoje, como o primeiro Deputado Federal evangélico da história do Rio Grande do Norte, eu posso viver este momento único, histórico e definitivo para o nosso País.

Qual de nós, colegas, imaginou, há 14 meses, quando juramos cumprir fielmente a Constituição brasileira, que amanhã estaríamos votando a permanência ou não da Presidente da República no cargo?

Quero, em alto e bom som, com a minha consciência tranquila e a certeza de que estou honrando o voto e a confiança do povo do meu Estado, reiterar o voto “sim” ao *impeachment*, o voto “sim” ao impedimento da Sra. Presidente da República.

Quero agradecer aos colegas do Partido Trabalhista Nacional — PTN, que me facultaram a oportunidade de usar o tempo da Liderança.

Para embasar o meu posicionamento, citaria o advogado Cleverson Marinho, que, de forma muito lúcida, escreveu:



“(...) embora constatar-se a ocorrência de crimes de responsabilidade da denunciada, atentatórios à probidade administrativa, como sérias lesões ao Orçamento, pela edição de decretos não numerados, abrindo crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional, pela prática das chamadas...”

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Expedito Netto, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

O SR. EXPEDITO NETTO (Bloco/PSD-RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar a todos que assistem pelos meios de comunicações a este dia histórico, em uma semana histórica.

Eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que o Governo nunca imaginou que mais uma vez um Gonçalves Ferreira, que mais uma vez um rondoniense estaria aqui, hoje, dando esse golpe, dando essa espada divina, a espada da misericórdia, no Governo. Minha família já sofreu na mão deste Governo.

Hoje eu vi amigos meus sofrerem na mão deste Governo, com propostas indecentes, propostas estas feitas até pelo Poder Judiciário do nosso País.

Sr. Presidente, é inaceitável que nós continuemos seguindo por esse caminho. Este Governo o nosso País não aguenta mais. Rondônia não aguenta mais.

Eu vim aqui hoje exercer meu mandato, representar o Estado de Rondônia, que sabe o que é certo. Competiu a mim a missão de ir contra este Governo, de ir contra a corrupção, de vir representar o povo trabalhador e honesto de Rondônia. Eu nunca poderia deixar de representar o meu Estado com a classe, com a honestidade que ele merece.

Venho, mais uma vez, reafirmar o meu voto. Não aceito propostas. Assim como o meu pai não aceitou no passado proposta contra este Governo, eu não aceitaria. E digo a todos que queiram comprar pessoas decentes e que queiram mudar esse jogo, comprando-as pelo jogo da sombra, que eu não aceito, que eu não



vendo minha dignidade! E eu tenho certeza de que os outros Deputados também não vão vender a sua.

Pode ter certeza, Sra. Presidente Dilma Rousseff, de que amanhã é o seu último dia como Presidente da República. (*Palmas.*) Amanhã a senhora e o PT encerram a sua carreira. E o Brasil, mais uma vez, vai poder voltar a crescer; e o Brasil, mais uma vez, vai poder voltar a florescer.

Eu sou brasileiro. A corrupção não é culpa do brasileiro. Podem ter certeza de que este momento passará, de que esta tormenta em que o povo brasileiro se encontra passará. E nós daremos vez a um novo futuro. Mais uma vez, nós daremos voz às ruas. (*Palmas.*)

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vimos a este plenário com alegria, porque estamos fazendo algo que, apesar de difícil, é a nossa obrigação.

Fui eleito pelo povo do meu Estado, o meu querido Pará, para representá-lo. E, nesta Casa, eu sou a sua voz e a sua vez.

Nós não podemos aceitar que roubem a PETROBRAS enquanto as nossas estradas estão esburacadas, enquanto as nossas estradas estão voltando ao pó. A BR-155, uma estrada de exportação, de entrada de grãos, tem pontes assassinas, de madeira. Enquanto isso, nós estamos financiando portos em outros lugares. Estão roubando o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e deixando o nosso povo passar fome. Nós não podemos aceitar isso! O povo do Pará não aceita mais isso! O povo do Pará está dizendo: "*Basta!*"



Precisamos de um governo que traga respeito, que traga dignidade, que traga honradez. Queremos poder bater no peito e dizer: *“Eu participo desse governo; construo, junto com esse governo, dias melhores para a minha família”*.

Estamos honrando pessoas que se encontram nas ruas neste momento, pessoas que não são políticas, mas que largaram seus empregos e trabalham em prol deste País, confiando neste País e em dias melhores para nossos filhos. Profissionais liberais largaram seus consultórios, largaram seus afazeres, largaram suas empresas e foram para a rua, com o verde e amarelo no peito, dizer: *“Sou brasileiro e exijo respeito”*.

Por isso, estou aqui, neste momento, em nome do meu partido, em nome do meu Estado, em nome da minha família, honrando-a, principalmente as minhas filhas — duas meninas: Lara e Laís. Elas poderão dizer: *“Meu pai participou disso, participou da transformação deste País, participou da limpeza deste País”*.

Por isso, eu digo, neste momento, que precisamos passar o País a limpo. Vamos limpar o Brasil. Vamos trazer o Brasil para o lado que ele precisa, o lado da honradez, da ética, da moral, da construção de um novo futuro. É por esse futuro que nós estamos aqui trabalhando e vamos continuar a trabalhar.

O PSD, meus amigos, está aqui participando com vocês. E tenham a certeza de que nós vamos ter dias melhores, porque estaremos aqui. Vamos acabar com essa sangria absurda e maléfica para o nosso povo, que só leva dinheiro para fora. Há uma gatunagem tirando o dinheiro do Brasil, enquanto nós estamos sofrendo. O povo do Pará está passando fome, sem dinheiro para nada, nem para comer! Nós precisamos melhorar isso. Estamos lá passando necessidade. Mas isso vai mudar,



porque nós vamos exigir respeito, cobrar pela nossa gente, pela nossa Pátria, pela nossa cidade, pelo nosso Estado, pelo nosso Brasil.

Contem conosco, porque não vamos parar de trabalhar. Nós não vamos poder parar de fazer o pedido normal e ético. Vamos precisar que este espaço aqui seja preenchido para cobrar mudanças. Vamos exigir que o novo Governo traga mais honraria, que traga mais respeito ao dinheiro público. Vamos precisar que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica financiem as nossas estradas. A nossa BR-316 tem que ser duplicada; a BR-155 voltou a ser pó. As nossas antigas estradas, Deputado João Rodrigues, que eram de asfalto, estão voltando a ser de poeira, com desrespeito e com lama. A Transamazônica está inacabada. Houve propostas e mentiras por anos, anos e anos. Nós não vamos aguentar mais isso.

Eu venho aqui, com muita tranquilidade e com o coração aberto, fazer algo que não é bom, que não me deixa feliz em fazer. É um processo radical, mas preciso fazê-lo. Honrando a minha terra, honrando a minha família, honrando o meu mandato, eu vou dizer: *“Basta! Precisamos de respeito! Impeachment já!” (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos intercalar agora com o quarto orador da lista.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, para falar contra.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Constitui-se em ato de flagrante ilegalidade o *impeachment*.

Com relação aos entendimentos do Tribunal de Contas da União, é preciso ressaltar que ele sempre considerou as medidas legais e que não há comprovação da prática de crime de responsabilidade. Não sou eu quem fala. São 136 Procuradores da República que dizem que o *impeachment* é golpe.



É golpe, como está sendo confessado nesta sessão do dia de hoje. Aqui se fala que é preciso fazer *impeachment* porque não houve duplicação de rodovias; que é preciso fazer *impeachment* por quê? “*O meu Estado está abandonado*”. Fala-se de uma avaliação do Governo, esquecendo-se de que nós estamos no presidencialismo.

São réus confessos os covardes. Quem vem aqui falar de covardia? Covardia de um homem como Luiz Inácio Lula da Silva, que enfrentou a fome e a miséria? Covardia de uma Presidenta mulher, que é vítima de expressões machistas, de expressões misóginas? *(Apupos.)*

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

A SRA. ERIKA KOKAY - Falar de covardia? Esses que se escondem atrás de um corrupto como o Deputado Eduardo Cunha, esses que se calam frente aos 52 milhões de reais e as 11 contas na Suíça? Covardes são os que querem solapar a democracia! Covardes são aqueles que fazem a distribuição de um governo que ainda nem existe, porque a fila que há no Palácio do Jaburu com certeza não é a fila para um sarau cultural, é a da distribuição dos cargos — que não virão! *(Apupos.)*

Nós estamos vendo a repetição de 1964! As fardas estão sendo substituídas pelos paletós apertados! As botas estão sendo substituídas pelos sapatos de luxo! As baionetas estão sendo substituídas pelos microfones e pelas canetas! *(Apupos.)*

É golpe! E amanhã nós vamos dizer: “*Tchau, golpistas e fascistas. Vocês não passarão!*” *(Apupos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Sousa. *(Pausa.)*



O SR. PEPE VARGAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Não dá para continuar assim. A Mesa tem que garantir a palavra para todos na tribuna.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a palavra “república” vem do latim: “*res publica*”, que significa “coisa pública”.

O SR. PEPE VARGAS - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. FÁBIO SOUSA - Sr. Presidente, eu estou com a palavra. O Deputado Pepe Vargas não está me deixando falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A palavra está com o orador. Em seguida, eu cedo a palavra ao Deputado Pepe Vargas para uma questão de ordem.

O SR. FÁBIO SOUSA - Sr. Presidente, a palavra “república” vem do latim: “*res publica*”, ou seja, “coisa pública”. E não há nada que mais atinja a coisa pública, a República, do que dois atos.

O primeiro é a corrupção, que todo mundo sabe que devasta, e muito, não só os recursos públicos, mas também a vida da população de modo geral. É o que mais mata no Brasil hoje, sem dúvida nenhuma.

O segundo é a incompetência dos governantes, incompetência que hoje está alojada no Palácio do Planalto.

É contra isso que hoje nós estamos nos posicionando e amanhã daremos o voto definitivo, *pró-impeachment*. Por que, Sr. Presidente? Porque as coisas precisam mudar. Há um sopro sobre o Brasil, há um sopro de mudança, que começou com a aprovação da Lei da Ficha Limpa neste Congresso. Há um sopro de mudança que vem com a Operação Lava-Jato. Há um sopro de mudança que amanhã culminará com um grande momento aqui no Congresso Nacional. E depois



virá, penso eu, a aprovação das dez medidas contra a corrupção. Esse sopro que vem sobre o Brasil vai trazer, se Deus quiser — e o povo clama por isso —, dignidade ao processo político, dignidade à coisa pública, dignidade à nossa República.

Eu acredito nisso, Sr. Presidente. Eu acredito nisso, Sras. e Srs. Deputados. E digo a V.Exas. que nós estamos construindo um momento histórico para a Nação. Se todos nós colocarmos a mão na consciência e pensarmos que não estamos votando só o impedimento de um governo, mas também o impedimento de um sistema político que precisa cair, de um sistema político que não pode mais continuar vigente no País, todos tomaremos a atitude correta. Assim eu espero.

Portanto, Sr. Presidente, amanhã, pelo meu Estado de Goiás, pelos meus filhos, Estevão e Amanda, por todo o povo brasileiro, eu vou bradar em alta voz: “*Sim ao impeachment!*”, para que o primeiro passo rumo à mudança comece aqui, neste Parlamento!

E eu termino dizendo: que Deus abençoe a nossa Nação! E que o sol da justiça brilhe nos quatro cantos deste País, se Deus quiser.

Eu voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PEPE VARGAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 76 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Qual é a questão do ordem de V.Exa.?

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Regimento Interno, no art. 76, diz:



“Art. 76. Nenhum discurso poderá ser interrompido ou transferido para outra sessão, salvo se findo o tempo a ele destinado, ou da parte da sessão em que deve ser proferido, (...).”

O art. 73 e seu inciso XIII, por seu lado, dizem:

“Art. 73. Para a manutenção da ordem, respeito e austeridade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

.....

XIII - não se poderá interromper o orador, salvo concessão especial deste para levantar questão de ordem ou para apartear-lo, (...).”

Então, Sr. Presidente, pela boa ordem dos nossos trabalhos — e isso vale para os dois lados, vale para as duas torcidas aqui dentro —, a Presidência tem que garantir a palavra ao orador, que não pode ser interrompido.

O SR. ALBERTO FRAGA - Há contradita, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O.k., Deputado.

O SR. PEPE VARGAS - Eu sei que V.Exa. inclusive concorda com isso, mas levanto a questão de ordem porque infelizmente o Plenário não quis se comportar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, eu vou receber como reclamação, até porque não é sobre a matéria, e não caberia questão de ordem.

Obviamente, nós temos que respeitar a palavra de todos.

O SR. ALBERTO FRAGA - Desde que o lado de lá respeite também.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu procuro sempre fazer com que o orador possa expressar a sua palavra. Estou fazendo soar forte a campainha, apelando, estou tentando evitar. Isso não está acontecendo só com um lado, está acontecendo com os dois lados. E, por conta do clima e do calor, temos que evitar.

O SR. ALBERTO FRAGA - Se acontece lá, acontece aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se os oradores estão conseguindo concluir, estão se dando por satisfeitos, estamos dando sequência à sessão. Mas, na medida do possível, nós temos realmente que preservar a palavra. E a Presidência tem tentado preservá-la, para que todos possam se fazer ouvir e para que sejam respeitados todos os oradores.

Independente da qualidade e do conteúdo do discurso, independente de qualquer natureza, o orador tem o direito à palavra, que a ele, no seu tempo, deve ser assegurada.

Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Nação brasileira, nós temos a responsabilidade de avaliar o tema que está em questão.

O que está em questão são apenas seis decretos que todos os Governadores e Presidentes assinaram, que o Vice-Presidente Michel Temer assinou. Portanto, não há nenhum crime de responsabilidade.

Sobre o tema das pedaladas, eu vou dar um exemplo: Fernando Henrique Cardoso, para o Plano Safra — porque é disso que se fala —, tinha apenas 2 bilhões. O juro subsidiado é pago pelo Estado para o agricultor. Fernando Henrique



Cardoso atrasava, mesmo sendo bem pouco. Portanto, pedalava. Fernando Henrique Cardoso pedalava, e não era crime.

A Presidente Dilma Rousseff não investe 2 bilhões, mas mais de 20 bilhões. O juro subsidiado é muito maior, e não há crime, porque não se trata de operação de crédito.

Então, neste momento, nós teríamos que parar esta sessão, porque o documento é imprestável, técnica e juridicamente. Se esta Casa fosse responsável e séria, pararia a sessão, porque não é possível, como diz a imprensa do mundo, que a Presidente Dilma, honesta, seja afastada por criminosos. Sim, deveríamos parar a sessão e, primeiro, afastar um réu por corrupção, que é o Deputado Eduardo Cunha, sobre quem pesa denúncia que foi aceita pela Alta Corte do País! Por lavagem de dinheiro e corrupção, ele é réu na Operação Lava-Jato! Nós deveríamos parar esta sessão e, primeiro, afastar o Presidente!

Fala-se muito no tema do combate à corrupção. No tempo dos conspiradores que querem voltar ao Governo, corrupção, povo brasileiro, ia para debaixo do tapete, não se apurava nada porque havia o “engavetador da República”.

Que Brasil nós queremos construir? Voltar no tempo, ao passado, quando não se apurava a corrupção? Deixar a agricultura sem créditos, como ficava em outras épocas? Um Brasil sem programas para tirar os pobres da miséria, sem universidades para os nossos estudantes, sem o Mais Médicos? É isso que se quer? Não! É por isso que nós não podemos permitir o golpe, que é ilegítimo! Nós não podemos admitir que o processo de afastamento de uma pessoa honesta seja presidido por um réu da Lava-Jato!

Nação brasileira e Deputados, não concordemos com esse desastre golpista!



Há uma conspiração por uma ponte para o futuro, que nada mais é do que o atraso contra os...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria nesta oportunidade dizer claramente algo que eu considero fundamental.

Em primeiro lugar, está se falando muito que este processo de *impeachment* não tem legitimidade. Eu queria observar que a Constituição Federal, ao assegurar que cabe à Câmara dos Deputados o afastamento da Presidente da República e, ao Senado, o julgamento do processo de *impeachment*, deixou absolutamente claro que o viés é político, e não tão somente jurídico, porque, se assim o fosse, caberia ao Supremo Tribunal Federal o afastamento e o julgamento do impedimento da Sra. Presidente da República. Ao colocar o fator político, legitima não apenas o fato jurídico tipificado como crime, mas também a decisão política de outras questões que são absolutamente importantes e inerentes a essa questão.

Em se tratando de crime, não me venham dizer que a pedalada, por si só, já não seria fator determinante, porque o é, uma vez que afronta o art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se de uma maquiagem absolutamente maldosa para esconder recursos que foram editados como créditos suplementares, pela Sra. Presidente da República, e gastos feitos sem a autorização do Congresso Nacional.

Por outro lado, colocar-se o empréstimo bancário feito ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, sem a autorização do Congresso Nacional, como sendo



um fator de menor importância é um deboche, é querer fazer com que nós não tenhamos a responsabilidade de dizer que esse é um crime ainda maior. Não pode o Governo Federal, como controlador majoritário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, sequer tomar empréstimo, quanto mais ter uma conta garantida, como foi o caso.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é chegado o momento do *impeachment*, não apenas por esses fatores graves, mas também e acima de tudo pela corrupção desenfreada praticada pelo Governo, pela falta de governabilidade. Os partidos políticos que antes apoiavam a Sra. Presidente, um a um foram tirando esse apoio, e só restam o PCdoB e o PT — já que o PSOL nunca votou com o Governo.

Quero trazer aqui a frase do filósofo Aristóteles: “*Grandeza não é receber as honras, mas merecê-las*”. E este Governo do PT e da Presidente Dilma não merece a honra de governar o Brasil.

Impeachment já! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Moema Gramacho.

A SRA. MOEMA GRAMACHO (PT-BA. Sem revisão da oradora.) - Eu queria falar para as Deputadas mulheres: mulheres, nós lutamos muito pelo direito ao voto, lutamos pelo direito de ter voz e vez, lutamos contra a ditadura militar e a ditadura machista, lutamos pela Constituição Cidadã — temos aqui Deputados constituintes —, lutamos pelo empoderamento das mulheres. Portanto, ter uma Presidenta eleita e reeleita é a mulher sendo empoderada!



Mulheres Deputadas, V.Exas. não podem deixar que se derrube uma mulher honesta, séria! E mais ainda: V.Exas. não podem deixar que essa mulher honesta seja derrubada por aqueles que estão em conluio com aquele que já não devia mais ser o Presidente desta Casa! É impossível que as mulheres concordem com isso! Mulheres, nós precisamos ter vergonha e não podemos deixar que seja tirada Dilma Rousseff da Presidência da República!

Temer, eu vou falar olhando para você: olhe para mim e veja se você tem coragem de olhar para os seus filhos. Precisou de uma mulher e a fez de escada; subiu de escada à custa de Dilma, para, depois, conspirar nos porões contra ela, no esgoto do Jaburu, para dar o golpe. Temer, você é traidor e golpista! Precisou de uma mulher para subir. Portanto, Temer, você não merece sequer olhar na cara da sua mulher — da sua mulher! Tenha vergonha de olhar na cara da sua mulher!

E, quanto ao Cunha, vocês deviam, com a coragem que têm de querer tirar Dilma, vir para cá dizer: *“Fora, Cunha! Fora, Cunha!”* Cadê? Vocês não têm coragem! São covardes! Não têm coragem de dizer *“Fora, Cunha!”*. E digo isso porque são todos assim, ó: mancomunados, conluiados com Cunha.

Provavelmente — muito provavelmente —, os 52 milhões de dólares, em 36 parcelas, devem ainda estar sendo distribuídos.

Portanto, Fora, Cunha! Pela democracia, que é feminina; pela República, que é feminina; pela Constituição, que é feminina; fica, Dilma!

Somos contra o golpe!

É ou não é piada de salão uma mulher honesta ser julgada por ladrão?

(Manifestação no plenário.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores, Deputadas e Deputados do meu querido Brasil, que Deus abençoe esta Nação dividida que sangra hoje pelo pior Governo da história do País!

Neste momento histórico, estou aqui em nome do meu querido povo do Paraná, onde 88% da República de Curitiba, de Londrina, de Cambé, de Arapongas, de Rolândia, de Ibiporã, do Paraná inteiro, desejam o *impeachment*.

Um abraço ao meu povo do Paraná!

Mando um recado para esse Governo incompetente e corrupto: eu estava dando entrevista há pouco para a *CNN International*, para a *TV CNN*, e a repórter me perguntou: “Qual a gravidade do crime da Presidente Dilma?” “Ela ofendeu a *Constituição brasileira*” — eu falei para a repórter. E ainda indaguei: “Imagine se o Presidente Barack Obama mandasse os bancos pagarem a conta do Governo e deixasse atravessar o ano sem pagar a conta”. Ela falou: “Ele seria preso”.

Aqui nós vamos cassar o mandato dela, com um processo chamado de *impeachment*, previsto na Constituição e respaldado pelo Supremo Tribunal Federal. Acabou a fase jurídica, a fase é política.

A Nação brasileira não suporta mais esse Governo do Lula, da Dilma e do PT. Sessenta milhões de brasileiros estão inadimplentes, 10 milhões estão desempregados.

Assaltaram os fundos de previdência das estatais, enganaram os funcionários públicos, enganam os sem-terra. Se fosse um Governo de trabalhadores, não



haveria nenhum sem-terra acampado, porque ele teria terra. Se fosse um Governo de trabalhadores, não haveria nenhum trabalhador sem um terreno, sem uma casa.

Esse é um Governo de falsidade, esse é um Governo que mente no tempo triplo: no passado, no presente e no futuro. Enganadores!

A Presidente Dilma não tem mais condição de permanecer no Governo.

Fora, Dilma! Fora, Lula! Fora, PT! Viva a democracia! Viva o Brasil! Viva esse maravilhoso povo brasileiro! O amanhã será de paz! Que Deus abençoe a Nação brasileira e ilumine a Dilma para...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro, há 2 dias assisto e escuto neste plenário discursos de intolerância e ódio. Mas há 2 dias não escuto neste plenário qualquer razão para que se impute responsabilidade à Presidente da República.

E, se não há crime de responsabilidade, não é *impeachment*; é golpe! Estes que fazem o discurso pelo golpe não apresentam propostas para resolver os problemas do País. E o pior é que apresentam o aumento da desigualdade social. A “ponte para o fracasso” vai diminuir o salário mínimo, vai acabar com a CLT, vai vender o patrimônio brasileiro e vai ampliar a aposentadoria dos nossos idosos.

Esses golpistas de plantão querem destruir as conquistas históricas deste País. São esses que querem destruir a democracia e a Constituição!



Esta bandeira, junto com a Constituição, não pode ser golpeada. Esses que fazem o discurso pelo golpe estão envolvidos na Operação Lava-Jato. E o grande protagonista, o grande maestro da articulação do golpe está envolvido na corrupção.

Quem abraça o Cunha abraça a corrupção! Quem abraça o Cunha e o Michel Temer abraça o golpe e a corrupção!

Portanto, nós vamos acompanhar aqui essa experiência da corrupção. Não é possível uma mulher honesta... E vocês sabem — inclusive a Deputada Carmen Zanotto, Deputada por Santa Catarina — que a Presidenta Dilma é honesta e sabem que nós transformamos este País num País melhor.

Portanto, é golpe: manutenção dos corruptos. Abraçam Michel Temer e Eduardo Cunha, abraçam a corrupção. A biografia e a fotografia de amanhã vai ficar na história de quem se envolveu em corrupção.

Deputado João Rodrigues, nós vamos ver na história deste País quem vai investigar e punir esses corruptos. Portanto, não são os corruptos que vão tirar uma Presidenta honesta.

“Não” ao golpe! “Sim” à democracia! “Sim” à construção de um País melhor, sem intolerância, sem ódio, sem a construção de um golpe ao que nós a duras penas conquistamos.

Amanhã não vai ter golpe, amanhã vai ter a vitória da democracia!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Roberto Alves.

O SR. ROBERTO ALVES (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento único da história do Brasil, assomo à tribuna para anunciar o desejo de milhões de brasileiros, que estão



cansados dos malfeitos dos nosso governantes, clamam por mudanças e veem no afastamento da Presidente Dilma Rousseff uma possibilidade de recomeço.

Representante do povo paulista, que em sua grande maioria, quase 65% dos seus eleitores, no segundo turno, não optaram pela Dilma, tenho o dever de apoiar o *impeachment* da Presidente, não por revanchismo ou clamor daquele ou deste setor da sociedade, mas por acreditar que a Chefe da Nação não tem mais condições de permanecer à frente da Presidência do País.

Que Governo é esse? Eles definitivamente brincaram com o nosso povo! Quem eles acham que vive neste País?

Aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, preciso deixar claro: vivem milhões de pais de famílias sérios, que trabalham arduamente todos os dias para ganhar um mínimo, que sustenta uma família inteira. São milhões de homens e mulheres honestos que pagam seus impostos em dia e que tantas vezes deixam de levar o pão para casa, porque honram com seus compromissos, suas dívidas. Afinal, vivem em um país onde tem sido impossível não se endividar, impossível não viver os reflexos drásticos desta inflação que o Governo não controla.

Chegou a hora de dizer *“Basta, PT! Basta, Dilma!”* Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã os 22 Deputados do PRB vão ser uma só fala: *“Impeachment já!” (Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos conceder a palavra a quatro Líderes agora.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, pelo PSDB.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, certa vez, Tancredo Neves disse: “*A esperança é o único patrimônio dos deserdados, e é a ela que recorrem as nações ao ressurgirem dos desastres históricos.*” Roubaram a esperança do povo brasileiro e produziram um verdadeiro desastre histórico!

O PSDB está a cavaleiro: o PSDB não é o beneficiário do *impeachment*. Nós até apontamos novas eleições como um caminho, mas o *impeachment* é uma imposição da história, é uma necessidade imperiosa, não é uma escolha.

Nós temos que observar que a democracia moderna nasceu na Inglaterra e na França para limitar o poder absoluto do rei. O Presidente não é inimputável, como eram os monarcas absolutos. E dois documentos fundamentais limitam o poder absoluto do monarca na democracia moderna: a Constituição e o Orçamento. O PT, no seu Governo, agrediu, rasgou os dois documentos basilares da democracia moderna: a Constituição e o Orçamento. O *impeachment* não é uma questão banal, não é um acontecimento trivial. Não é fácil remover uma Presidente da República. Mas o *impeachment* é um instrumento de controle social previsto na Constituição. A legalidade e a constitucionalidade já foram asseguradas pelo Supremo Tribunal Federal, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por vários juristas famosos.

Ninguém está acima da lei, e crimes ocorreram em abundância. É impressionante a fuga da realidade do PT! Vem aqui querer limitar a discussão à bitola curta das pedaladas, consideradas sob a sua ótica.



Não, o Parlamento está julgando o conjunto da obra. Está atento, sim, às pedaladas. Fraude fiscal, crime contra o Orçamento, contra a Constituição e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, empréstimos e gastos ilegais: foram 60 bilhões de reais!

Nós tivemos que aprovar uma medida provisória alterando a meta de déficit, para legitimar *a posteriori* as pedaladas. Quem diz isso não é a Oposição, é o TCU. A obstrução à Justiça, quem diz isso não é a Oposição nem o PMDB, é a Procuradoria-Geral da República. Quem disse que há crime eleitoral e corrupção é a Operação Lava-Jato, é o juiz Sérgio Moro.

Ora, eu gostaria de encerrar as minhas palavras lembrando a passagem de Nelson Jobim no parecer do *impeachment* de Collor:

“Bendito o golpe em que seu espectro se exaure na fiel observância de comandos constitucionais! Maldita a democracia em que o voto popular possa constituir-se em cidadela da impunidade!”

E com Ulysses eu acabo:

“A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade”.

É com a Constituição na mão e o Brasil no coração que domingo nós vamos decretar o impedimento da Presidente da República.

O SR. JORGE SOLLA - Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.



O SR. JORGE SOLLA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por viver este momento histórico no nosso País. Vou fazer parte do ato de rasgar essa página negra da história política brasileira, página da corrupção, da impunidade e da injustiça.

Eu falo aqui, meus colegas Deputados e Deputadas, em nome de mais de 90% do povo da minha cidade de Luziânia, muito próxima deste Congresso. Eu falo em nome de todo o povo do entorno de Brasília, que quer saúde, quer segurança, quer o fim da violência e quer transporte de qualidade, mas, infelizmente, não teve nada disso deste Governo corrupto e injusto para com a minha região.

Eu falo aqui em nome de todo o bravo povo goiano, que foi às ruas dizer “não” a este Governo, desta que é a pior Presidente da República de todos os tempos. Ainda bem que estamos muito próximos de ficar livres deste Governo, que não fez nada para o povo brasileiro, além de mentir, além de ser cínico e dissimulado.

Sras. e Srs. Deputados, homens e mulheres sérios deste Parlamento, amanhã V.Exas. têm que assumir posição. Não venham com essa de se abster, não venham com essa de trazer atestado falso, porque quem fizer isso — abster-se ou apresentar atestado — e não participar estará contribuindo para a pior Presidente de todos os tempos da história deste nosso País.

Sr. Presidente, eu quero dizer também que o PT pode fazer as malas, porque nunca mais vai governar este País. O povo brasileiro está maduro, o povo brasileiro



não cai mais nessa conversa de golpe, golpe, golpe! Eles querem falar uma mentira um milhão de vezes para ver se convencem os brasileiros, mas não convenceram ninguém.

As manifestações aqui no plenário são as mesmas manifestações das ruas de todo o País: de Goiânia, de João Pessoa, de Belo Horizonte e de todas as capitais que cansaram de um Governo mentiroso, corrupto, que não fez nada para o crescimento do nosso País.

O povo brasileiro é muito bom, porque essa Presidente já devia ter saído após as eleições, porque quem mente, igual ela mentiu para ganhar as eleições, não merece estar no Palácio do Planalto. Mentiu demais! Falou que o País estava equilibrado. E, no outro dia ao que ganhou, aumentou a gasolina. Hoje, os brasileiros não aguentam pagar o alto preço do litro da gasolina. Temos a energia elétrica mais cara do mundo!

É por isso que em Goiás, de 17 Deputados, 16 dizem “sim” ao *impeachment*! Dezesesseis estão ao lado povo goiano!

Fora, Dilma! Tchau, querida!

O SR. JORGE SOLLA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Qual é a questão de ordem, Deputado? Qual é o artigo e qual é a matéria? É sobre a matéria?

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, houve uma informação Mesa, através da sua Presidência, de que há um processo de credenciamento de convidados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Isso já foi. Não é questão de ordem, Deputado.



O SR. JORGE SOLLA - Por favor, por favor! Eu presenciei agora duas pessoas estranhas à Casa,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Bom, Deputado, isso não é questão de ordem.

O SR. JORGE SOLLA - ...dirigentes do MBL, que entraram. A polícia barrou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, isso não é questão de ordem.

O SR. JORGE SOLLA - E a Polícia Legislativa informou...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O.k.

O SR. JORGE SOLLA - ...que mandou entrar por sua autorização.

O SR. ELIZEU DIONIZIO - Sr. Presidente, então, a Polícia Legislativa está funcionando.

O SR. JORGE SOLLA - Eu quero saber se dirigentes do MBL estão nesta Casa, a convite da Presidência e da Mesa desta Casa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Há uma TV estatal aí que só entrevista os Deputados do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Bom, a responsabilidade é da segurança. Se a Presidência o quisesse, ela o faria, mas não o fez.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Bota para fora essa TV estatal!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Já respondi isso. Isso já foi palco de debate, e eu não vou ficar respondendo a toda a hora.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pela Liderança do PT, concedo a palavra ao Deputado Caetano, que vai dividir com o Deputado Bohn Gass.

O SR. CAETANO (PT-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, quem está mentindo aqui é a Oposição. Eles estão na defensiva, dizendo que não vai haver golpe. Eles estão constantemente aqui tentando esclarecer a questão do golpe. A opinião pública sabe que aqui nesta Casa, nesta Mesa do Congresso Nacional, está se conspirando para construir o golpe amanhã no Brasil.

Senhores e senhoras, estão montando uma fraude, uma trama, uma farsa para o povo brasileiro. Estão construindo o golpe, sim, porque são conspiradores. Até ontem Michel Temer estava no Governo — e foram vários anos. Alguns Deputados que falaram aqui até ontem estavam no Governo. Qual é a verdade? O que diziam ontem ou o que dizem hoje?

Povo brasileiro, vamos para a vigília cívica defender a democracia deste País! O golpe não vai passar nesta Casa! A Dilma não está em nenhuma lista de investigação. A Dilma não está em nenhuma lista de propina. A Dilma está sendo vítima da maior fraude jurídica e política da história do Brasil.

E nós estamos aqui na resistência democrática.

Eu quero dizer para o povo brasileiro que este é o nosso País e esta é a nossa Bandeira. Por amor à Pátria e ao povo, eu vou aqui defender a democracia. Amanhã, eu vou votar com o Brasil, vou dizer “não” ao golpe nesta Casa, vou dizer “não” ao golpe contra o povo brasileiro!

Conclamo o povo para lutar e pra vir festejar a vitória da democracia, a vitória do Brasil e a vitória do povo!

Fora, Cunha! Fora, golpe nesta Casa e no Brasil! (*Palmas.*)



O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sras. e Srs. Deputados, eu quero falar com a população do Brasil inteiro que nos assiste hoje.

Aqui neste plenário os golpistas utilizaram as mais diferentes argumentações para justificar esse golpe, uma delas é que o Brasil está falido. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que estão em casa e que perambulavam pelas ruas, pelas fábricas deste País, procurando emprego, nas décadas de 80 e 90, no governo deles, se o Brasil está falido. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que se lembram do FMI vir aqui dizer como é que o Brasil tinha que gastar o seu dinheiro, se o Brasil está falido. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que tiveram pela primeira vez um médico na sua cidade, fruto do Programa Mais Médicos, se o Brasil está falido. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que saíram da encosta do morro ou da beira do córrego, porque foram beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, se o Brasil está falido. Eu queria perguntar para o jovem, que é o primeiro integrante da família a fazer uma universidade, se o Brasil está falido.

Usaram também a argumentação do Brasil corrupto. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora se não se lembram do escândalo da pasta rosa. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que estão em casa nos acompanhando por que o Fernando Henrique, quando ficou sabendo dos crimes da PETROBRAS em 1996, não pediu que eles fossem investigados, o que ele mencionou no seu livro. Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora por que esses Deputados que vêm aqui posar de paladinos da justiça não pedem que seja



apurado o roubo da merenda escolar feito pelo Governo do PSDB no Estado de São Paulo.

Eu queria perguntar para o senhor e para a senhora que estão em casa, que querem pôr uma camiseta verde e amarela e ir às ruas protestar contra a corrupção, se acreditam que o Brasil estancará a corrupção num governo de Michel Temer, Eduardo Cunha e PSDB. Eu queria perguntar se acreditam que aqueles que querem acabar com a Lava-Jato vão acabar com a corrupção no País.

Mas eu queria aqui também falar do Brasil do futuro a que eles se referiram; um Brasil do futuro que quer entregar o nosso pré-sal para o capital internacional; um Brasil do futuro que quer acabar com o PROUNI; um Brasil do futuro que quer acabar com o Programa Minha Casa, Minha Vida; um Brasil do futuro que quer rasgar a CLT, fazendo com que os trabalhadores percam seus direitos.

Esse Brasil nós não queremos! Nós queremos o Brasil da oportunidade, o Brasil da verdade, o Brasil que dá oportunidade a todo o povo brasileiro.

Por isso, nós vamos combater neste plenário e nas ruas esses golpistas, que querem fazer do Brasil um Brasil para poucos brasileiros.

“Não” ao golpe! “Não” ao golpe! “Não” ao golpe! *(Muito bem! Palmas.)*

O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Beto Mansur, 1º Secretário.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu ouvi o absurdo de que o PT teria dividido o Brasil. Ora, o Brasil está dividido há 500 anos entre ricos e pobres, entre quem pode fazer uma faculdade e quem não pode estudar, entre quem pode ter comida boa e quem não a tem.



Essa divisão acontece há 500 anos. Foi exatamente o PT que fez com que se diminuíssem as diferenças. Os ricos, que pagam boa parte dos políticos, porque o financiamento das campanhas é feita pelos ricos e pelos empresários, não aceitam que pobre possa sentar em um avião ao lado do patrão ou de um rico, que filho de pobre possa fazer faculdade. É a elite rica deste País que discrimina, que divide, que não aceita.

Para eles, a paz é o silêncio do pobres. Mas a paz sem voz não é paz, é medo. O povo brasileiro, com as igrejas, com as universidades, com os artistas, com as centrais sindicais, com as pastorais e com a cidadania construíram consciência e elegeram um operário, elegeram o Lula, que é a referência do melhor Presidente da República que já teve o Brasil. Foi com o Lula que nós conquistamos cidadania e que o povo brasileiro passou a não ter mais medo, a não ter mais que se ajoelhar diante de um poderoso, um rico.

Agora, conquistamos a democracia. O povo pode fazer uma faculdade, o pobre pode se alimentar com dignidade, pode viajar para fora do País, pode fazer um curso superior. A casa grande não gosta quando a senzala ganha cidadania. O pobre pode fazer Medicina, sim! Hoje, filho de pobre pode virar doutor.

Então, quando dizem que querem a paz, querem que nós nos calemos, porque a paz deles é a paz do silêncio. Mas o povo está aí a dizer que não vai aceitar o golpe, que vai continuar a transformar o País para continuar sendo respeitado no mundo. Hoje, o Brasil não se ajoelha diante do FMI para pedir pinico e empréstimo. Hoje, o Brasil tem soberania, desenvolve emprego e respeita a população.



Não pode haver golpe para não haver atraso! Vai haver cidadania para continuar com a Presidenta Dilma e o Lula governando o País, para não sermos humilhados.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Arolde de Oliveira, do PSC do Rio de Janeiro.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (Bloco/PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, povo do meu Estado do Rio de Janeiro, povo do Brasil, o objeto da denúncia que caracteriza o crime de responsabilidade cometido por Sua Excelência, a Presidente da República, foi cabalmente demonstrado na Comissão Especial e incluído no Relatório que ampara o processo.

Não resta dúvida de que a Presidente infringiu dispositivos do art. 85 da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101, de 2000 e da Lei do Impeachment, a Lei nº 1.079, de 1950.

Os fatos alegados no relatório são reforçados no acolhimento da denúncia pela ata do Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, do mês de junho de 2014, registrando a irregularidade e recomendando à Diretoria a suspensão de pagamentos sem a devida cobertura do Tesouro.

No mesmo sentido, o recente relatório do Banco Central mostra que as tais pedaladas alcançaram o formidável valor de 60 bilhões de reais, sendo que mais de 60% deste montante, no ano eleitoral de 2014.

Portanto, por mais amargo que seja o remédio constitucional do Estado de Direito para corrigir desvios de conduta de governantes, o processo segue dentro da legalidade, amparado pelas instituições democráticas. Não há golpe.



Por outro lado, além dos critérios jurídicos demonstrados, não podemos deixar de considerar a conjuntura política, econômica e psicossocial extremamente adversa que vive o País, como consequência de mais de 13 anos de Governos incompetentes, corruptos e irresponsáveis.

Não podemos deixar de considerar a total incapacidade do Governo para superar a situação que ele mesmo criou por lhe faltar competência e credibilidade.

A sabedoria popular nos ensina que é preferível um rompimento doloroso a uma dor sem fim. A alternativa infeliz é o afastamento da Presidente da República para renovar a esperança em um Brasil melhor e um povo mais feliz.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Angelim.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não há fato jurídico que justifique o *impeachment* da Presidenta da República. O que se observa são ações deliberadas da Oposição, liderada pelo Presidente desta Casa, pela grande mídia e por setores conservadores da sociedade para inviabilizar o Governo e criar um clima de ingovernabilidade.

A sociedade espera que os Poderes e seus integrantes exerçam o seu papel com serenidade, responsabilidade e prudência. A busca por holofotes e a tentativa de tirar o protagonismo político de lideranças legitimamente eleitas pelo povo não condizem com a postura de juízes. A soberania popular é princípio fundamental da República brasileira e encontra abrigo no artigo que abre a Constituição:

“Art. 1º

.....



Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

O processo de *impeachment* é uma via excepcionalíssima, que não pode ser banalizada nem usada rotineiramente por maiorias parlamentares, porque, com a mesma velocidade com que se formam, dissolvem-se. Os norte-americanos até hoje se orgulham de ter rejeitado o *impeachment* do Presidente Andrew Johnson, em 1868. Ele foi e continua sendo lembrado como um dos presidentes mais teimosos e impopulares da história dos Estados Unidos. Contudo, os americanos compreenderam que o *impeachment* não é remédio para a impopularidade nem para a mudança de governo. E pensar diferente é violentar a democracia e abalar a estabilidade das instituições.

Baixa popularidade não é crime e, por isso, não pode motivar o *impeachment*. No modelo presidencialista, o *impeachment* exige crime de responsabilidade e atentado à Constituição. Não podemos punir, sem motivos reais, quem quer que seja, principalmente a Presidenta da República, uma pessoa absolutamente honesta e sobre a qual inexistente qualquer denúncia que configure crime de responsabilidade.

O PMDB já governou o Brasil uma vez, sem ganhar nas urnas, após a morte de Tancredo Neves. Agora, mais uma vez, quer chegar à Presidência da República por atalhos, derrubando uma Presidente reeleita por mais de 54 milhões de brasileiros.

Faço um alerta àqueles que hoje flertam perigosamente com interesses políticos elitistas e protagonizam um golpe, um atentado à nossa ainda jovem democracia. Tomem cuidado, Sras. e Srs. Deputados, para que as paixões do



presente não os impeçam de fazer o que é certo e o que é justo. A história, em seu devido tempo, saberá julgá-los. O tempo não perdoa.

Concluo a minha fala com a música *Golpe Não*, de Chico César:

“A democracia é nossa bandeira.

Golpe é uma história que já sei de cor.

Todos nós queremos um país mais justo.

Todos nós queremos um país melhor.”

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Jorge Tadeu Mudalen.

O SR. JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria agradecer a Deus por poder estar aqui hoje, num momento muito difícil, em que não podemos perder a fé nem a esperança neste País maravilhoso que é o Brasil, que hoje está no fundo do poço, graças ao PT, que conseguiu estabelecer o caos. Acabaram com a saúde pública: nós vemos hospitais sucateados, pessoas estão morrendo nos corredores dos hospitais. Há um caos na educação, da qual o Governo cortou mais de 10 bilhões de reais.

Quando se contraria o interesse do PT, dizem que é golpe. Golpe foi o que fizeram com os fundos de pensão dos Correios, da PETROBRAS, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal. Pegaram recursos desses fundos e usaram para fazer obras na Bolívia, no Peru, na Venezuela, enquanto aqui no Brasil o índice de desemprego atinge 10%.



Hoje, no meu Estado de São Paulo, nós temos mais de 4 mil empresas fechando as portas. Eu fico muito preocupado com essas famílias que dependem do emprego, porque hoje o desemprego assola o País.

Golpe foi o que aconteceu nas eleições que se passaram, em que venderam para a população uma esperança, mas entregaram um pesadelo. Hoje o povo brasileiro chora lágrimas de sangue por esse partido que arrasou esta Nação.

Fico muito preocupado quando venho pela Esplanada dos Ministérios e vejo o País dividido em dois. O PT fez isso, ao aparelhar essas centrais, algo diferente daqueles 3, 4 milhões de pessoas que foram às ruas espontaneamente para pedir a mudança. A mudança vai acontecer. No dia 17 de abril de 2016, nós vamos mudar este País.

Nesta semana, pela manhã, eu tomava café com a minha família e fui questionado pela Erika, pelo Jorge, pelo Victor e pela minha mulher, Sandra: *“Como você vai votar?”* Respondi: *“Vou votar com o povo do Brasil, com o povo do Estado de São Paulo e da minha querida Guarulhos, pelo impeachment já, pela mudança, pela esperança de que, a partir de amanhã, mudemos este País”*.

Na segunda-feira, tenho certeza de que o Brasil voltará a ter credibilidade.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Felipe Maia, para uma Comunicação de Liderança, pelo DEM.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, minhas senhores, meus senhores que nos assistem e nos ouvem através dos diversos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, começo meu discurso com uma frase do ex-Presidente desta Casa, Ulysses Guimarães: *“Quando o Brasil quer, o Brasil muda”*. O Brasil somos nós, Sras. e Srs. Deputados. Amanhã, o Brasil seremos nós, que representamos o povo brasileiro em cada um dos 26 Estados e no Distrito Federal do nosso País.

O Brasil vai parar para ver a nossa responsabilidade diante do futuro de um país e do respeito à Constituição Federal. Não se enganem! Setenta por cento de população aprovam o pedido de *impeachment*. Não adiantam bons oradores — pois alguns são bons oradores — quererem fazer um jogo de palavras e dizer que a Presidente Dilma não cometeu um crime de responsabilidade. Ela cometeu, sim, um crime de responsabilidade. Ela cometeu fraude fiscal.

No momento em que a Presidente utilizou os recursos de bancos oficiais para pagar despesas que deveriam ter sido pagas com o dinheiro do Tesouro, configurou-se um crime de fraude fiscal. Por que não falar da edição de decretos de créditos extraordinários emitidos pela Presidente sem autorização do Congresso Nacional? Os senhores e as senhoras sabem que o instrumento legal é a medida provisória, que vai para uma Comissão Mista, onde é aprovado esse crédito suplementar. A Presidente, usurpando o direito do Congresso Nacional, preferiu editar um decreto, cometendo outro crime de responsabilidade.



Só para não me tornar tão repetitivo, vou ler aqui, de forma rápida, o art. 85 da Constituição Federal:

“Art. 85. “São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

.....

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária (...).”

Sra. Presidente, V.Exa. cometeu um crime de fraude fiscal! E a Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 36, diz:

“Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.”

Crime de fraude fiscal novamente!

Mas a Presidente não se deu por satisfeita. Não satisfeita por cometer o crime de fraude fiscal, resolveu também obstruir a Justiça. Cometeu o crime de extorsão, de falsidade ideológica, de desobediência.

Ou seja, o rosário de crimes tipificados no Código Penal que a Sra. Dilma cometeu é muito vasto.

Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, o crime da Presidente Dilma e a razão pela qual nós iremos aprovar o *impeachment* não se restringem apenas à



esfera dos argumentos jurídicos. Teremos também argumentos econômicos e políticos.

A Presidente Dilma acabou com o seu poder de articulação política nesta Casa. Eu li, recentemente, que o Prefeito de São Paulo, a maior Capital do Brasil, há quase 1 ano não consegue falar com a Presidente da República. Como este Congresso Nacional pode articular o futuro de um País?

E ouvir aqui os argumentos econômicos deste Governo é tentar enganar o povo brasileiro.

Povo brasileiro, só nos últimos 12 meses, neste Governo falido do PT, mais de 1 milhão e 800 mil pessoas ficaram desempregadas. Nos últimos 12 meses, já são 10 milhões de pessoas. Aliás, no Brasil, já há mais de 10 milhões de pessoas desempregadas. As previsões até o final do ano são de 13 milhões de desempregados. O PIB do País não cresce mais: em 2014, foi zero; em 2015, foi menos 3,8; em 2016, a previsão é de menos 3,7.

Os ganhos sociais foram embora. Não adianta V.Exas. ocuparem a tribuna para mentir ao povo brasileiro. Os ganhos que ocorreram entre 2006 e 2012 tiraram 3,5 milhões de pessoas da pobreza e fizeram ascender 3,5 milhões de famílias das classes D e E para a classe C, mas os ganhos dessas famílias irão regredir até 2017. Essa é a realidade do Governo do PT.

Este Governo deixa, sim, um legado ao povo brasileiro.

O PT tinha como bandeira fazer a reforma agrária. Após 13 anos de Governo, a reforma agrária não foi concluída.



É um Governo que deixa como legado o corte dos direitos e garantias individuais do trabalhador, como é o caso do seguro-desemprego, do auxílio-doença, do abono salarial, da pensão por morte.

Este Governo deixa como legado a situação da PETROBRAS, que era a segunda maior empresa de energia do mundo e passou à condição de segunda empresa de capital aberto mais endividada da América Latina e dos Estados Unidos.

Portanto, chega de Governo do PT, chega de Dilma Rousseff, chega de corrupção, chega de economia falida! Nós precisamos de uma luz no fim do túnel: é o *impeachment*.

Tchau, Dilma! Tchau, PT! Vamos aprovar o *impeachment*, se Deus quiser.
(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Ronaldo Nogueira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/PTB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última semana, eu estive vendo os pronunciamentos dos Deputados que defendiam o *impeachment* do Presidente Fernando Collor em 1992.

Aqueles que, de uma forma muito severa, defendiam o *impeachment* do Presidente Collor alegavam que ele não tinha legitimidade para continuar governando o País, em razão da crise de credibilidade e de popularidade que ele enfrentava naquela época. E vejam que o Presidente Fernando Collor tinha sido eleito pelo voto direto da população brasileira, da mesma forma que a Presidente Dilma Rousseff o foi.

Aqueles que defendiam o *impeachment* do Presidente Fernando Collor, Sr. Presidente, indicavam a grande crise econômica e social que assolava a Nação brasileira naquela época como justificativa. Discursos acalorados foram feitos, na tribuna desta Casa, por alguns Srs. Deputados que hoje se manifestam contrários ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Eu observei que um deles dizia que era notória a atuação irresponsável do Presidente Collor, em razão dos atos de corrupção que aconteciam no seu Governo. Não precisava haver fatos materiais para indiciar o Presidente Collor, porque ele tinha uma responsabilidade solidária.

Eu estava observando que os tempos passaram, mas o quadro é o mesmo. O que mudou foi somente o sexo do Chefe da Nação. Naquela época, era um homem; hoje, uma mulher. O que se apresenta no atual quadro, Sr. Presidente, Sras. e Srs.



Deputados, é a realidade dos crimes de responsabilidade fiscal cometidos pela Sra. Presidente da República.

Em 1992, não estava em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal, lei esta que colocou, nos Municípios, muitos Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores às penas da lei. Alguns perderam o mandato e outros foram levados à cadeia por descumprir a lei. E a Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff, por dolo ou má-fé, acobertou um déficit orçamentário de mais de 50 bilhões de reais, iludindo a população brasileira, maquiando a contabilidade pública.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o Presidente do Banco Central tem corresponsabilidade nisso e também tem que ser chamado à responsabilidade. Então, não dá para nós ficarmos inertes diante dessa situação.

No tempo de Fernando Henrique Cardoso, se ele pedalou, não sei. Eu não era Deputado Federal naquela época. Eu sou Deputado hoje e tenho compromisso com o meu mandato hoje. Nós precisamos ser coerentes na nossa atuação. Não dá para sermos complacentes com uns e severos com outros. Somente com uma Justiça plana nós poderemos produzir um Brasil melhor.

Sr. Presidente, eu encerro a minha fala dizendo que não dá para comparar o que aconteceu em 1964 com hoje. João Goulart não estava envolvido em atos de corrupção. João Goulart foi tirado do poder...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra, pela Minoria, ao Deputado Geraldo Resende. *(Pausa.)*

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, havia uma ordem intercalada entre os oradores inscritos e os Líderes.

V.Exa. vai continuar essa tese?

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - É o último Líder. A Minoria vai falar e, depois, eu vou começar a chamar quem não é Líder, os Parlamentares que se inscreveram para falar por 3 minutos.

O SR. EFRAIM FILHO - Então, é o último Líder, e depois segue a lista de oradores? Estamos todos aqui ansiosos por fazer uso da palavra, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concordo com V.Exa.

O SR. EFRAIM FILHO - Agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado João Gualberto, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é repugnante ouvir a Presidente Dilma Rousseff e os Deputados do PT acusarem as pessoas que defendem o *impeachment* de golpistas.

Quem será que a Presidente Dilma chama de golpista? Serão os Ministros do TCU, que, por unanimidade, sugeriram a reprovação de suas contas? Será o Sr. Hélio Bicudo, fundador do PT, que pediu a esta Casa, a estes Deputados que julgassem os crimes cometidos pela Presidente Dilma? Ou será o STF, que, pela sua grande maioria, confirmou o rito do julgamento do *impeachment*? Ou será a OAB, que, em 26 Estados dos 27 Estados brasileiros, é favorável ao *impeachment* da Presidente Dilma? Será a Justiça? Será o Ministério Público? Será a Polícia Federal, que tem colocado os petistas — seus tesoureiros, seus presidentes de partidos, seus Deputados — na cadeia? Serão esses os golpistas? Ou será a imprensa, que eles tanto acusam de golpista, porque denuncia o roubo e a corrupção praticados por eles? Ou serão os Deputados e o seu Vice-Presidente? Serão os Deputados de sua base, que até um dia desses eles bajulavam e hoje votam todos pelo *impeachment*? Ou será que são golpistas os quase 70% da população brasileira? Serão os trabalhadores, que hoje estão perdendo os seus empregos, os golpistas, Sra. Dilma Rousseff? Ou serão os empresários que estão fechando suas portas? Muitos desses empresários trabalharam anos a fio, juntaram dinheiro para abrir o seu pequeno negócio e, no ano passado, mais de 100 mil lojas foram fechadas em função da crise em que a senhora colocou o Brasil.



Aliás, a senhora só gosta de empresário. O PT faz discurso para pobre, mas só gosta de rico, só gosta de quem lhe dá dinheiro, de quem alimenta as suas campanhas. Como será que o ex-Presidente Lula está vindo aqui comprar a consciência dos Deputados? Como será que ele está vindo? É de jatinho. Quem está pagando esse jatinho? Quem está pagando o hotel cinco estrelas onde ele fica hospedado? Devem ser os empresários amigos, que, junto com vocês, roubaram o povo brasileiro!

Meus amigos e minhas amigas, golpista é a Presidente Dilma. Golpista é o ex-Presidente Lula, que estava até hoje aqui comprando os Deputados. Ele já foi embora porque não encontrou mais ninguém para comprar. Talvez tenha comprado dois Deputados da Rede, talvez tenha comprado vocês mesmos. Não vai comprar a nossa consciência, não, golpista!

Meus senhores e minhas senhoras, golpista é a Dilma Rousseff, que mentiu ao povo brasileiro. Golpista é sua amiga Erenice Guerra, que, junto com ela, desviou dinheiro da Belo Monte. Esses, sim, são os verdadeiros golpistas do Brasil.

Meus senhores e minhas senhoras, amanhã vamos ficar livres dessa golpista, dessa mentirosa. Essa mulher não é honrada, não! Não é honrada, não! Ela mentiu para o povo brasileiro!

Fora, Dilma! Fora, PT! Fora, Lula! (*Palmas.*)



O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, brasileiros de todos os rincões, principalmente do meu Mato Grosso do Sul e da minha querida Dourados, estamos entrando na reta final da mais longa jornada contínua já realizada na história desta Casa. Se considerarmos as horas corridas de trabalho, desde sexta-feira, estamos próximos de superar mais de 40 horas de discussão. Isso, entretanto, não nos tira o ânimo. Ao contrário, temos a consciência de que estamos participando de um momento histórico que, se Deus quiser, vai marcar o início da retomada de um novo tempo para o Brasil.

Quase tudo que foi dito aqui nesta tribuna deixa explícitos a angústia e o sofrimento em que o povo brasileiro vive hoje. Estamos diante de um governo que ganhou uma eleição legítima, mas que não precisou deixar passar mais de 30 dias para trair a confiança de mais de 54 milhões de brasileiros que acreditaram em suas promessas de campanha.

Estamos diante de um governo que zombou da inteligência de muitos, que esnobou os seus aliados políticos, que errou nas mais elementares decisões técnicas, que desperdiçou todas as conquistas que tivemos nos últimos 30 anos e que, ao final, sucumbiu diante de um escândalo de corrupção nunca antes visto na história deste País. Como consequência, esse Governo terminou mergulhando a sociedade brasileira na mais profunda crise administrativa, ética e política que nossa jovem democracia experimentou.

E é por isso que volto a defender: está na hora de encerrar esse Governo de equívocos, de virar essa página desastrosa da nossa história e inaugurar um novo percurso. Daqui a poucas horas, a Esplanada dos Ministérios e as ruas de todo o



nosso País estarão tomadas por cidadãos brasileiros que sonham com o fim desse martírio que, na linguagem popular, batizamos de crise política.

Mas o verdadeiro fim da crise política pressupõe um tempo de união. É responsabilidade de todos respeitar o resultado da votação histórica que teremos amanhã, e, confiantes na vitória do *impeachment*, a partir de segunda-feira, deveremos pressionar o Senado Federal para uma decisão célere que acabe com essa agonia, para que possamos inaugurar uma nova trajetória política e administrativa para o Brasil, sem ódio, sem rancor, sem guerra, com coragem e com a certeza de que fizemos a melhor escolha.

O Brasil, senhoras e senhores, é maior do que qualquer crise. As instituições brasileiras são a certeza de que a democracia prevalecerá sobre os interesses pessoais. Ninguém deve ceder às provocações que já estão sendo feitas por quem acredita que já perdeu esta disputa. O País não vai virar uma praça de guerra, como muitos querem, um verdadeiro campo de batalha.

Ao fim dessa equivocada aventura política liderada pela Presidente Dilma, vai se suceder um período de reconstrução e de unidade, com toda certeza, preservando o que é essencial das conquistas que o povo brasileiro já teve e fazendo os ajustes necessários para superarmos, de uma vez por todas, este momento crítico.

A hora agora é de avançar e pôr fim ao Governo fraco e incompetente que aí está. Depois, vamos construir o Governo de coalizão, de unidade, capaz de romper com a paralisia em que o Brasil se encontra.

Impeachment já, pelo Brasil, pelos brasileiros, por Mato Grosso do Sul, por Dourados, minha cidade!



Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão, do PT de Minas Gerais.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Este não será o País do ódio. É repugnante assistir aos golpistas falarem mal da Presidente Dilma. *Impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe!

A Oposição não se conforma com a derrota nas urnas. Desde que Dilma ganhou, ela busca formas de tirá-la do cargo, juntando-se, agora, com descontentes, traidores, oportunistas, conspiradores que querem tomar, à força, o que não conseguiram nas urnas. São todos golpistas! O que é lamentável é assistir aos golpistas ofenderem a Constituição da República, ofenderem a Presidenta da República, golpearem a nossa Constituição.

Para alertar os golpistas, eu também quero utilizar uma metáfora do Juca Kfoury, uma metáfora usada no futebol: *“Não esqueçam que vitória roubada não é legítima, que sem respeito às regras não tem jogo e que uma expulsão ilegal, nessa altura do campeonato, pode virar um tremendo quebra-pau no estádio, pode virar tragédia”*.

Domingo é um dia muito importante na história política do Brasil. Não haverá golpe!

A segunda-feira nos aguarda com uma enorme responsabilidade e com o compromisso de seguirmos na luta em defesa da democracia, dos direitos sagrados da classe trabalhadora, das conquistas sociais, da justa distribuição da riqueza nacional, da soberania nacional, do combate substantivo à corrupção.



Ao povo brasileiro eu quero deixar estas palavras: a verdade é a luz a nos guiar rumo ao Estado Democrático de Direito. Sigamos, estradeiros, companheiros, semeando a fraternidade e a justiça! Com coragem e fé, vamos à luta! Não deixemos que golpes atrasem o nosso futuro.

Jovens, mulheres, negros, trabalhadores e trabalhadoras, a minha posição decidida contra o golpe é em defesa dos valores fundamentais do Estado Democrático de Direito.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Eu queria comunicar, a título de informação aos Deputados e às Deputadas, que nós estamos na sessão de maior tempo de duração. Batemos o recorde! (*Palmas.*)

A sessão que teve o maior tempo, de 22 horas e 27 minutos, discutiu a Medida Provisória nº 595, de 2012, que tratava dos portos.

Nós iniciamos esta sessão de denúncia contra a Presidente da República no dia 15 de abril de 2016, às 8h55min, e já contamos com 36 horas e 35 minutos de sessão.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Hélio Leite, do DEM do Pará. (*Pausa.*)

O SR. HÉLIO LEITE - Convido o Deputado Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, quanta hipocrisia! Há 13 anos, a Senadora Heloísa Helena, juntamente com o ex-Deputado João Fontes, denunciaram nesta Casa a corrupção do PT. Eles reclamaram...

O SR. CAETANO (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Questão de ordem, Sr. Presidente. Ele não pode falar porque não está inscrito. Tem que seguir a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Hélio Leite.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, vamos seguir a ordem!

O SR. ENIO VERRI - Sr. Presidente, não pode! Já anunciou o nome, Sr. Presidente!

O SR. CAETANO - Ele não está inscrito, Sr. Presidente. Tem que seguir a ordem.

(*Tumulto no plenário.*)



(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO - Não, não!

O SR. ENIO VERRI - É golpe do golpe!

O SR. VALMIR PRASCIDELLI - Ele não está inscrito, não pode falar.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputado Hélio Leite.

O SR. ENIO VERRI - Ele não pode falar!

O SR. MAJOR OLÍMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Presidente Eduardo Cunha disse que na orientação poderia haver troca. Nós aceitamos a troca.

O SR. CAETANO - Ele não pode falar. É golpe!

O SR. VALMIR PRASCIDELLI - Não pode trocar. Esta foi a decisão do Presidente: não pode trocar.

O SR. CAETANO - Isso está errado! Não pode dar golpe aí não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Um minuto. A Mesa chamou o Deputado Hélio Leite, que estava inscrito. Eu queria comunicar ao Deputado Alberto Fraga que nós chamamos o Deputado Hélio Leite. V.Exa. não está inscrito.

(Palmas.)

O SR. CAETANO - Isso! Muito bem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Missionário José Olímpio.



O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (DEM-SP. Sem revisão do orador.) -

Tem que descontar o tempo, Sr. Presidente. Ele usou o tempo. Não vai repetir o tempo.

O SR. CAETANO - Não, não! Não é troca, não é permuta.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO - É golpe!

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Essa solicitação não pode. Sr. Presidente, firmeza na condução.

O SR. CAETANO - Vocês estão com medo! Vocês estão com medo!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputados...

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PAULÃO - Aqui não se ganha no grito, não, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PAULÃO - Sr. Presidente, conduza a Mesa, por favor.

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Saia da tribuna, Deputado. V.Exa. não pode falar, Deputado. Saia da tribuna, Deputado oportunista!

O SR. PAULÃO - O Deputado está tumultuando os trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ SÉRGIO - Vamos colocar ordem, Sr. Presidente.

O SR. ENIO VERRI - Saia da tribuna, golpista! Saia da tribuna, golpista! Não pode falar. Não está inscrito.

O SR. PAULÃO - Conduza os trabalhos, Sr. Presidente! Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Missionário José Olímpio.



O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma questão. Se o Deputado deixou o outro usar de forma ilegal o tempo, não se pode voltar o tempo do outro. O tempo já deu, acabou. Continue a lista, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Quero informar a V.Exas. que nós chamamos o Deputado Hélio Leite. S.Exa. não está presente. E S.Exa. perdeu a sua vez. Eu chamei imediatamente o Deputado Missionário José Olímpio, que tem a palavra.

O SR. ENIO VERRI - Está bem, Sr. Presidente. Obrigado. S.Exa. já está lá.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Esse é o tipo do Parlamentar que ocupa a tribuna e quer ocupar a tribuna sem direito.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO - Assegure o meu tempo, por favor, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA - Vocês estão é com medo.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Vamos respeitar a palavra do orador.
Há orador na tribuna.

O SR. ALBERTO FRAGA - Estão com medo da verdade. Estão com medo!

O SR. PAULÃO - Querem ganhar no grito. No grito não ganham, não.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO - Assegure o meu tempo, por favor, Sr. Presidente.



O SR. ALBERTO FRAGA - Eu ia dizer o que é que vocês são: um bando de corruptos.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO - Calma lá. Vamos lá, pessoal.

O SR. PAULÃO - Corruptos são vocês, rapazes. Corruptos são vocês. Corrupto é você, Fraga! Corrupto é você, Fraga!

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Corrupto é você! Eu vou entrar no Conselho de Ética contra você.

(Tumulto no plenário.)

O SR. LUIZ SÉRGIO - Quem foi Secretário do Arruda, Deputado Fraga!?

(Tumulto no plenário.)

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Eu vou entrar no Conselho de Ética contra V.Exa.

O SR. PAULÃO - Corrupto é você, Fraga!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Há um orador na tribuna.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Nós vamos entrar no Conselho de Ética.

O SR. CAETANO - Sr. Presidente, restabeleça a ordem na Casa.

O SR. LUIZ SÉRGIO - Quem foi Secretário do Arruda não pode falar de corrupção.

(Tumulto no plenário.)

O SR. CAETANO - Calma, gente! Nós estamos aqui discutindo a respeito do *impeachment*.

(Tumulto no plenário.)



O SR. CAETANO - Sr. Presidente, restabeleça a ordem.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Estão desesperados! Estão desesperados porque vão perder! Estão desesperados, porque não vão conseguir golpear a democracia.

O SR. PAULÃO - Esse é o desespero da Oposição!

O SR. CAETANO - Sr. Presidente, restabeleça o comando na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Srs. Parlamentares, vamos manter a calma!

O SR. PAULÃO - Isso é desespero da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Vamos manter a calma!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PAULÃO - Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!

(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Srs. Deputados, peço a V.Exas. respeito à liturgia do cargo. Temos um orador na tribuna. Vamos continuar para que todos possam falar.

Tem a palavra o Deputado Missionário José Olímpio.

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (DEM-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar a imprensa e os funcionários que vêm trabalhando arduamente nesta Casa.

Quero cumprimentar também a minha família, o meu amigo Apóstolo Valdemiro Santiago e a Bispa Francileia, que têm orado por esta Nação.



Eu, que sou da cidade de Itu, fico feliz porque, quando vim para esta tribuna, quase não me deixaram falar. Mas eu quero dizer, meus amigos e minhas amigas, da importância do que nós estamos discutindo nesta noite. Nós estamos tratando aqui do *impeachment* que será votado amanhã.

Quero dizer a todos que sou ituano, e todos conhecem a cidade de Itu, onde tudo é grande, assim como esta Nação, grande também.

Quero cumprimentar o meu povo do Estado de São Paulo, onde obtive quase 160 mil votos. Quero dizer que recebi uma procuração para representar esse povo.

Não podemos mais aceitar essa situação em que se encontra o nosso País, tendo em vista essa inflação galopante. O trabalhador, quando vai ao supermercado, depara com o aumento dos preços, totalmente desproporcionais, meu amigo Deputado Vitor Lippi.

Quando o cidadão entra na farmácia, vê os preços assustadores dos medicamentos. Os trabalhadores estão perdendo seus empregos, centenas de empresas estão fechando as suas portas. Este é um Governo que perdeu a credibilidade, Deputado Herculano.

Eu quero dizer a todos que, como representantes da população, pelo bem do nosso povo, pelo bem do nosso País, nesse domingo vamos votar “sim” pelo *impeachment*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que Deus nos guarde e nos abençoe!

Até domingo, com a vitória do povo brasileiro.

Impeachment já! (*Palmas e apupos.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Chico d'Angelo, do PT do Rio de Janeiro.



O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, amanhã será um dia histórico para a democracia no Brasil.

Na verdade, esse golpe articulado pelo político mais processado da história do Brasil, em parceria com a Oposição, não passará.

Eles serão derrotados amanhã, porque a população já está entendendo que esse conluio contra uma Presidenta da República, que é uma mulher honesta, uma mulher correta, não tem lógica, fere a Constituição e fere todo o processo legal no Brasil.

Na verdade, desde 2014, essa Oposição, não conformada com a derrota, começou com pauta bomba e com propostas indecorosas aqui na Câmara, em conluio com o Presidente Eduardo Cunha.

Nós, aqui, agora, temos que entender que um processo que termine com um Presidente ilegítimo não será aceito pela população. Toda a população brasileira está nos acompanhando e sabendo que uma das grandes causas dessa crise econômica que estamos vivendo é a articulação do Eduardo Cunha com o PSDB e o DEM, prejudicando a população brasileira.

Por isso, amanhã, esse golpe não passará. Nós vamos derrotar a Oposição. Aliás, eu conversei ontem com seis Deputados que estão na lista de indecisos nos jornais. E um deles me disse: *“Consultei minha família e não quero entrar para a história como um Deputado que não respeitou o juramento que fez sobre a Constituição. Por isso, vou votar contra o golpe!”*.

Os senhores, amanhã, terão uma surpresa. Por isso, está batendo o desespero. O desespero é porque sabem que vão perder, porque uma parcela grande de Deputados aqui tem honra, não quer entrar para a história como



golpistas. Vários deles já falaram isso. Aqui, há Deputados de todos os partidos que têm honradez, que conhecem o processo constitucional e não irão manchar suas vidas, suas histórias, votando em um golpe mais do que comprovado, pois a Presidente da República não fez nenhuma ilegalidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha, do PSDB.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - *“Quem sabe faz a hora”* — foi isso que disse o poeta. *“Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não vou nesta noite falar dos diversos crimes que foram delimitados na denúncia, não vou convencer os néscios do PT e seus aliados, até porque não tenho capacidade, pois não se consegue fazer com que cegos enxerguem, não se consegue fazer com que surdos consigam ouvir.

A verdade é que é chegada a hora, senhores; é chegada a hora de dar uma nova chance ao Brasil. É chegada a hora de dar uma nova chance ao povo brasileiro, que se cansou de ser espoliado, que se cansou de ser roubado. É chegada a hora de dar uma nova esperança para esta Nação de 200 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, não podemos deixar que a mentira prevaleça. Aqui destas tribunas, por várias vezes, tentaram convencer o povo brasileiro de que se tratava de um golpe, de que a Presidente Dilma nunca foi acusada. Mentira! A Presidente Dilma é citada nas delações de vários delatores. A Presidente Dilma foi a beneficiária das listas de todas as empreiteiras que doaram recursos de propina para a campanha do PT.

(Manifestação no plenário: Mentira! Mentiroso!)



O SR. ROCHA - É bom que ouçam. Eu sei que dói. É bom que ouçam.

A Presidente Dilma é ré no Tribunal Superior Eleitoral. Contra ela corre uma denúncia de ter recebido dinheiro de propina para a sua campanha — e isso os petistas não querem ouvir.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Ela não é da sua laia! Ela não é da sua laia!

O SR. ROCHA - Mas, Sr. Presidente, também não podemos deixar a imoralidade do balcão de negócios em que se transformou...

O SR. MORONI TORGAN - Vamos respeitar o orador!

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, falo sobre o balcão de negócios em que se transformou...

(O Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ALBERTO FRAGA - Volte o tempo! Volte o tempo!

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, vou pedir a V.Exa. que reponha meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Há um orador na tribuna. Vamos colaborar.

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, vou pedir que reponha meu tempo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Vamos respeitar os oradores!

O SR. ALBERTO FRAGA - Eles apresentaram questão de ordem.

Reponha o tempo, Sr. Presidente.

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, reponha o meu tempo. Foi impossível falar. Sr. Presidente, vou pedir para repor o meu tempo, porque eu fui atrapalhado pelos Parlamentares do PT que não querem ouvir a verdade.



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Eu solicito ao Deputado Rocha que conclua o seu discurso.

O SR. ROCHA - Sr. Presidente, eu não posso concluir o meu discurso se os petistas não deixarem.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, eles entraram com uma questão de ordem para não interferir.

O SR. ROCHA - O que não querem ouvir, Sr. Presidente, é que roubaram o Brasil. O que não querem ouvir é que saquearam a PETROBRAS e os fundos de pensão.

Sr. Presidente, eu vou aproveitar uma frase do hino acriano que diz "*Sem recuar, sem cair e sem temer*".

Impeachment já! Fora, Governo corrupto! Fora, bando de Parlamentares que têm as mãos sujas com o dinheiro da PETROBRAS! Fora, petistas! Fora, corruptos!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Eu queria pedir a colaboração dos Srs. Parlamentares, porque nós aqui respeitamos as opiniões. O que nós precisamos...

O SR. CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) -Um minuto, por favor.

Haverá inscrições de pessoas aqui presentes que representam a sociedade brasileira, que está nos vendo neste momento muito importante. Então é de fundamental importância que nós respeitemos as opiniões manifestadas pelos oradores.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga, por 3 minutos.



O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, que momento grave!

Eu quero iniciar aqui a minha fala tendo a oportunidade de trazer o documento do movimento Todos e Todas pela Constituição, que identificou 400 manifestos no Brasil contrários ao *impeachment*.

O SR. ROCHA - O PT se cala porque quer ouvir o puxadinho.

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu quero ter a oportunidade de trazer um documento com a assinatura de 154 defensores públicos contrários ao *impeachment*, de vários Estados brasileiros. Eu quero trazer aqui um documento de 157 nomes do Ministério Público contrários ao *impeachment*. Agora, esses documentos e essas representações representam todos os brasileiros? É claro que não.

Mas o que é representar? Representar é respeitar a divergência. Representar é agradar, mas também desagradar. Representar é dar o melhor de si. Representar é procurar entender aqueles oprimidos que não veem nesta discussão a realidade das suas vidas, porque já sofreram muitas e muitas injustiças. Representar é ter a coragem de dizer que a história não permite omissão. Representar é ter a coragem de dizer que o espaço de poder não vale a pena se for através da injustiça e pisando a democracia.

Eu queria dizer, Deputadas e Deputados, aos que respeitaram e aos que desrespeitaram a minha fala que, independentemente do resultado de domingo, eu não queria de maneira nenhuma estar no lugar do Vice-Presidente da República, Michel Temer, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, porque conseguir ou não conseguir qualquer espaço de poder utilizando como método a



injustiça, o acordo espúrio, não é para mim, como para muitos dos brasileiros que assistem à sessão neste momento, uma prática política que possa prevalecer.

“Não” ao acordo! “Não” a Eduardo Cunha Vice-Presidente da República e Michel Temer Presidente da República! “Não” ao *impeachment*!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Herculano Passos.

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna falar para a Nação brasileira com muita convicção e muita tranquilidade. Amanhã será um dia histórico e nós votaremos a mudança do País. Eu e a grande maioria das pessoas que votaram em mim, pessoas das regiões de Itu, Bragança, Guarujá, no Estado de São Paulo, temos a convicção de que votar a favor do *impeachment* é o melhor para o Brasil. Nós queremos criar uma expectativa de melhorias, queremos dar esperança ao povo brasileiro, até porque a Presidenta não tem cumprido tudo o que foi prometido na sua campanha eleitoral. S.Exa. não cumpriu com a proposta de governabilidade, de combate à crise.

E o País está à deriva, está sem comando, está sem credibilidade. Nós precisamos de mudança para que o desenvolvimento volte a acontecer, e para isso é preciso um novo Governo, porque este Governo está deteriorado, este Governo não tem mais a mínima condição de governabilidade, ele não tem base no Congresso Nacional, e sabemos que qualquer governante tem que ter maioria no Parlamento. Ele não tem articulação política, ele não tem entrosamento nem com o Congresso nem com a sociedade, ele perdeu as rédeas do País.



Eu gostaria de estar aqui fazendo outro discurso, diferente, dizendo que está tudo bem. Mas todos nós brasileiros sabemos que não está nada bem. A mudança é necessária, e o *impeachment*, que está previsto na Constituição, é uma oportunidade que temos para renovar as esperanças, para criar uma expectativa de melhora e atrair cada vez mais investimentos para o País, para que todas as pessoas sintam-se mais felizes e para que a qualidade de vida do povo brasileiro seja melhorada.

Por isso, sou a favor do *impeachment* e acredito num futuro melhor para o nosso País.

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Quero pedir calma aos Srs. Parlamentares. Nós temos que ter respeito dentro da Câmara dos Deputados. Há um processo de *impeachment*, a sociedade brasileira está nos acompanhando em rede nacional. Então vamos ter respeito pela nossa população brasileira.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Givaldo Vieira, do PT do Espírito Santo.

O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Sem revisão do orador.) - Brasileiros e brasileiras, um golpe de Estado se caracteriza pela tomada do poder fora das regras democráticas. Nosso País já esteve de joelhos para o golpe militar. O poder foi surrupiado pelas Forças Armadas e à bala. Nós lutamos e vencemos, à custa do sangue de muitos.

Faço uma grave denúncia aqui para o Brasil e para o mundo. Tentam, neste momento, nos submeter a um novo golpe, dissimulado; um golpe Parlamentar, não pelas forças das armas, mas por uma maioria de conveniências disposta a tomar o



poder rasgando a nossa Constituição, ferindo a nossa democracia. Golpistas! Machistas! Fascistas! Filhos da ditadura! Pais da ditadura! (*Palmas.*)

Mas há, entre aqueles que pretendem votar no *impeachment*, embora ilegal, um pequeno grupo de Deputados que não são golpistas por índole.

Falo para vocês agora: se você queria seguir... (*Manifestação no plenário.*)

O SR. GIVALDO VIEIRA - Cale a boca, Deputado, me respeite! Eu estou na tribuna! Respeite-me!

Sr. Presidente, peço meu tempo.

Você tem que me respeitar! Aqui não é sua casa! Aqui não é sua casa, não! Mal-educado!

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - V.Exa. pode terminar.

O SR. GIVALDO VIEIRA - Sr. Presidente, V.Exa. tem que garantir a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Sua palavra está garantida.

O SR. GIVALDO VIEIRA - É assim o golpe: no grito, querem tomar o nosso País! Não vão conseguir! Vocês não vão fazer no grito!

Presidente, vai ficar registrado para a história. V.Exa. está tirando o meu tempo, porque é sua obrigação garantir a minha palavra.

Vocês não vão fazer esse golpe, porque a força democrática é maior. Saibam que haverá resistência. Haverá luta, sim, porque o Brasil é maior do que vocês e não vai se submeter a esse golpe. Vocês, filhos da ditadura, não têm moral para impor ao País, submeter...

(*Desligamento automático do microfone.*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma decisão histórica. O *impeachment* é irreversível. Precisamos agora falar do futuro, e o futuro não pode ser visto como está na Esplanada, com muros que dividem dois lados. Ninguém quer que essa guerra permaneça. Queremos que o Brasil seja de todos nós. *(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe!)*

O SR. SILVIO TORRES - Não houve processo mais democrático do que este que o Brasil está vivendo. Este processo mobilizou milhões de pessoas nas ruas e nas redes sociais. Houve muitos embates e conflitos, mas nenhuma vítima. O saldo é muito positivo para a democracia. As instituições foram testadas.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Deputado Silvio Torres, peço 1 minuto.

Todos nós somos adultos. Quero dizer a V.Exas. que, se nós não entrarmos num acordo, fica difícil tocarmos esta sessão. Nós precisamos ter respeito com o Parlamento e com aqueles que são representantes da sociedade brasileira.

Eu gostaria de pedir a todos os Parlamentares que mantenham a calma, e cada um terá tempo para expressar a sua opinião.

Tem a palavra o Deputado Silvio Torres

O SR. SILVIO TORRES - Sr. Presidente, eu vou começar com 3 minutos novamente? Reponha o meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - V.Exa. tem 1 minuto a mais, porque eu parei para falar.

O SR. SILVIO TORRES - Não, mas eu não falei!



Mas ainda há muito trabalho a fazer. Combater a impunidade é fortalecer a democracia, punir todos os crimes, especialmente as pedaladas fiscais e orçamentárias. São esses os crimes que embasam o processo de impedimento da Presidente. Mas há outros: crimes de obstrução da Justiça, por exemplo, na oferta de benefícios para o Senador Delcídio do Amaral não fazer a delação ou na nomeação de Lula para o Ministério.

Não há golpe! Golpe é desviar e se apropriar do dinheiro público para se manter no poder, é cometer os crimes de irresponsabilidade fiscal que promoveram a recessão, colocaram milhões de desempregados nas ruas, comprometeram as finanças públicas e geraram a maior inflação dos últimos tempos.

Este quadro caótico que o País vive foi consequência de má administração, de incompetência, de corrupção e da soberba na condução da política. Não adianta procurar culpados fora de casa. O *impeachment* não acontecerá somente com os votos da Oposição, que soma apenas cem Parlamentares na Casa. O restante sempre esteve sob influência e controle do Governo, que foi incapaz de transformar tal poder em projetos de interesse da Nação.

Ao final, repito, a democracia brasileira sai fortalecida. A decisão...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Eu vou conceder a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Givaldo Vieira. *(Palmas.)*

Um minuto. Eu gostaria de fazer uma combinação aqui, para que possamos ter mais calma. Vou conceder a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Givaldo Vieira e ao Deputado Rocha, que também foi interrompido.



Daqui para a frente, vamos fazer um acordo entre nós de respeitar o tempo dos Parlamentares. (*Palmas.*)

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, baseado no art. 73 do Regimento Interno, mas, em primeiro lugar, eu queria dizer que V.Exa. está tentando, com correção, ser imparcial, e eu parablenizo V.Exa. nesse sentido.

Vários oradores foram interrompidos ao longo de suas falas, mas as concluíram. De fato, o Deputado Silvio Torres e o Deputado Givaldo Vieira foram interrompidos e não conseguiram concluir suas falas. Creio que, se V.Exa. der o tempo de 1 minuto para cada um dos dois Parlamentares, estará repondo a justiça aqui.

Qual é a questão de ordem que levanto a V.Exa., com base no art. 73, inciso XIII, do Regimento Interno? Esse inciso diz que o orador que está na tribuna não pode ser interrompido.

A minha sugestão nesse sentido, Sr. Presidente, é que, se o orador que está na tribuna for interrompido pelo Plenário, parar de falar e pedir a V.Exa. a garantia da palavra, que V.Exa. peça que não corra mais o tempo. E, enquanto o Plenário não se acalmar, o orador fica aguardando. Esse será o único jeito de haver aqui certa civilidade.

Parabéns pela tentativa de conduzir com isenção, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concordo com V.Exa.

Eu gostaria de fazer um comentário. Nós estamos numa sessão longa, num embate muito forte dentro do Parlamento, por isso peço colaboração, senão não há condição de tocar a sessão da maneira como queremos.



Deputado Givaldo Vieira, V.Exa. terá 1 minuto. O Deputado Rocha também terá 1 minuto.

Deputado Silvio Torres, V.Exa. já teve 1 minuto.

O SR. SILVIO TORRES - Não, eu não tive 1 minuto!

O SR. EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, tem que dar 1 minuto para o Deputado Silvio Torres também. Até o Deputado Pepe Vargas reconheceu isso.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Para encerrar o raciocínio, concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Disponho de 1 minuto, Sr. Presidente.

Ao final, repito: a democracia brasileira sai fortalecida. A decisão que vamos tomar amanhã está prevista na Constituição, avalizada pelo Supremo Tribunal Federal e pelas demais instituições da República.

Depois, será o pós-*impeachment*. Será preciso levar o Brasil à frente, superar as crises, confirmar um novo País, onde não se restrinja a liberdade, não se permita a impunidade e não se tolere a corrupção. O povo brasileiro terá a oportunidade de um recomeço.

E o PSDB estará junto nesta luta. Amanhã o Brasil dará um grande passo para o fim de uma era em que predominaram o populismo irresponsável, devaneios ideológicos e estelionatos eleitorais. Viva o Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Givaldo Vieira. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. GIVALDO VIEIRA (PT-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado.



Falo agora para você, que é Deputado e que estava pensando no *impeachment*, mas não tem o golpismo no coração. Se você queria seguir uma maioria, mude seu voto, porque 58% hoje não querem mais o *impeachment*. Se você pensava em um Brasil melhor sem Dilma, mude seu voto e vote “não”, porque já está claro que um Governo Temer, tendo Cunha como réu, será um desastre para o Brasil. Se você pensava em receber aplausos, mude, porque vai carregar para sempre, pela história, a pecha de golpista. Aqueles que votarem “sim” serão os golpistas lembrados por toda a história. Pela Pátria, vote “não”. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Passo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho de um Estado distante e pequeno, mas que lutou para ser brasileiro. E hoje a população do meu Estado arca com as consequências do isolamento, com as consequências da falta de investimento, da crise que este País enfrenta.

E falo em nome dos acrianos, daqueles que querem um Brasil novo, daqueles que querem um Brasil melhor, daqueles que querem ter esperança num futuro para este País. Nós vamos votar a favor do *impeachment*, para acabar com o Governo da mentira e da corrupção.

E eu quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que a Presidente Dilma é, sim, ré no TSE. Correm contra ela acusações de ter recebido dinheiro de propina para as suas campanhas. Eu sei que para os petistas é difícil ouvir, mas têm que ouvir, porque assim é a democracia. Mesmo que V.Exas. não respeitem, não estão em Cuba.



Aqui no Brasil é *impeachment* já, é um novo governo, é um novo futuro para este País!

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio. S.Exa. tem 3 minutos.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho de Angra dos Reis. Quando comecei a militar, o Município era área de segurança nacional, não podia escolher o Prefeito. Iniciei nas comunidades de base, na oposição sindical em Volta Redonda. O Município no sul fluminense também era área de segurança nacional. E eu sei o que é o regime de exceção.

Entendo, como Parlamentar, que nós temos de respeitar a vontade dos eleitores, o voto. E os eleitores, de forma democrática, elegeram Dilma Presidente da República.

Quero dizer: Dilma é íntegra; Dilma é honesta. E é exatamente por ser ela íntegra e honesta e por não compactuar com a corrupção que querem tirá-la do poder. Vou repetir: Dilma é íntegra; Dilma é honesta. Não pactua com corrupção, não participa de conchavo. É por isso que querem tirá-la da Presidência da República.

Quem diz isso são aqueles que têm seus nomes ligados à Operação Lava-Jato. A Presidenta nunca interveio politicamente nas operações. O que querem é um golpe parlamentar para interferir nas investigações e parar a luta contra a corrupção.

Então, você que está na rua, segurando cartazes pela luta contra a corrupção, deve se perguntar por que Parlamentares do PSDB de São Paulo que sobem a esta



tribuna falam de corrupção, mas não dizem uma palavra sobre o merendão, uma palavra sobre o trensão.

Vêm à tribuna Deputados do Paraná, falam de corrupção, sem dar nenhuma palavra sobre o esquema da Receita, que financiou campanha por lá.

Parlamentares que falam, neste plenário, da corrupção não falam da lista da Odebrecht. Não se ouve nenhuma palavra sobre a lista da Odebrecht.

Um Parlamentar do Distrito Federal, do DEM, chama os petistas de ladrões. Ele fala de corrupção com conhecimento de causa, porque era Secretário de Roriz, que foi preso e responde a processo no Supremo Tribunal Federal. (*Palmas.*)

Então, a luta não é para que haja investigação, a luta é para barrar a investigação. Em 1954, Getúlio se suicidou, e, em 1960, Jânio não teve a resistência que nós esperávamos. E o que eles não sabem...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Altineu Côrtes, do PMDB do Rio de Janeiro.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu sei que o debate está acalorado nesta noite, mas eu tenho a certeza de que cada um, com as suas convicções, quer o melhor para o Brasil.

Eu acho que aqui ninguém tem o que comemorar. O muro que está ali do lado de fora marca a triste história por que atravessa o nosso País. Eu tenho a convicção e a opinião formadas — votarei a favor do *impeachment* —, com meu coração tranquilo.



Eu, atenta e respeitosamente, ouvi o Ministro José Eduardo Cardozo. Respeito a Presidente Dilma e acho, também, que ela é uma mulher honesta. Não acho que seja uma mulher desonesta. Ela somente não foi capaz, talvez, de escolher aqueles que a assessoraram e que, talvez, levaram-na a cometer o crime de responsabilidade, o que está muito claro. O TCU apontou, e eu entendi assim. Decorre disso o meu voto.

Mas, quando se fala em golpe, eu não me sinto bem. Eu não sou golpista. Do contrário, eu fui vítima de um golpe, como a população do Município de Itaboraí, de São Gonçalo, e como o povo da Bahia, pela corrupção da PETROBRAS.

Eu investiguei, na CPI da PETROBRAS, junto com nobres Deputados do PT, que não podem negar: isso foi um golpe no trabalhador brasileiro. Foi um golpe na Bahia, foi um golpe em Pernambuco, foi um golpe nos lugares onde o Brasil perdeu emprego para a corrupção. E a Presidente Dilma, mesmo sendo honesta, não foi capaz de escolher aqueles que dirigiam, naquele momento, a maior estatal deste Brasil. Não é este o motivo do *impeachment*, mas este é o motivo que assola o nosso País.

O povo da minha cidade, Itaboraí, de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, paga com emprego e paga com fome, como o povo do Brasil. Este é um golpe que nós sofremos.

Agora, está na hora de, mesmo no calor das emoções, depois do resultado que for trazido aqui, no dia de amanhã, virar esta página, derrubar o muro, respeitar o que for decidido aqui. Eu sou favorável ao *impeachment*, com o meu coração tranquilo. (*Muito bem! Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Caetano, do PT da Bahia.

O SR. CAETANO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, qual é a legitimidade que tem Eduardo Cunha para conduzir este processo que se instalou aqui nesta Casa? Qual é a legitimidade que tem Eduardo Cunha para dirigir este golpe contra o povo brasileiro?

Qual é a legitimidade que tem o conspirador e traidor Temer para assumir a Presidência do Brasil? Apenas 1% da população o apoia! Mais de 70%, quase 80% da população quer Eduardo Cunha fora desta Casa e da Presidência deste Poder!

Povo brasileiro, o mundo já caiu na real. O jornal norte-americano *The New York Times* diz, na sua primeira página: "*Honesta, Dilma pode ser afastada por criminosos*". O *El País*, na Espanha, diz: "*A linha sucessória de Dilma Rousseff está na mira da Lava-Jato*". O *Le Monde*, na França, diz: "*Temer é profissional da intriga política*". Só a Globo não vê isso.

Senhoras e senhores, amanhã é um dia importante nesta Casa, e nós devemos estar atentos. Eu conclamo o povo brasileiro para a vigilância democrática, conclamo aqui todos os companheiros e companheiras que lutam pela democracia, que lutaram para ver como o Brasil está consolidando a sua democracia.

Enfim, o filme que estamos vendo agora é o mesmo filme de 1964, de uma forma diferente. Querem cassar uma Presidenta legitimamente eleita por 54 milhões de brasileiros para colocar no seu lugar um presidente ilegítimo que tem apenas 1% da opinião pública a seu favor!

Nós temos que concentrar aqui a luta da resistência democrática. É obrigação nossa, como democratas, como brasileiros, resistir aqui e interromper esse golpe



que está sendo construído às escondidas e às claras neste País pela direção desta Casa, especialmente pelo Sr. Eduardo Cunha. Nós não aceitamos essa conspiração contra o Brasil.

Brasil, tu verás amanhã que um filho teu não foge à luta. Votarei contra o golpe e votarei pela democracia brasileira.

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. JOÃO RODRIGUES (Bloco/PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tudo o que já foi dito aqui, tudo o que se venha a dizer é praticamente a repetição da mesma coisa. Mas eu quero daqui falar para todos os brasileiros.

Eu fico observando os Srs. Deputados do PT, do PCdoB, do PSOL. Com todo o respeito — eu não quero agredi-los, mas me permitam —, vocês têm uma cara de pau sem tamanho. Mas, com todo o respeito,... (*Manifestação no plenário.*)

Silêncio, eu estou utilizando a palavra. Cale a boca, que eu estou falando! Quietos! Estou falando! Cale a boca. Não meta o bico, PT, fique na sua! Fiquem quietos! Vocês ofendem o povo brasileiro todos os dias, todas as horas. Enquanto estou na tribuna, calem a boca, porque amanhã o Brasil e este Congresso farão os senhores silenciarem.

Afinal de contas, por falar em corrupção, o Governo de vocês comeu duas PETROBRAS. Um dos combustíveis mais caros do mundo é o que paga o trabalhador brasileiro. A energia elétrica aumentou, a cesta básica aumentou, a



inflação é galopante. Foram bilhões roubados. E vocês querem usar a tribuna para falar em corrupção?

Com todo o respeito, senhoras e senhores, amanhã este Congresso haverá de dar uma resposta. É bem verdade que hoje os senhores, os seus coordenadores e o grande capitão, o chefe Luiz Inácio, que hoje de tarde carregou a malinha e voltou para São Paulo, fizeram as suas negociações no quarto de um hotel de luxo.

Quero aconselhar alguns Parlamentares que o visitaram, inclusive o Vice-Presidente desta Casa, que até semana passada era *pró-impeachment* e hoje é contra. Qual foi o agrado que fizeram? Quanto pagaram? Será que Parlamentar não tem sentimento e responsabilidade? Ontem era a favor e hoje é contra? O Governo mudou, melhorou, deu resposta à sociedade? Absolutamente nenhuma.

O povo amanhã vai conferir. Se faltar e não justificar com certidão de óbito própria, é porque se vendeu. Quem vier e mantiver posição firme, quer seja contra, quer seja a favor, há de se respeitar, desde que seja aquele compromisso histórico, como o do PT, o do PSOL, o do PCdoB, porque vocês estão aí nessa trincheira. Agora, aqueles que estavam do lado de cá, e amanhã vão para o lado de lá têm preço, amanhã serão julgados e, depois, em 2018, serão despedidos pelo eleitor.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Fica prorrogada a sessão por mais 1 hora.

Concedo a palavra ao Deputado Pepe Vargas, que terá o tempo de 3 minutos.

O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, essa tentativa de golpe contra a Constituição Federal e contra a democracia tem dois objetivos.



O primeiro objetivo é, sim, deter as investigações sobre a corrupção, que é histórica no nosso País, que começou há muito tempo. Pela primeira vez na nossa história, uma investigação está pegando, sim, corruptores e corruptos. E a Presidenta Dilma Rousseff deixa transcorrer essa investigação com naturalidade, permitindo que os órgãos responsáveis pela investigação da corrupção ajam.

A Presidenta Dilma não é investigada por nenhum ato de corrupção, ao contrário do que alguns disseram aqui. A Presidenta Dilma não cometeu nenhum crime. E ela permite que a investigação da corrupção aconteça.

É muito estranho que partidos que têm um histórico de envolvimento com a corrupção, é muito estranho que um plenário onde mais de 200 Deputados são indiciados ou respondem por alguma investigação queiram derrubar uma Presidente que não cometeu nenhum crime. O primeiro objetivo dos golpistas é acabar com a investigação da corrupção neste País, como faziam no tempo em que eram Governo, quando acobertavam, engavetavam e não permitiam que as investigações ocorressem.

O segundo objetivo desse golpe é o de colocar por terra os avanços e as conquistas do povo trabalhador deste País. Está na proposta *Ponte Para o Futuro*, do Sr. Michel Temer, articulado com o Sr. Eduardo Cunha, acabar com a política de vinculação do piso previdenciário ao salário mínimo, acabar com o regime de concessão... retornar o regime de concessão e acabar com o regime de partilha na exploração do petróleo, fazendo a festa das grandes petroleiras internacionais. Está lá: *“Desvincular os recursos da saúde e da educação”*. Então, não adianta vir aqui reivindicar recursos para a saúde e depois desvincular os recursos da saúde e da educação.



Esse golpe não passará porque a consciência democrática do povo brasileiro já faz com que muitas pessoas saibam quais são os objetivos desse golpe. Não vai ser um golpe, uma tentativa de golpe conduzida pelo Sr. Eduardo Cunha, com o apoio de partidos da Oposição, que vai acabar com as conquistas do povo brasileiro.

Amanhã, nós vamos derrubar essa tentativa de golpe. E o povo, que tem tomado as ruas deste País, vai continuar mobilizado, para termos mais avanços sociais.

“Não” ao golpe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero ser muito objetivo nesta minha fala.

Nós somos a favor do impedimento da Presidente Dilma Rousseff. Amanhã, todos nós votaremos contra o golpe, contra o golpe que a Presidente Dilma e o PT querem dar na sociedade brasileira. Porque, quando um Presidente comete um crime de responsabilidade e não quer responder pelos seus atos, é um golpe, é um golpe em cada um de nós cidadãos brasileiros.

É por isso, Sr. Presidente, que temos muito clareza quanto ao crime de responsabilidade que a Presidente cometeu. Há uma vedação objetiva na lei: um banco público não pode emprestar dinheiro para o Governo. E — pelo amor de Deus! — a defesa do Ministro José Eduardo Cardozo é um deboche da sociedade brasileira.

Porque é muito simples entender, Deputado Dr. João: colocamos as nossas contas no débito automático e, no dia do pagamento da nossa conta de luz, não



temos saldo em conta e não temos limite no cheque especial. O que o banco vai fazer? Não vai pagar a nossa conta de luz, não vai pagar o nosso condomínio. O que o Governo fez com todos os programas? O Governo não tinha dinheiro na conta, não transferiu dinheiro do Orçamento para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES. E os bancos pagaram. Isso não é empréstimo? Então, eu quero saber o que é.

Eu quero, então, na segunda-feira, quando o banco abrir, e a Presidente ainda for Presidente — porque este processo só acaba no Senado Federal, se ele for aprovado —, ir lá e dizer: *“Olha, agora eu quero botar todas as minhas contas aqui. E, se eu tiver dinheiro, bom; se eu não tiver, o Banco do Brasil é que pague para mim”*.

Então, esse é o crime que a Presidente Dilma cometeu de forma explícita. Isso gerou o quê? Mais de 70 bilhões de reais. Foi o que S.Exa. fez com esse tipo de crime. S.Exa. desorganizou as contas públicas. E, quando S.Exa. desorganizou as contas públicas, gerou o aumento da inflação, o aumento da taxa de juros e, o que é mais grave, o aumento do desemprego. Isso não é crime contra a sociedade brasileira? Não é grave? Pelo amor de Deus.

Se o PT acha que a responsabilidade fiscal não é um ativo da sociedade brasileira e que as leis não precisam ser respeitadas, é porque o PT quer dar um golpe na sociedade brasileira. Os Deputados do PT, juntamente com seus aliados, são fascistas. Eles, sim, são golpistas e são fascistas.

É por isso que amanhã nós vamos derrotar o golpe que o PT quer dar na sociedade e votaremos “sim” ao *impeachment*. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, contra esta crise política que está dividindo e conflagrando o Brasil, que nasceu do desrespeito ao resultado das eleições de 2014 por parte da Oposição; contra o ódio e a intolerância manifestadas ao gritarem fanaticamente “fora, PT!”, como gritaram muitos fascistas em diferentes momentos da história; contra esse processo ilegal e imoral aberto e liderado, por vingança e chantagem, por um criminoso e corrupto como Eduardo Cunha, que está conduzindo um verdadeiro tribunal de exceção no Parlamento brasileiro; contra o acordo cúmplice da Oposição com Cunha e com Temer para cassar o voto de 54 milhões de brasileiros e tentar o terceiro turno, numa eleição direta de acordo, de cúpula, com um grupo pequeno de Deputados; pelo direito sagrado do povo brasileiro de escolher os seus governantes em eleições direitas; em respeito à dignidade e à honestidade da Presidenta Dilma Rousseff, essa mulher trabalhadora e dedicada ao Brasil que, vocês sabem, não cometeu um único crime, jamais roubou 1 centavo do dinheiro público e está sofrendo a tentativa de uma cassação puramente política, do jogo poder de quem disputou quatro eleições e perdeu as quatro e quer cassar o mandato neste Parlamento; pela continuidade dos enormes avanços sociais, da enorme distribuição de renda dos Governos Lula e Dilma; para defender a continuidade, sim, do combate à corrupção de forma republicana e não seletiva; para ver julgado o mensalão dos tucanos; para dizer que aquele homem que tem milhões de dólares roubados da PETROBRAS nas suas contas na Suíça vai receber — eu espero que não, porque tenho a convicção da vitória —, Deputado



Tadeu Alencar, ou receberia, o cargo de Vice-Presidente da República, como prêmio por tudo o que roubou Eduardo Cunha, senhoras e senhores, eu voto contra o *impeachment*, pela democracia brasileira e pelo povo brasileiro! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Elmar Nascimento.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a responsabilidade de representar 90 mil baianos, de representar os meus conterrâneos de Campo Formoso, terra em que nasci e que eu amo, com a responsabilidade de ter representado o meu partido na Comissão do Impeachment, eu quero iniciar as minhas palavras lembrando um antigo provérbio: à mulher de César não basta ser honesta; tem que parecer honesta. E a Presidente Dilma não parece honesta, e não é honesta!

Se formos analisar o art. 95 da Constituição Federal, os seus incisos, poderemos perceber desde já que, em cinco incisos, a Presidente cometeu crime de responsabilidade.

Durante os trabalhos da Comissão, em que 66 Deputados se debruçaram sobre isso de forma exaustiva, nós demonstramos que a Presidente cometeu crime de responsabilidade. Mas é no contexto político, no contexto da crise moral e ética pela qual passa o País, no contexto da crise econômica, que, amanhã, os 513 Deputados que compõem esta Casa haverão de tomar uma decisão política e justa, a decisão de autorizar que a Presidente seja processada no âmbito do Senado Federal, onde lhe será dada a oportunidade de exercer amplo direito de defesa.

A Presidente comete contra o Brasil um crime de lesa-pátria, um crime que se iniciou há muito tempo, há 12 anos, quando um partido, que dizia ter o monopólio da



honestidade, o monopólio da verdade, construiu, no âmbito do Poder Central, uma organização criminosa que corrompe, que corrói o sistema político brasileiro. É nossa responsabilidade agora, é responsabilidade de cada um dos Deputados que compõem esta Casa dar o basta nisso.

Vamos passar o Brasil a limpo. Nós temos que ser uma democracia amadurecida. E, numa democracia madura, minhas senhoras e meus senhores, não há lugar para convivência com a corrupção. O PT não tem autoridade moral para falar em corrupção. Um partido que homenageia José Dirceu, um partido que homenageia presos pelo Supremo Tribunal Federal não tem autoridade moral para falar sobre corrupção contra ninguém.

Amanhã, em nome do futuro dos nossos filhos, em nome do futuro do Brasil, nós vamos dizer “sim” ao *impeachment*.

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra a Deputada Luizianne Lins.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT-CE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, em especial meu povo, o povo do Estado do Ceará, dada toda a discussão que esta Casa tem realizado, dado o conteúdo das diversas falas dos Parlamentares, desta tribuna, está mais do que claro que este processo de *impeachment* da Presidente Dilma é um ato absolutamente político. Não há nenhuma denúncia concreta contra a nossa Presidente. Dilma é uma mulher séria, honesta e verdadeiramente preocupada com o povo brasileiro, diferentemente de muitos que se atrevem a julgá-la e que respondem a processos em diversos tribunais neste País.



A Direita partidária, conservadora e agora golpista, que nunca aceitou as mudanças sociais que viveu o Brasil, o avanço dos direitos civis, a conquista das liberdades democráticas, agora resolveu também não aceitar o resultado das eleições e busca a qualquer custo, em um momento de crise internacional, desestabilizar o Brasil.

Essas forças conservadoras receberam reforço de setores dos meios de comunicação de massa e de uma parcela significativa do Poder Judiciário, daqueles que deveriam estar promovendo a justiça no nosso País.

Do outro lado dessa trincheira histórica, vimos um povo reagindo contra o golpe, vimos diversas forças progressistas, defensores da democracia, artistas, intelectuais, juventude, movimentos sociais e populares, movimentos representativos de trabalhadores urbanos e rurais, centrais sindicais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sem-teto, entidades representativas de jovens, estudantes, mulheres que lutam pela liberdade, negros e negras que lutam contra o racismo, homossexuais que lutam contra o preconceito e o conservadorismo. Esses combatentes das liberdades democráticas reagem de ponta a ponta deste País, contagiando de luta e de esperança ruas, praças e avenidas, em um emocionante movimento contra essa tentativa de golpear a democracia em nosso País.

Que Brasil teremos depois da votação do *impeachment*? Só nós Deputadas e Deputados poderemos responder. Podemos confirmar o golpe e voltar a ser o País da apartação social, da falta de oportunidades, da política econômica excludente, do preconceito, do desemprego, da desregulamentação dos direitos trabalhistas, da inércia no combate à corrupção, da entrega do patrimônio nacional.



Mas, felizmente, hoje milhões de corações e mentes estão se pronunciando em defesa da democracia. Na tentativa do *impeachment*, outros estão querendo fazer imposição à Presidente Dilma.

Nós sabemos que isso não é um fim em si mesmo. Isso é apenas o princípio de algo muito mais grave. Por isso, convocamos o povo brasileiro a resistir ao golpe.

Parafraseando o poeta, *“nada a temer senão o correr da luta, nada a fazer senão esquecer o medo”*.

O Brasil vai reagir. Não vai haver golpe!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente.

Saúdo as brasileiras e os brasileiros, especialmente a minha querida Paraíba, que nos acompanha neste momento histórico para a nossa Nação.

Nunca antes na história deste País tantos brasileiros foram à rua pelo mesmo motivo, Sr. Presidente. Saíram às ruas 6 milhões de brasileiros, que encontraram o Brasil em ruínas, precisando ser reconstruído. A saúde está um caos, a educação é precária. Somos reféns do crime e da violência.

A Presidente Dilma está isolada no poder; o Governo, rejeitado nas ruas. Ela perdeu a capacidade de liderar o Brasil. Ninguém acredita mais no que Dilma fala, ninguém acredita mais no que Dilma faz, ninguém acredita mais em nenhum projeto que ela apresenta. Ela perdeu a credibilidade aqui dentro e lá fora. Ninguém quer investir no País.



E sabem por que chegamos ao momento de ter que afastar a Presidente? Porque ela cometeu crimes, crimes de responsabilidade fiscal. As pedaladas causaram um rombo no Orçamento. Isso foi farra com dinheiro público. Gastou o dinheiro do Brasil para poder se eleger e agora manda a conta para cidadão pagar, para o trabalhador brasileiro pagar. Isso nós vemos com as empresas fechando, a inflação aumentando e o desemprego batendo à porta do trabalhador brasileiro.

Agora, para um governo que é irresponsável e que comete crimes há uma solução: o *impeachment*. Talvez V.Exas. não gostem dessa solução, porque o PT votou contra a Constituição Federal — não se esqueçam disso —, mas ele está previsto na Constituição Federal, realizada pelo Congresso Nacional, fiscalizada pelo Supremo Tribunal Federal, baseado em provas, leis e fatos.

Nós sabemos que a Presidente Dilma prometeu o FIES, mas depois o cortou, deixando os estudantes desamparados. Nos postos médicos falta até vacina. Mas, quando o Governo fala em saúde, é para negociar o Ministério com qualquer partido que queira apoiá-lo contra o *impeachment*.

Não terá mais continuidade este Governo, que se transformou numa verdadeira máquina de corrupção para financiar um projeto de poder. É o apego ao poder pelo poder. Cometem-se crimes, assassinam-se pessoas, faz-se o que for possível.

Então, no domingo, este Parlamento fará a vontade do Brasil. Diremos “sim” ao *impeachment*.

Fora, Dilma! Fora, Lula! Fora, PT!

Viva o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Leo de Brito.



O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, povo acriano, neste momento histórico de resistência democrática e popular, quero dedicar este pronunciamento aos meus dois filhos: João Marcos, de 3 meses, e, em especial, Sofia, que nesta semana completou 3 anos de idade.

Nestes 3 minutos, Sr. Presidente, poderia falar sobre os aspectos jurídicos do *impeachment*, mas a defesa da Presidenta Dilma Rousseff foi demolidora em relação ao frágil relatório aprovado na Comissão.

Sr. Presidente, amanhã, quando for votar “não” ao *impeachment*, estarei votando no futuro de meus filhos e no de milhões de crianças brasileiras. E é olhando para este futuro que digo por que não apoio este golpe.

Apoiar esse golpe é rasgar a Constituição Federal e cometer uma injustiça contra uma mulher reconhecida até pela Oposição como honrada, que não praticou crime algum. Apoiar esse golpe é premiar o desrespeito ao voto popular, duramente conquistado pelo movimento Diretas Já. Apoiar esse golpe é premiar aqueles que não conseguiram chegar ao poder pelas urnas e que querem agora fazê-lo na marra, de forma ilegítima, com o objetivo de destruir as conquistas sociais dos últimos anos. Apoiar esse golpe é transformar o *impeachment* em um instrumento de vingança, como está sendo feito pelo Presidente desta Casa.

O Brasil não é uma república de bananas!

Apoiar esse golpe é premiar conspiradores como o Sr. Michel Temer, que vai entrar para a história como conspirador e que transformou este processo em uma verdadeira eleição indireta. É premiar ainda aqueles que se utilizam



irresponsavelmente de instituições judiciárias republicanas e da velha mídia golpista para criar factoides espetaculares para derrubar governos populares.

Apoiar esse golpe seria premiar a hipocrisia daqueles que dizem que combatem a corrupção, mas que assinam um pacto de mediocridade que visa parar a Operação Lava-Jato e salvar Eduardo Cunha, premiando-o como Vice-Presidente da República, sem o voto popular.

Finalizo, Sr. Presidente, dirigindo-me aos jovens Parlamentares. Em 1964, muitos Deputados apoiaram o golpe. Estes foram para o lixo da história. Outros, como Tancredo e Rubens Paiva, são lembrados até hoje como símbolos de resistência democrática.

Não manchem suas biografias! Façam o mesmo! Não entrem para a história como golpistas!

“Não” ao *impeachment*! Vitória da democracia amanhã!

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Martins.

O SR. PAULO MARTINS (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho a responsabilidade de falar aqui também em nome dos Deputados Valdir Rossoni, Reinhold Stephanes e Edmar Arruda.

Sr. Presidente, vejo em todas essas manifestações a respeito do processo de *impeachment* questionamentos e também definições sobre o processo que dizem ser um processo político e também jurídico.

Eu digo mais: não é apenas um processo político e jurídico, é um processo político, jurídico e social, porque, se não houver povo, se não houver a ciência do



povo, e houver apenas os dois primeiros elementos, não há *impeachment* algum, aqui e em nenhum outro lugar do mundo.

E o que faz o processo social se desencadear? É a ciência das pessoas sobre os fatos, é a realidade do povo cobrando.

O povo hoje está nas ruas, participando desse processo, porque cansou do PT no poder. O povo cansou de ver o projeto de poder que, para se manter, usa a corrupção como método de financiamento. Este é o Governo do mensalão! A corrupção vem de longe, não vem de agora. E o que era o mensalão senão o aluguel de um poder pelo outro, senão o fim da tripartição de poderes, tornando a sua separação apenas um teatro, um simulacro de democracia para eles aprovarem o que quiserem?

Sr. Presidente, o povo cansou de ver políticas de divisão para enfraquecer a sociedade e assim controlá-la, cansou de ver este Governo jogar negros contra brancos, ricos contra pobres, cansou disso.

Noto que houve até algumas melhoras em índices sociais, mas alguns índices até Hitler na Alemanha melhorou. A vida no País piorou bastante nesse ambiente de ódio em que não se pode mais ter uma opinião diferente da maioria, que já se é tachado de fascista, já se é tachado de misógino, já se é tachado de coisas, como se fosse antidemocrático e não suportasse o contrário.

É a segunda vez que vejo esse processo de *impeachment* acontecer. Na primeira vez eu era uma criança e tinha 11 anos de idade, na época do Presidente Collor. Mas vejo muita semelhança agora. (*Mostra documento.*) Olhem só: na semana do *impeachment* de Collor, a manchete da *Folha de S.Paulo* era a seguinte: *Ibsen Quer Votação do Impeachment Até Dia 25; Collor Diz Que é “Golpe”; Mapa da*



Fisiologia Mostra Ação do BB para Barrar Impeachment, com a compra de votos se repetindo. Depois, a capa que nós veremos na próxima segunda-feira.

Marx dizia que a história se repete como farsa ou como tragédia. Aqui nós estamos vendo que ela se repete como tragédia para acabar com uma farsa, que é este Governo do PT!

Fora, PT! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós somos representantes do povo brasileiro. Mas é impressionante ver como parte dos representantes do povo sobe à tribuna para mentir para o povo brasileiro.

A peça que está sendo discutida sobre o golpe fala de seis decretos e da subvenção do Plano Safra. O que são esses seis decretos? Eles foram editados pela Presidente Dilma justamente para fortalecer a educação brasileira, para liberar recursos para a educação, para as universidades.

Quanto à subvenção do Plano Safra, quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente deste País, o investimento na agricultura familiar era em torno de 2 bilhões de reais, mas, no Governo da Presidente Dilma, esse investimento passou para 29 bilhões de reais. Por que a agricultura brasileira é forte? Porque tem o apoio do Governo Federal. Essa é a grande realidade tanto na agricultura patronal quanto na agricultura familiar. E esse é o debate que temos que fazer.

Mas, muitas vezes, os Deputados que sobem àquela tribuna não dizem isso para o povo. Eles têm que ser francos, eles têm que falar a verdade para o povo.



Não adianta tentar enganar o povo. É por isso que hoje a maioria do povo brasileiro é contra o golpe. É por isso que hoje S.Exas. tentam explicar que não se trata de golpe.

Srs. Deputados, como isso não é um golpe, se V.Exas. estão rasgando a Constituição Federal? Como não é um golpe, se V.Exas. não aceitam o resultado das urnas?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu sei que muita gente já está comemorando a vitória do golpe amanhã. Mas, também no dia 27 de outubro de 2014, os aeroportos de Belo Horizonte ficaram lotados, porque muitos foram para lá comemorar a vitória do Aécio. E, quando foram abertas as urnas, Dilma foi eleita Presidente com 54 milhões de votos. *(Palmas.)*

V.Exas., que já comemoram a vitória fazendo churrasco em todo lugar de Brasília, podem ficar tranquilos: o golpe não passará amanhã, dia 17 de abril!

Quando o PSDB governava este País e o Estado do Paraná, houve 21 assassinados...

(Desligamento automático do microfone.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Dr. João.

O SR. DR. JOÃO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente. Boa noite, Sras. e Srs. Deputados. Boa noite, povo brasileiro. Quis o destino e Deus que eu estivesse participando deste grande e histórico momento político que vive o Brasil e, com o meu voto, ajudasse a mudar o destino da nossa Nação. Este é um momento extremamente traumático.



Eu me sinto muito honrado e orgulhoso por estar aqui representando o meu Estado do Rio de Janeiro, a minha Baixada Fluminense e, principalmente, a minha cidade de São João de Meriti.

Os governistas fixaram-se em dizer, nos seus discursos, que tudo isso não passa de um grande golpe. Ora, meus amigos, o *impeachment* é um instituto constitucional com embasamento jurídico e político, o que dá legalidade a esse processo. Por duas vezes, o Supremo Tribunal Federal se manifestou confirmando a legalidade desse processo. E foi o próprio Supremo que regulamentou o seu rito. Portanto, a Corte máxima da Justiça do nosso País confirma que não há golpe.

Pelo raciocínio dos governistas, o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público, o Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Juiz Sérgio Moro, a Ordem dos Advogados do Brasil — OAB e mais de 70% da população do nosso País são golpistas.

Sr. Presidente e todo o povo brasileiro que acompanha esta sessão, especialmente o povo da minha São João de Meriti, eu tenho lido muito, estudado muito, ouvido todos os discursos de governistas e de opositores. Estudei a denúncia e li o relatório do Deputado Jovair Arantes. E, com muita tranquilidade e com o coração leve, concluo que há realmente indícios de crime de responsabilidade fiscal, crime contra a Constituição, o que provocou toda esta crise econômica em que se encontra o nosso País. Isso, sim, é golpe!

Não admito ser chamado de golpista ou fascista, porque o meu voto é de foro pessoal, embasado pela minha base política, pela minha família e pelos meus amigos. Não negocieei meu voto com ninguém.



Chegamos ao *impeachment* pela incompetência, pelas mentiras, pela corrupção e pelos crimes deste Governo. Golpe foram as mentiras de campanha. Golpe foi a roubalheira que fizeram na PETROBRAS, na Caixa Econômica, nos Correios, no BNDES. Golpe é o rombo que fizeram nos fundos de pensão. Golpe é o que estão fazendo com a saúde, com a educação, com a segurança pública, com a classe médica de uma forma geral. Golpe é a incompetência, a arrogância e a prepotência deste Governo.

Um governo que precisa vender a sua alma para conseguir 172 votos nesta Câmara dos Deputados realmente não tem mais credibilidade.

Chega de corrupção, chega de roubalheira! *Impeachment* já!

Portanto, vamos construir uma nova República a partir de amanhã, a partir de segunda-feira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Passo a palavra ao Deputado Helder Salomão, por 3 minutos.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT-ES. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, povo brasileiro, este momento entrará para a história do nosso País e para a história da humanidade. Os brasileiros de bem e a comunidade internacional acompanham, estarrecidos, a tentativa de um grupo político, envolvido em corrupção, de cassar, de abreviar o mandato de uma Presidente que não responde a um processo sequer.

O processo de *impeachment* é, sim, um processo legal e constitucional. Contudo, *impeachment* sem caracterização de crime de responsabilidade é ilegítimo e não tem outro nome: é golpe parlamentar contra o povo brasileiro.



Meu voto não é apenas para defender um partido ou um governo. Meu voto é contra uma ação nascida na ilegalidade. Esse processo, todos nós sabemos, foi acolhido pelo Presidente desta Casa, que infelizmente não está aqui agora, por revanche, porque o nosso partido definiu que votaria a favor da admissibilidade do processo existente contra ele no Conselho de Ética. E ele fez isso porque está envolvido em esquemas de corrupção e tem medo de ser investigado.

Sobre o Vice-Presidente Michel Temer, há apenas uma constatação: traiu a Nação, apequenou-se e vai entrar para a história como golpista e traidor.

Eu voto em honra dos 54 milhões de brasileiros que elegeram a Presidente Dilma. Mas a Oposição até hoje não reconhece esses votos. O que tenho visto nesta Casa, desde o dia em que cheguei aqui, é o trabalho contra o Brasil e contra o povo brasileiro.

O que está por trás desse golpe é a tentativa de acabar com as conquistas sociais e tirar os direitos dos trabalhadores.

Voto com milhões de trabalhadores que saíram da linha da pobreza. Voto com aqueles jovens que tiveram acesso ao ensino superior. Voto também com os negros e as negras que tiveram a oportunidade de chegar ao ensino superior. Voto com as empregadas domésticas, que agora são reconhecidas.

Voto, enfim, em nome dos meus filhos, Sofia e Pedro, que representam todas as crianças brasileiras que querem um País livre, em que o valor da democracia seja sagrado.

Senhoras e senhores, voto pela democracia e pela legalidade. Por isso, amanhã, vou dizer “não” ao golpe!

Viva o povo brasileiro! Viva a democracia! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Giovani Cherini.

O SR. GIOVANI CHERINI (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estou nesta tribuna, com a bandeira do meu Rio Grande do Sul, vivendo um dos momentos mais importantes da história do País. Nunca imaginei que eu pudesse viver este momento.

Quando optei pelos meus 115.294 eleitores, no outro dia uma espada se abateu sobre mim: a expulsão partidária sumária, antes mesmo de eu ter votado.

Eu tenho 28 anos de PDT. Eu nasci nesse partido. Meu pai foi e é brizolista até hoje. Nesses anos de história, exerci seis mandatos: quatro de Deputado Estadual e dois de Deputado Federal. Nos dois mandatos de Deputado Estadual, fui o mais votado do partido no Estado. Na última eleição, fui o mais votado da história do meu partido, com 115.294 votos.

Vou votar “sim”, pelo *impeachment*. As minhas filhas, o meu pai, a minha família e os meus amigos não vão se envergonhar de mim, pois não verão Giovani Cherini ter se acovardado em sua passagem por este Parlamento e ter dito “não” à história. Não é golpe, não! Não é golpe! Eu já se disse isso tantas vezes aqui! Golpe é enganar o povo. Golpe é a roubalheira. Golpe é tudo o que já foi dito aqui, e eu não vou repetir.

Leonel Brizola, em 1964, lutou pela legalidade. Não havia roubo, não havia desvio. Era uma luta democrática contra a ditadura, era uma luta ideológica. Comparar a luta pela legalidade a esse fato que está acontecendo aqui é não conhecer a história do Rio Grande do Sul e do Brasil.



Portanto, venho reafirmar o meu voto. Não devo nada ao Governo. Tudo o que pude fazer para este Governo eu fiz. Votei aqui em muitos projetos que tive que engolir, para ajudar o Governo.

Agora chegou a hora. Este Parlamento amanhã vai registrar um dos fatos mais importantes da sua história, porque não há presidencialismo no Brasil, não; há semipresidencialismo. A Constituição é parlamentarista e o Governo é presidencialista.

Sem o apoio deste Congresso, nenhum governo consegue governar, nenhum governo consegue fazer alguma coisa pelo Brasil. Não há mais ambiente para isso. Não se pode mais governar com 170 ou com 100 aliados — não sei quantos amanhã vão votar aqui. Um semipresidencialismo tem que ter apoio do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra à Deputada Ana Perugini.

A SRA. ANA PERUGINI (PT-SP. Sem revisão da oradora.) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, especialmente os Deputados e Deputadas do Estado de São Paulo e, de uma maneira muito singular, os Deputados da região metropolitana de Campinas e os nossos companheiros e companheiras que estão na nossa cidade de Hortolândia, berço das lutas sociais e populares e das comunidades eclesiais de base de onde venho, vale a pena, neste momento, lembrar alguns momentos históricos que marcaram o nosso País.

Nas lutas pelas Diretas Já, em 1983 e 1984, eu fui às ruas e participei do maior movimento no nosso País, lá na Capital de São Paulo. Dante de Oliveira nos trouxe uma esperança, uma luz, mas nós fomos derrotados aqui dentro deste espaço desta Casa de Leis.



Logo depois, a Constituição Federal de 1988 me chamou a atenção na Faculdade de Direito, ao dizer que homens e mulheres são iguais perante a lei. Eu pensei: “*Nossa! Isso é o óbvio!*” A cultura que aprendi na minha família me ensinou isso desde pequena, mas foi preciso a Constituição Federal explicitar.

Depois — é inegável e ninguém pode tirar isso da história —, em 2002, um operário, um trabalhador, o Luiz Inácio Lula da Silva, ganhou as eleições presidenciais e passou a governar o maior posto deste País, passados 13 anos da primeira eleição direta após a ditadura.

Luiz Inácio Lula da Silva muda a ordem vigente na economia do nosso País: a política econômica passa a ser distributiva, para incentivar o comércio interno, e a produção aumenta. E o País passa a crescer no momento em que a crise começava a ser vencida. Nós incluímos os trabalhadores, que foram para as escolas. Mais de 7 milhões de jovens foram para as universidades.

Logo depois, em um país marcado pela cultura e pelo estereótipo da competência masculina, que ocupa o 118º lugar no *ranking* da desigualdade de gênero, por falta de participação da mulher na política, é eleita uma mulher como Presidenta da República.

E essa mulher enfrentou o maior surto da economia, com o agravamento da crise política aqui dentro, patrocinada principalmente por este cenário que vivemos hoje. E quem deveria assumir a responsabilidade de ser o coautor das ações de Governo, agravou ainda mais, com as pautas-bomba, a situação da economia brasileira e agravou, sim, o problema do desemprego no nosso País.



Agora, se a Oposição quer governar, ela que espere até 2018 e ganhe as eleições. Isso não pode ser feito no grito, não, porque assim é golpe. E nós não vamos aceitar isso amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, brasileiros que estão em casa assistindo a este processo de *impeachment*, isso não é o fim, é o começo, é um recomeço, é uma recuperação, é uma reconstrução dos valores brasileiros que foram destruídos por 13 anos do PT no governo.

Destruíram as nossas universidades, transformaram-nas apenas em espaços reservados para partidos sectários. Os partidos comunistas estão controlando a universidade, atacando os cristãos, educando as crianças brasileiras de forma equivocada.

Nós estamos, portanto, diante de um momento de recomeço do Brasil. Recuperar os valores significa retirarmo-nos desse Foro de São Paulo, criado por Lula e por Fidel. Eu, que sou baiano, vou esperar 2018 para também retirar a Bahia desse processo.

A Bahia é refém do PT, que parou o País e parou a Bahia. O Governador Rui Costa é pau-mandado de Jaques Wagner. Ele colocou os sem-terra para ocupar o principal polo turístico da cidade, o Farol da Barra, para impedir que os baianos se manifestassem.



Portanto, nós estamos, neste momento, em uma fase de mudança no Brasil. Vai ter justiça! Vai ter futuro! Vai ter emprego! Nós vamos tomar o Brasil das mãos de quem jamais deveria ter ocupado o poder.

Nós temos todas as possibilidades de voltar a ser um País cristão, respeitador, que educa as crianças para o trabalho, que respeita o trabalho.

O PT vai oferecer ao Brasil, neste ano, 70 mil assassinatos; só na cidade de Salvador, 3 mil assassinatos. O PT é conivente com o crime, é apaziguador com o crime e levou o Brasil a um regime de insegurança, de intranquilidade e de retrocesso.

Vamos avançar, com fé em Deus, Deputado Moroni. Vamos ter um Brasil diferente. Vamos ter trabalho, mas vamos mudar o Brasil e recuperar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Carlos, do PT do Maranhão.

O SR. ZÉ CARLOS (PT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, neste momento, me dirigir a você, cidadão brasileiro que está assistindo à sessão.

Amanhã, iremos escrever uma importante página na história brasileira. Iremos apreciar a proposta de impedimento da Presidente da República, uma proposta que sequer deveria ser recebida por esta Casa; só foi recebida porque o Presidente Eduardo Cunha quis se vingar do Governo e do PT.

Por que afirmo isso? A nossa Constituição, em seu art. 85, estabelece, em sete incisos, os motivos que justificam o impedimento de um Presidente, e esta denúncia que aqui está não se enquadra em nenhuma delas.



Querem enganar o povo brasileiro, fazendo acreditar que lei orçamentária, prevista no inciso VI do art. 85 da nossa Constituição, é a mesma coisa que Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é! Parafraseando um comentarista esportivo que dizia “*A regra é clara*”, eu afirmo que a Constituição também é clara, e, se não está previsto nela, é golpe.

Da mesma forma, a baixa popularidade do governante ou eventuais erros na política econômica, que precisa ser mudada, também não são motivos, num regime democrático, para justificar esse ato. A utilização de qualquer desses argumentos é golpe contra a democracia.

Se quisermos utilizar argumentos para destituir a Presidente, teremos que antes mudar o regime democrático de Governo, por exemplo, por parlamentarismo, e mudar a Constituição. No regime presidencialista isso é golpe.

Encerrando minhas palavras, pergunto: o que querem esses que apoiam o *impeachment*, que apoiam o golpe? Colocar Michel Temer na Presidência da República, tendo como Vice-Presidente o Deputado Eduardo Cunha, um réu cujas provas por corrupção são imensas? Isso é ultraje à democracia.

Tenho certeza de que o Parlamento não quer isso, tenho certeza de que o povo também não quer. E tenho certeza também que grande parte desta Casa, amanhã, não aceitará esse crime, pois juramos aqui mesmo nesta Casa defender a Constituição e não o golpe.

“Não” ao golpe! Viva a democracia! Fora, Cunha! (*Palmas.*)

O Sr. Beto Mansur, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN (DEM-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero falar em homenagem às minhas netas, por um País e um futuro melhor para elas: a Ingrid, a Isis e a Megan.

Eu não posso dizer, Sr. Presidente, que a Presidente Dilma é inocente e não praticou nenhum crime. Por quê? Na parte de crime comum, nesses últimos 6 anos, era proibido investigar a Presidente Dilma, porque a Constituição fala isso.

Então, se uma pessoa não é investigada eu não posso dizer que ela é culpada ou inocente. A investigação posterior é que vai dizer isso.

Com relação à questão do crime que há pouco foi citado do art. 85, pelo menos em dois dispositivos é flagrante. E é flagrante pelos dispositivos constitucionais. O TCU, que é o Tribunal de Contas da União, encarregado de julgar as contas da Presidente e passar um parecer para o Congresso, por 9 votos a zero disse que houve fraude fiscal. Repito: 9 votos a zero. Não houve um Ministro do TCU para dizer que tinha dúvida. Foi 9 votos a zero. Eu repito: 9 votos a zero. Se precisar, eu desenho para V.Exas. o resultado: 9 votos a zero. E digo isso para que todos entendam que houve, sim, o crime de responsabilidade. E o TCU diz isso, foram 9 votos a zero.

E o TCU é um tribunal constitucional defendido por qualquer Estado de Direito e defendido pela democracia. Nós estaríamos rasgando a Constituição se não fizéssemos esse *impeachment*. Nós estaríamos dando um golpe nesta Nação se



não fizéssemos esse *impeachment*. Isto nós temos que saber. Legalmente, vendo a letra da lei, vendo o espírito da lei, nós chegamos a esta conclusão.

Então, não venham falar isso, porque golpe seria considerar que o Supremo Tribunal Federal, que aprovou todos os passos do relatório do *impeachment*, é golpista.

O Tribunal de Contas da União é golpista! A Constituição Federal é golpista! Não! A democracia sai fortalecida desse processo de *impeachment*, e o Brasil sai fortalecido desse processo de *impeachment*. Por isso, golpe seria não fazer o *impeachment*. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - É muito triste ouvir o Deputado que me antecedeu dizer que o TCU já analisou as contas do Governo. O TCU analisou as contas de 2014, as de 2015 não foram analisadas. E o que está na acusação são os atos de 2015. Isso demonstra a ignorância de grande parte dos golpistas.

Outra tristeza são os atores da tentativa de golpe, sendo o primeiro deles o Presidente desta Casa, que é réu no Supremo Tribunal Federal. Além de ser réu, desencadeia ele o processo de *impeachment*, justamente quando a bancada do PT admite acatar a acusação contra ele no Conselho de Ética.

O *impeachment* inicia-se, pois, como um processo de retaliação e de vingança. Isso é um absurdo! E ainda há o coadjuvante, Michel Temer, que foi citado nas delações premiadas, que é um traidor, um desleal.



Além disso, Temer recebe o apoio de Aécio Neves, que eu já perdi as contas de quantas de vezes já foi citado em delações premiadas.

Por fim, devo citar o apoio do Serra, outro Tucano. E é um tucano cuja primeira iniciativa no Senado foi a de tentar entregar a PETROBRAS, mudar o regime diferenciado, entregar a PETROBRAS e toda a exploração do petróleo aos norte-americanos. Essa é a tarefa deles.

Ainda vêm aqui dizer que o PT é cara de pau. Caras de pau são aqueles que tentam tirar o governo de uma mulher íntegra, honesta, que não tem nenhum processo, e entregá-lo para bandidos, para réus. Isso é ser cara de pau! Isso é ser cara de pau!

Mas eu ainda acredito e quero acreditar aqui nos colegas Deputados, para que até amanhã eles possam não levar na sua história política essa tentativa de golpe e assim manchar a sua trajetória política.

Então, ainda é tempo de V.Exas. decidirem e amanhã votarem “não” ao golpe. “Não” ao golpe! E assim repito, porque *impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe! Amanhã não terá golpe! Não haverá golpe! Não haverá golpe!

O povo brasileiro não é bobo e não perdoará a tentativa de golpe! Por isso, sejam bem-vindos a Brasília todos os brasileiros! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado Carlos Henrique Gaguim.

(Pausa.)

Tem a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Não há que se falar em golpe! Não há que se falar em golpe! O fato de a Presidente Dilma ter sido eleita, como qualquer um de nós, não lhe dá salvo-conduto para que faça o que quiser. É preciso respeitar as regras.

Aliás, ao governante cabe mais, cabe dar o exemplo. O fato de ter sido eleita fez com que, no exercício do poder, ela cometesse, no seu Governo, crimes de responsabilidade. E não faltaram crimes: crimes que ocorreram ao tentar obstruir a Justiça e ao atacar a Lei de Responsabilidade Fiscal. E vejam: obteve-se operação de crédito sem autorização legislativa.

Digo a quem está nos acompanhando: qualquer Prefeito da sua cidade, qualquer Governador de Estado pode realizar uma operação de crédito, fazer um empréstimo, mas, evidentemente, ele tem que apresentar a proposta ao Legislativo, porque é lá que vai ser debatido, é lá que ele vai obter autorização ou não.

E a Presidente não obteve qualquer autorização. Ela fez uma operação de crédito sem autorização legislativa, inclusive aumentando o endividamento do País.

Quem não sabe que houve crime de corrupção nesse Governo? Houve corrupção para benefício eleitoral. Todo mundo sabe da propina que foi destinada às eleições, propina da PETROBRAS, empresa da qual ela foi Presidente do Conselho de Administração. Ela assinou a transação de Pasadena.



Como se não bastasse isso, houve crime de corrupção para manutenção do poder, quando ela abastecia com recursos de propina o Governo dela, Deputados e partidos políticos.

Portanto, não faltaram crimes. Cabe agora saber se nós vamos honrar ou não a Constituição. A Constituição é nosso patrimônio, e nós devemos nos submeter a ela. O que vale é a lei. O que vale é a lei para todos — para ela e para qualquer um de nós.

Portanto, nós vamos votar pelo *impeachment*, olhando para uma janela de esperança, olhando para o futuro, para que possamos sair dessa recessão, para que possamos sair desse ambiente de absoluto desemprego, para que possamos olhar para o futuro com dias melhores para a nossa sociedade.

É por isso que nós vamos para o *impeachment* convictos de que estamos cumprindo a Constituição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, é golpe, sim. É golpe baixo e é golpe sujo. É golpe contra a nossa Presidenta Dilma, uma mulher íntegra, honesta.

E quem disse isso foi o próprio acusador, Miguel Reale, quando afirmou: “O *impeachment* que estamos colocando não é porque ela roubou ou tirou alguma coisa e colocou no seu bolso”. Ele mesmo atesta a honestidade da nossa Presidente.

Agora, quem aplica esse golpe baixo é esse Presidente que está presidindo esta sessão, que é réu, mas continua aqui com o apoio de Deputados. E é golpista



também aquele que não teve votos e quer ser Presidente, igualmente citado nas delações. Ou seja, é golpe baixo! Golpe é o que S.Exas. querem fazer, mas vão ficar só com o gostinho, porque não vai acontecer o golpe.

O povo brasileiro não vai permitir que isso aconteça! E nós vamos dizer “não” a esse golpe baixo, sujo, que V.Exas. estão fazendo.

Usaram aqui da mentira! Pinóquio vai cobrar de V.Exas. Estão mentindo mais do que ele! Vai crescer o nariz de V.Exas. Estão mentindo que só! Além disso, usam, a cada momento, o nome de Deus em vão. Vão responder por isso também.

Não vamos aceitar este golpe que estão fazendo. Estão aí querendo enterrar o nosso Governo, mas não vão conseguir. Não vão conseguir porque estão cheios de ódio, de intolerância, de fanatismo, de fundamentalismo. V.Exas. não vão conseguir porque agem com vingança, como foi o início deste golpe que está aqui. Ele se deu por um ato de vingança, porque nós não aceitamos a corrupção, que queriam que fosse jogada por debaixo do tapete.

O povo vai às ruas para reagir. E, se forem continuar, o povo vai reagir. Vamos vencer esse golpe. Temos que enterrá-lo. Vamos enterrar esse golpe sujo contra o povo brasileiro. O povo brasileiro está dizendo que não quer golpe, não quer golpe! E aqueles que mantiverem esse golpe vão ter que responder. Não há crime!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu ouvi alguns Deputados que me antecederam falarem em ódio. Deputado Duarte Nogueira, ódio eu sofri na minha campanha passada, quando petistas me atacaram no Rio Grande do Sul em cima de uma



história do “tudo que não presta”. Eis o objetivo deles: o PT, conforme diz Frei Betto, usa a tese da destruição das imagens em cima dos seus adversários. Fizeram de tudo para que eu não me elegeisse. Até CD gravaram! Eu fui o Deputado Federal mais votado do Rio Grande do Sul, pelo meu trabalho e pela minha cara limpa. Portanto, ódio é o que eles destilam, e não o que nós fizemos.

Alguém também disse: “*Canalha! Golpista!*” Canalha e golpista são aqueles que assaltam o bolso do povo brasileiro. É um escândalo o que está acontecendo com a PETROBRAS! Há superfaturamento de obras. Vejam o caso de Pasadena e de Abreu e Lima, ou qualquer outro caso. Bilhões estão sendo surrupados do povo brasileiro. É o povo que está pagando isso. As obras estão sendo superfaturadas.

A Dilma é, sim, responsável, porque foi Ministra de Minas e Energia, Ministra-Chefe da Casa Civil e Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS, junto com o Lula, que também é responsável e montou toda essa gangue para assaltar a PETROBRAS.

Vejamos os fundos de pensão! É um absurdo! Quinhentos mil trabalhadores do Banco do Brasil, da PETROBRAS, da Caixa Econômica Federal e dos Correios, e também os aposentados, foram roubados. Permitiram que eles fossem roubados pelas gangues que montaram os partidos políticos para comandarem os fundos de pensão. Foi má gestão, portanto roubaram.

Peguem o dinheiro que saiu hoje do BNDES, que o Lula capitaneou, o Lula! A Dilma sabia disso e era responsável, para levar dinheiro para Cuba, para a Venezuela, para Angola. São mais de 50 bilhões de reais! Sabem para quem? Para estas mesmas empreiteiras: Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS, casualmente as do



sítio de Atibaia e do tríplex do Guarujá. Elas são responsáveis. Será que elas ganharam só 3% nessas obras superfaturadas? Seguramente que não!

Canalhas, Deputado Valdir Colatto, são aqueles que assaltam o bolso dos produtores rurais, que hoje geram 40% dos empregos deste País. E ainda destilam ódio no Palácio do Planalto. Na frente da Presidente da República e do Ministro da Justiça, dizem que têm que invadir as propriedades dos produtores rurais.

Odiosos são aqueles que querem roubar as terras de 7 mil pequenos agricultores do Rio Grande, ideologicamente, para colocar algumas centenas de índios e outras centenas do Brasil inteiro. Esses, sim, são odiosos.

Por isso, amanhã vamos votar “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma!



V - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 089.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 089.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando a 5ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sábado, dia 16 de abril, às 23h56min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 089.2.55.O

Data: 16/04/2016

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 23 horas e 55 minutos.)